

A Defesa Nacional



Neste número :

- **Brado de alerta** (Cel A. J. Paula Couto)
- **Siderurgia brasileira, assunto sempre em foco** (Gen-Div R/1 Antonio de Brito Junior)
- **Operação na Selva** (Maj Gustavo Moraes Rego Reis)
- **Casos históricos de guerra revolucionária** (Ten-Cel Ferdinando de Carvalho)
- **Formação das nações sul-americanas do Pacífico e do Caribe** (Gen R/1 Flamarion Barreto)

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1961/1963)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente : General Aurélio Alves de Souza Ferreira

Diretor-Secretário : Major José de Sá Martins

Diretor-Gerente : Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro

CONSELHEIROS

General Armando Batista Gonçalves

Tenente-Coronel Hugo de Andrade Abreu

CONSELHO FISCAL

(Eleito para o exercício de 1962)

MEMBROS EFETIVOS

Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga

Major Ivan de Souza Mendes

Major Luiz de Alencar Araripe

SUPLENTE

Tenente-Coronel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello

Major Eduardo Nobrega

Major José Murilo Beuren Ramalho

NORMAS SOBRE COLABORAÇÕES

- 1) Os trabalhos devem ser datilografados em um só lado de papel, espaço duplo, e assinados.
- 2) Os gráficos, croquis e outros desenhos que devam acompanhar o texto devem ser feitos a tinta nanquim e conter indicações que os identifiquem com aquele.
- 3) As traduções e quaisquer trabalho baseados em outras publicações devem indicar as fontes de onde foram extraídos, bem como, quando fôr o caso, declaração de estar o colaborador autorizado ao aproveitamento dos mesmos.
- 4) A Revista não restitui originais de colaborações enviadas, quer sejam elas aproveitadas para publicação ou não. Também se exige de qualquer justificação sobre o seu não aproveitamento.
- 5) Os artigos a serem publicados por partes, em diferentes números da Revista, só terão suas publicações iniciadas depois de estarem completos em poder da Redação.
- 8) As colaborações devem ser enviadas ao Diretor-Secretário.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano
XLIX

Rio de Janeiro, GB — Setembro/Outubro

Número
578

As idéias e opiniões dos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores.

A publicação dos mesmos não significa nenhuma solidariedade por parte da Revista.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais publicados em nossas páginas, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio.

PREÇOS

Assinatura anual:

Brasil Cr\$ 240,00
(Desconto em folha autorizada).

Exterior ... Cr\$ 720,00
(Registro e via aérea comportam acréscimos).

Número avulso:

Mês Cr\$ 50,00
Atrasado Cr\$ 70,00

ENDEREÇO

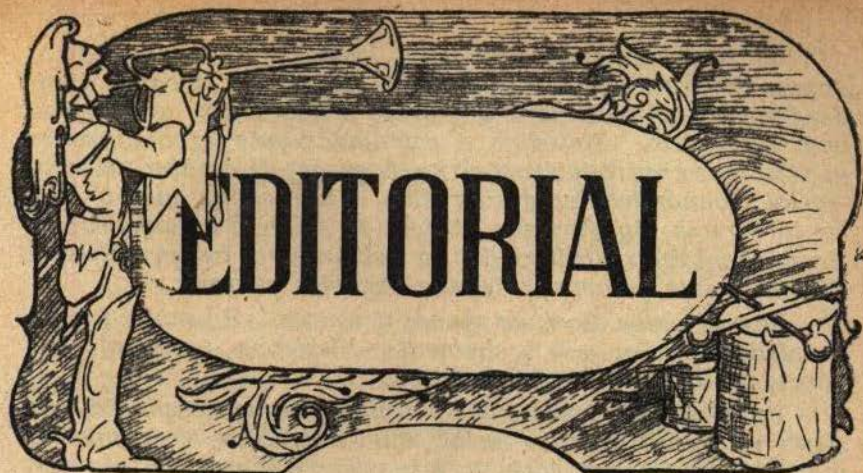
Ministério da Guerra
(Ala R. Visc. da Gávea,
3º and.)

Caixa Postal: 17 (do MG)
Tel. 43-0563

Rio de Janeiro, GB
Brasil

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3
Brado de Alerta — Cel A. J. Paula Couto	5
Siderurgia brasileira, assunto sempre em foco — Gen-Div R/1. Antonio de Brito Junior	9
Operações nas selvas — Maj Gustavo Moraes Rego Reis	17
Casos históricos de guerra revolucionária — Ten-Cel Ferdinando de Carvalho	27
Formação das nações sul-americanas do Pacífico e do Caribe — Gen R/1 Flamarion Barreto	47
O atrativo inicial do comunismo — Georg Stadtmüller (Trad. Maj Rubens Mário Jobim)	89
Balancete da Diretoria da "A Defesa"	95



7 DE SETEMBRO

Há cento e quarenta anos, nesta data, atravessava o Brasil a fase mais conturbada de sua História.

Atingia a Nação a sua maioridade, emancipava-se, emergia como país independente, árbitro de seu próprio destino.

Ingente era a tarefa que se impunha aos nossos antepassados. Com o gesto viril da ruptura dos vínculos que nos acorrentavam à metrópole, começava a obra de construção.

Urgia criar uma estrutura moderna necessária a uma sociedade que se arrogava o direito de autodeterminação. Urgia derrotar militarmente o poderio bélico que assegurava à Coroa portuguesa o domínio efetivo sobre o solo pátrio. Urgia pacificar, harmonizando as vozes que por caminhos diversos buscavam entretanto o mesmo objetivo: a Liberdade. Urgia silenciar o grupo, infiltrado em tôdas as camadas da população, que conspirava para a volta do país à situação de colônia.

Esta a conjuntura com que se defrontaram as elites de então. E honra lhes seja feita, elas aceitaram o desafio, não lhes tendo falecido competência nem coragem para cumprir a missão. Aquêlê pugilo de patriotas esclarecidos, de varões indomáveis, dobrou-se ao Destino que os fazia Pais da Pátria e revoltou-se contra a tirania. E em uma luta heróica que durou menos de uma década proclamou e consolidou nossa Independência.

Da terra generosa brotavam legiões que expulsaram o dominador português. A atuação das várias facções dissidentes foi orientada para um único e nobre fim: o supremo bem da Pátria. Metódica e calculadamente executaram-se as reformas e introduziram-se as inovações de caráter político-social, econômico, administrativo e militar de que o país tanto carecia. Aquêles que através da solércia atraíam a Nação tentando agrilhoá-la ao estrangeiro foram alijados. Eis em breves palavras o legado daqueles gigantes.

Hoje vivemos dias não menos decisivos. Há mesmo certo paralelismo entre os dois momentos históricos, o da Independência e o atual.

Todos concordamos que se impõe a modernização da presente estrutura político-social, administrativa, econômica e militar do país, em face da situação internacional, do hodierno surto científico-tecnológico e sobretudo dos imperativos da Segurança Nacional. Nosso potencial humano clama por um preparo e uma valorização que lhe confirmem o equipamento necessário à sobrevivência em uma era de progresso vertiginoso.

Mas esta renovação, esta reconstrução, esta reformulação de problemas de uma sociedade, que procura novos rumos históricos, há de fazer-se observando os princípios de ética democrática e cristã que são apanágio de nossa cultura ocidental, sob pena de pecar por falta de autenticidade e de fidelidade a um passado histórico de nobres tradições. Preciso será repelir a ditadura ou a mínima cessão das liberdades e direitos inerentes à Democracia. Mister se faz neutralizar a ação nefasta dos que nos querem tornar escravos ou satélites do imperialismo bolchevista, como solução para problemas brasileiros que exigem métodos de equacionamento exclusivamente brasileiros. Não podemos hoje, em circunstâncias quase idênticas, admitir opção inferior à de nossos ancestrais. Não podemos aceitar senão decisões superiores às que nos conduziram à Independência, à Monarquia Constitucional e à República.

Eis a tarefa que incumbe a esta geração. Necessário é que ela seja executada — assim o reclama a própria Segurança Nacional — e compete às elites, tal como há cento e quarenta anos, liderar o país. Não lhes é lícita a omissão. Através da História, tôda vez que elas se furtaram ao cumprimento dêste dever foram varridas pelo vendaval da guerra civil.

Estamos na verdade diante de nôvo Rubicon. Havemos de transpô-lo com serenidade e grandeza, tal como uma vez já o fizeram nossos avoengos, ou soçobramos como Democracia e Nação Independente.

BRADO DE ALERTA

Cel A. J. PAULA COUTO
Oficial de EM

Não será este, por certo, o primeiro brado de alerta a ser lançado entre os companheiros das Forças Armadas, trazendo à sua atenção os problemas que serão adiante tratados, pois o próprio autor deste modesto trabalho já teve oportunidade de abordar assuntos semelhantes em uma série de trabalhos publicados na Revista do Clube Militar, entre os quais podem ser citados os intitulados "As Forças Armadas e o plano inclinado" (RCM, n. 128) e o "Feixe de Varas" (RCM, n. 130).

Com muito maior autoridade, outros companheiros, inclusive chefes no desempenho de funções de elevada responsabilidade, têm nos alertado para a existência de um conjunto de circunstâncias, que se refletem de modo nefasto na unidade, na coesão, na disciplina e no espírito militar, que devem constituir pilares básicos de apoio das Forças Armadas.

Falando aos alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ao tempo em que era Chefe do Estado-Maior do Exército, numa conferência intitulada "A estratégia global do processo evolutivo do comunismo mundial", o Exmo. Sr. Gen Lima Brayner disse, entre outras coisas:

"... o emprego da força para o combate ao comunismo constitui o último recurso, devendo ser combatido com a inteligência. Cabe, porém, ao Governo e não aos soldados, decidir quanto à forma de defesa do patrimônio nacional".

"Não cabe às Forças Armadas unicamente evitar a infiltração do comunismo, porém ao esforço conjunto de todos os órgãos nacionais. Um militar deve, no entanto, conhecê-lo, para saber que tipo de arma deve usar para combatê-lo".

"Vitorioso no Rio de Janeiro e no Brasil, o comunismo terá em suas mãos o Atlântico e partirá para conquistar o que lhe falta da Europa. Se isso um dia acontecer, será inevitável a guerra mundial, que terá pouca duração. Há a necessidade de alguém que trabalhe para evitar esse acontecimento. Não somos nós os indicados, porque os soldados se destinam àquele dia que não desejamos, o dia D".

Nota-se nas palavras do eminente chefe, o pressuposto da existência de um clima de unidade e de coesão das Forças Armadas; o panorama, evidentemente, teria sido descrito de modo mais sério, se pudesse ele admitir a possibilidade da existência de fissuras e da falta de unidade das referidas forças, no encarar o problema do comunismo.

Já outra personalidade altamente autorizada, pertencente esta ao mundo civil, o Sr. Ruy Gomes de Almeida, ocupante de função de relêvo na Associação Comercial, denunciava em 1960, perante o Conselho Di-

retor daquela entidade, "a existência, em pleno funcionamento na América Latina, e especialmente no Brasil, de poderosas organizações internacionais, trabalhando ativamente pela implantação das idéias comunistas".

A respeito das Forças Armadas, que mais diretamente nos interessam, eis o que disse, naquela oportunidade, o Sr. Ruy Gomes de Almeida:

"Quanto às classes armadas, os últimos relatórios de agentes comunistas incumbidos de realizar um levantamento de suas condições, afirmam com indisfarçável decepção, o aprimoramento disciplinar das tropas e de seus comandados, bem como o aumento dos respectivos poderios bélicos. Sem desanimar ante as dificuldades, os comunistas, sob as ordens de Moscou, deverão, agora, intensificar macabra propaganda contra a disciplina aprimorada, invocando entre outros argumentos, exageradas despesas orçamentárias exigidas pela manutenção das forças armadas brasileiras. O objetivo, gritantemente claro, é o de **minar os organismos militares**, colimando o desagregamento das forças adversárias da sovietação, as quais constituem, pela pujança, pela organização e pelo patriotismo, obstáculos sérios e decisivos a impedir o predomínio da ordem comunista no Brasil". (O grifo é nosso).

Isto foi dito em 1960. A opinião deste elemento civil parece coincidir com a do Gen Brayner, no sentido de que havia unidade dentro das Forças Armadas, até aquela época, pelo menos. Entretanto, qual terá sido o resultado do esforço comunista desde então, no sentido de minar os organismos militares?

Na mesma época, um capitão do Exército, alarmado com a infiltração comunista no Círculo Militar de Porto Alegre, fazia um longo e vigoroso protesto ao respectivo presidente, publicado no "Correio do Povo" daquela cidade, edição de 28 de Setembro de 1960. Solidarizando-se com o referido oficial, um grupo de oficiais, sócios e ex-sócios daquele Círculo, encabeçado por 8 oficiais-generais, publicou no mesmo jornal uma moção, onde dizia, referindo-se às conferências "nacionalistas" proferidas naquela entidade: "... entre os assistentes encontravam-se jovens estudantes de nossas escolas civis e militares, cuja "formação democrática" vinha sendo solapada, pela pregação constante e sistemática do desprezo do indivíduo pelo endeusamento do Estado, além de ser facilitada, a êsses jovens, a aquisição de livros de conteúdo comunizante e revolucionário, por ocasião dessas conferências".

Por sua vez, a Revista do Clube Militar, n. 153, em seu editorial, dizia na mesma época: "... já superada a fase em que ao militar cabia atuar pela força das armas, resta-lhe ainda uma grande missão participante a cumprir: o estudo detalhado, o conhecimento profundo dos problemas que possam afetar a unidade (nacional), ampla divulgação dos mesmos...".

Como se vê, um convite aos militares para que abandonassem as cogitações de natureza essencialmente militar, numa época em que a arte militar, graças ao constante e vertiginoso desenvolvimento tecnológico, mais exige um esforço permanente dos profissionais das Forças

Armadas para que possam se manter atualizados. Constitui essa publicação um atentado flagrante e ostensivo contra o "espírito militar", justamente um dos pilares básicos da organização militar, a que antes nos referimos.

De artigos diversos do mesmo número da RCM, assinados por civis e militares, retiramos os seguintes excertos:

"O nacionalismo opõe-se resolutamente à mitologia da civilização ocidental, tanto quanto à mitologia do socialismo internacional".

"As gerações jovens não se deixarão passivamente organizar em milícias, destinadas à preservação de sistemas ultrapassados".

"Livre das peias liberticidas do imperialismo ideológico, estamos, é fato, sujeitos ainda às vinculações coercitivas do imperialismo econômico reinante no ocidente".

Opondo-se à orientação acima exposta, referia-se o Ten-Cel Wiederspahn na "Defesa Nacional", n. 548, de Outubro de 1959, à "predominância entre nós, daqueles que se sentem por demais empolgados por problemas puramente econômicos e político-sociais. Mas o grande interesse demonstrado por esses mesmos problemas materiais e sociais do momento, mercê de "slogans" que apaixonam, não só nossas elites civis e militares, como também nossas classes médias e proletárias, **não deve e nem pode afastar as forças armadas de sua missão precípua**, aquela que faz pesar tanto em nossos orçamentos federais, a de preparar-se na paz para a eventualidade da guerra, seja esta qual fôr"! (o grifo é nosso).

É verdade que, de então para cá, tanto o Círculo Militar de Porto Alegre, como o Clube Militar, mudaram de orientação, graças à reação dos respectivos quadros sociais, alarmados com o vulto que assumia o problema.

Entretanto, isto não quer dizer que os interessados em alimentar aquele clima de dissolução do espírito militar, estejam conformados. Ao contrário, agem eles intensamente em todos os setores que ainda lhes estão abertos, e que são muitos. As Forças Armadas já se ressentem dos efeitos desta ação maligna, notando-se em muitos de seus membros descrença e perplexidade, em face de atitudes contraditórias de autoridades face ao grave problema, inclusive dentro das próprias Forças Armadas".

Se é verdade que o Estado-Maior do Exército já adotou os conceitos da Guerra Revolucionária (ou Insurrecional), determinando, inclusive, a instrução de seus diversos assuntos aos oficiais, graduados e soldados, muitos companheiros há, nêles incluídos chefes militares, que não aceitam tais conceitos, não os adotam e evitam que se trate de tais assuntos em suas esferas de ação.

Ora, se o Exército, através de seus Manuais e Regulamentos, mantém uma unidade de doutrina através de toda a sua organização, no que se refere à administração, à disciplina e à instrução relativa à chamada "Guerra convencional", é urgente e imperativo que estabeleça a mesma unidade de doutrina no que concerne à "guerra fria", dentro de cujo clima se desenvolve o insidioso processo revolucionário que visa à im-

plantação sucessiva do comunismo em todo o mundo, e que se denomina "guerra revolucionária ou insurrecional".

Esta é a guerra de nossos dias, que se desenvolve ativa e intensamente, dentro de um clima de paz aparente. Sofremos, todos os seus efeitos, sob a forma de tensões, incertezas, dúvidas, perplexidades.

Sentimos a necessidade vital de uma palavra definitiva que nos diga, afinal, se há ou não há o processo de guerra revolucionária no Brasil; que nos diga se não são verdadeiros, se são apenas fruto de mera coincidência, os sintomas claros, ostensivos, gritantes, de seu pleno desenvolvimento em todos os setores da vida nacional, inclusive dentro das Forças Armadas.

Pois se, como pensamos, existe tal processo, se uma guerra desenvolvida por ora predominantemente no plano psicológico, se processa sob o nosso próprio nariz, então é imperioso que a encaremos com a mesma seriedade e a mesma unidade de doutrina com que trabalhamos no campo da guerra convencional.

Só com esta unidade poderemos conseguir o que o Gen Papagos realizou na sua Pátria, a Grécia, quando se tratou de combater a guerra revolucionária que lá também se instalou, para afinal eliminá-la: "Dar ao Exército uma organização adequada à sua missão, insuflar-lhe alma nova, dar-lhe fé na sua missão"!

Este era o nosso brado de alerta!



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73/95

tel. 45-8187

R. Camerino, 79/81

tel. 43-4990

R. Bambina, 36

tel. 36-6763

SIDERURGIA BRASILEIRA, ASSUNTO SEMPRE EM FOCO

ANTONIO DE BRITO JUNIOR

Gen Div R-1

Segundo o grande mestre Delgado de Carvalho, cujo nome é lembrado sempre com respeito pelo muito que se lhe deve, tôdas as indústrias têm necessidade de maquinaria para se conservar e progredir.

A matéria prima para a fabricação dessa maquinaria é o ferro. Os processos para o beneficiamento e transformação desse material constituem o que se chama a indústria siderúrgica, de importância tão primordial que foi considerada como indústria chave. O ferro, no seu desdobramento, é a moça que aciona a máquina social.

A siderurgia proporcionará a independência econômica do país e contribuirá para a organização de novas indústrias, pequenas, médias e grandes que, direta ou indiretamente, vão beneficiar os transportes; modernizar os processos de agricultura e de exploração do solo; permitir a fabricação de canhões e navios; e impulsionar a indústria química com os preciosos subprodutos da destilação do carvão na coqueria, que são: benzol, xilol, nafta, combustível para motor, sulfato de amônia, alcatrão, naftaleno, óleo desinfetante e piche.

Economistas da CEPAL chegaram às conclusões seguintes, um verdadeiro estímulo ao desenvolvimento da siderurgia nacional:

a) O estabelecimento da indústria siderúrgica assegura a regularidade do fornecimento de aço;

b) A siderurgia, de fato, requer um capital elevado para sua implantação, mas as múltiplas indústrias dela derivadas fornecem um rendimento muito compensador;

c) A economia de divisas com a implantação da siderurgia é da ordem de 43 a 57% em relação ao dispêndio que, de outra maneira, deveria ser feito com a importação pura e simples do produto acabado;

d) A maioria dos países cujos mercados foram estudados vivem em situação deficitária quanto ao abastecimento de produtos de ferro e aço;

e) A produção de aço tende a aumentar a renda nacional, pelo que a expansão dessa indústria é essencial à elevação do padrão de vida do povo em geral.

A indústria siderúrgica requer particularmente, como matérias primas, o ferro, o carvão e o manganês, sobre os quais vamos tecer ligeiras considerações que justifiquem as conclusões finais:

Ferro — É o elemento essencial da siderurgia. Constata-se no Brasil que a frequência das jazidas minerais conhecidas coincide com as áreas mais povoadas, isto é, que estão dentro da faixa de 500 km de largura ao longo da costa e que cobre 25% do território nacional. Fora dessa

faixa, o minério de ferro só é encontrado associado ao manganês em Mato Grosso, no morro do Urucum.

A quase totalidade da produção brasileira provém das reservas feríferas a leste do rio São Francisco, nas elevações da Serra do Espinhaço que para o norte se estende até a Bahia com a denominação, ali, de chapada Diamantina. Formações antigas e sede dos principais recursos minerais do país.

Na Bahia o tipo de minério dominante é a limonita; e em Minas é a hematita.

Outras ocorrências se verificam em vários pontos do Paraná e de Santa Catarina, onde o tipo dominante é a magnetita.

Em Mato Grosso e Amapá vem o ferro associado ao manganês.

A produção brasileira de ferro é da ordem de 5 milhões de toneladas por ano; representa 1% da produção mundial; e confere ao Brasil o 12º lugar entre os produtores de ferro.

É interessante salientar, como altamente contrários aos interesses nacionais, os seguintes fatos:

a) O minério de ferro exportado, que é proveniente de Minas e do tipo hematita, se distingue pela sua excepcional pureza; tem o teor em ferro de 65% e é considerado o melhor do mundo;

b) Comemora-se como um grande acontecimento nacional a melhoria no porto de Vitória, possibilitando a atracação de navios com capacidade para 60 mil toneladas, ou mesmo mais; o trabalho de prolongamento da estrada de ferro Vitória — Minas, até Belo Horizonte, para atuação sobre o vale do Paraopeba; e aumento da capacidade de transporte para 20 mil toneladas por dia, de minério de ferro, até o porto de Vitória;

c) Prevê-se uma exportação maciça da ordem de 30 milhões de toneladas por ano;

d) Conforme se vê no projeto de decreto publicado em matutino idôneo, sob o título de "Política nacional relativa ao nosso minério de ferro" (arts. 4º e 5º; "Correio da Manhã" de 22 de abril de 1962), pretende-se dar prioridades criminosas à Cia do Vale do Rio Doce, ou empresa associada, para o transporte, embarque e desembarque de minério de ferro em todas as ferrovias nacionais já instaladas ou que se instalarem. A matéria constante dessa notícia, se verdadeira, é atentatória ao nosso desenvolvimento e, como tal, merece ser devidamente ponderada, retificada e esclarecida.

São consideravelmente grandes nossas reservas de ferro e a exportação do minério nos concede apreciáveis divisas. Entretanto, se exportarmos o ferro industrializado é óbvio que os lucros serão muito mais compensadores. Ou proceder como a Rússia que procura levar a produção do minério a acompanhar o desenvolvimento de sua indústria siderúrgica; ou, o que nos parece melhor indicado para o nosso caso, realizar uma exportação mais prudente por troca com o carvão de que tanto carecemos.

Dos 15 principais produtores mundiais desse minério, 9 absorvem quase totalmente sua produção na indústria própria (E.U., França, Ale-

manha, Rússia, Grã-Bretanha, Áustria, Luxemburgo, Austrália e China); dois países aproveitam parte do minério e exportam o restante (Espanha e Índia); e somente quatro exportam a maior parte de sua produção (Brasil, Argélia, Venezuela e Canadá).

Os industriais americanos sabem que a exaustão já ronda suas minas e que quando breve isto se der o aço americano terá o seu preço grandemente aumentado.

Tentam o aproveitamento de minério pobre cujo teor se aproxima de 20%, ou vão ansiosamente buscar ricos minérios na Venezuela, no Brasil ou no Canadá.

O Brasil se apresenta como um bom fornecedor, e a longo prazo, de excelente minério. As perspectivas de trocas compensadoras, em futuro próximo, só dependem da firmeza de nossa política exterior.

As nossas reservas de ferro são realmente imensas, mas não se lhes deve aplicar o adjetivo de "inesgotáveis", uma vez que os minérios não são renováveis.

Inesgotáveis eram consideradas as jazidas americanas que chegaram a exportar o minério. Dentro de 10 a 15 anos estarão suas minas inteiramente exaustas.

Os melhores minérios da Espanha saíram pelo porto de Bilbao, e abasteceram altos fornos ingleses; no solo da Espanha ficaram buracos.

Outro exemplo é o da Inglaterra, que exportou estanho e, hoje, o importa para satisfação das necessidades de suas indústrias.

Carvão — Elemento imprescindível à alimentação dos fornos da siderurgia.

No Brasil, as maiores reservas carboníferas se acham, em particular, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e, secundariamente, no Paraná e em São Paulo. São modestas essas reservas tanto sob o aspecto quantitativo, quanto qualitativo. Todo o carvão nacional contém alta percentagem de cinzas e de enxôfre. A grosso modo, apenas um terço é coqueificável; o outro terço é carvão de vapor e o restante é estéril.

Volta Redonda vem utilizando o carvão nacional na proporção apenas de 30%; o resto é completado com carvão de melhor qualidade, importado.

O aproveitamento do carvão nacional em melhores condições exige técnica aperfeiçoada e grande disponibilidade de recursos, pelo que, no abalizado julgamento do General Macedo Soares, o problema do carvão é o mais importante e complexo para nossa siderurgia.

A política que mais nos convém é, sem dúvida, a preconizada pelo Almirante Thiers Fleming:

— Importar o carvão estrangeiro, mais rico em calorias, mas incentivar ao mesmo tempo o aproveitamento do carvão nacional, melhorando e aumentando gradativamente o seu emprego.

Essa importação de carvão poderá ser feita sem dispêndio de divisas, criando-se uma corrente de trocas por minério de ferro, com vantagens recíprocas para as partes interessadas. O minério de ferro é a moeda forte de que dispomos em abundância.

Como medidas complementares atender-se-ia à:

- continuação de pesquisas sistemáticas nas áreas possíveis do N e NE ocidental;
- mecanização na extração e nas usinas de beneficiamento para barateamento do produto e para melhoria das condições de vida dos mineiros;
- utilização de transportes marítimos nacionais.

A grande deficiência do solo brasileiro, que é a pequena e má reserva de carvão, não nos desencoraja, porquanto essa falha poderá ser suprida por um regime de troca com minério de ferro, como já ficou dito, solução que há muitos anos foi encarada por Pandiá Calógeras. Vários países desenvolveram sua siderurgia apesar de deficiências de matérias primas: os E.U., a Alemanha e a Inglaterra importam o manganês; — a França, o carvão; — a Suécia, o manganês e o carvão; — a Itália, o manganês e o ferro; e a Argentina vai ter o aço mais caro do mundo, importando ferro, manganês e carvão.

Manganês — Na fabricação de aço, o manganês impede que ele se oxide ou sulfurize.

O cientista W. R. Jones o considera o sabão do aço, e escreve: "Sem haver sabão não se lava a roupa; sem manganês não se pode fabricar aço decente."

Assim, o manganês, minério necessário à metalurgia do ferro, nas ligas, na eliminação de impurezas e na fabricação de aços especiais, pode ser considerado como um mineral semiprecioso.

Pouquíssimos são os países que ainda possuem reservas apreciáveis dessa matéria prima indispensável à siderurgia: Rússia, União Sul-Americana, Costa de Ouro e Índia.

Nossas reservas, que variam muito de teor e de tipo, são escassas e ocorrem principalmente em Minas, Bahia, Mato Grosso e Amapá; em regra, estão associadas ao ferro.

Os depósitos de Minas, de mais fácil acesso por mais próximos dos centros consumidores, se localizam no centro desse Estado, em Lafaiete, Ouro Preto, São João d'el Rei, Lavras, Itabira, D. Silvério, Pitangui, Sta. Bárbara e Diamantina. Não são de vulto esses depósitos e já é evidente o esgotamento das minas.

Os depósitos da Bahia aparecem a cerca de 500 km do litoral ou próximos ao mar, em Nazaré, Jacobina, Bomfim e Sto. Antônio de Jesus. Acham-se praticamente esgotados.

Os depósitos de Mato Grosso são os mais volumosos e se encontram no morro do Urucum, próximo à fronteira com a Bolívia, a cerca de 25 km ao S. de Corumbá, ou a umas 1.700 milhas à montante do estuário do Prata. Escoadouro natural via Paraguai — Paraná.

Finalmente, as reservas do Amapá, descobertas recentemente (1945), estão situadas em ambas as margens do Amapari, afluente do Araguari, na serra do Navio. Vêm sendo exploradas pela Bethlehem Steel Co., por intermédio da firma Indústria e Comércio de Minérios (Icomi). É o minério do hemisfério sul mais próximo do mercado consumidor norte-ame-

ricano, do qual dista somente 3.200 milhas, enquanto dista de quase 5.000 milhas do porto do Rio de Janeiro.

Os pequenos depósitos de manganês no território americano estão reservados para o emprego em caso de guerra.

A Rússia dispõe ainda hoje das maiores reservas de manganês do mundo e durante muito tempo atendeu a cerca de 30% das necessidades norte-americanas; o restante ia da Índia e da África (Costa de Ouro, União Sul-Africana e Libéria).

Como as empresas americanas não podem mais importar esse minério da Rússia e são cada vez mais limitadas as reservas das demais jazidas mundiais, sentem dificuldades imensas para alimentar a sua fabricação de aço, a maior do mundo. Por tais razões, se compreende facilmente o empenho com que se associam a cometimentos como os do Amapá e as pressões que exercem para a obtenção de novas fontes de fornecimento. Defendem uma questão vital, com direito igual ao que temos na defesa de nossos interesses.

A opinião generalizada é a de que devemos restringir a exportação do manganês sob pena de ser comprometido o futuro de nossa indústria siderúrgica. Em particular, se impõe a preservação dos depósitos em Minas para atender às solicitações crescentes dessa indústria. As citações abaixo transcritas, de autoridades no assunto, confirmam o que se acaba de asseverar:

— Geólogo Sílvio Fróis de Abreu: As reservas de minério de manganês do Brasil não são tão abundantes a ponto de dispensar que se cogite de zelar pelo abastecimento da indústria metalúrgica nacional nos anos próximos.

— Dr. Roberto Pinto de Souza: A indústria extrativa não cria por si só riqueza na região em que se encontra;

— Brasil 1960 (Min. das Relações Ext.): O problema da exportação do minério de manganês, devido as suas características estratégicas para o nosso desenvolvimento siderúrgico, constituiu matéria bastante discutida. Estudiosos... aceitam que não se deve estimular a exportação de manganês do Estado de Minas;

— Engenheiro José Hermínio de Moraes: Até agora temos exportado minério com resultado pouco remunerador. Ao terminar a exploração restam apenas cidades ou aldeias mortas, sem o menor valor econômico;

— Professor Robert Mehl: Em Minas, o esgotamento das jazidas de manganês já é evidente;

— Geólogo Othon Leonardo: Cumpre exportar com ponderação os produtos minerais "in natura";

— Ministro Bitencourt Sampaio: Os países possuidores de manganês só o deixam sair a troco dos mais modernos armamentos;

— Engenheiro de Minas Glycon de Paiva: Até agora temos exportado minério com resultado pouco animador;

— Eng. Metalúrg. Waldemar de Lima e Silva: O manganês para a indústria siderúrgica é um problema mais sério do que se imagina. A

exportação do manganês não convém que seja levada em excesso, pois o Brasil muito necessita dele para acompanhar a evolução de sua indústria siderúrgica, presentemente em período áureo de expansão;

— General Raimundo Sampaio: Urge seja submetida a exportação de manganês a rigoroso controle do Estado a fim de impedir que em futuro mais ou menos próximo a indústria siderúrgica nacional venha a sofrer tremenda crise, com prejuízos incalculáveis para a economia nacional;

— Conjuntura Econômica (1951): No ritmo em que se vem processando a exploração das jazidas de manganês em Minas, a indústria siderúrgica breve estará privada dos suprimentos desse minério;

— Economista Pimentel Gomes: O futuro siderúrgico está ameaçado pelas exportações maciças e a preços baixos de manganês, elemento semi-raro e absolutamente indispensável;

— Jornalista Costa Rêgo: Importamos borracha para manter nossa indústria de pneumáticos. Importaremos sem dúvida manganês para sustentar nossa indústria siderúrgica, e isto no regime de economia dirigida, mal dirigida, vê-se bem;

— Ten-Cel Newton Lisboa Lemos em admirável separata da Revista do Clube Militar, sob o título "Manganês": Se destinarmos o minério de Minas Gerais, exclusivamente para atender ao consumo interno, até 1987 (27 anos) as reservas atualmente conhecidas naquele Estado estarão totalmente esgotadas;

— Finalmente, a declaração feita por eminente industrial americano e trazida ao nosso conhecimento pelo distinto engenheiro metalúrgico Waldemar de Lima e Silva, a propósito do minério que deveria ser comprado pelo governo dos Estados Unidos, para o seu programa de estocagem, sem preocupações de preço: "O minério de manganês vale mais que todo o ouro do Forte Knox".

Vozes há; faltam ouvidos!...

Opiniões tão abalizadas nos conferem o direito de asseverar a inconveniência da exportação do minério de manganês de Minas, já escasso, permitindo-se a exportação do minério da periferia, de Macapá e de Mato Grosso.

Exportação essa que deverá ser feita a preços compensadores e sob rigorosa fiscalização, por se tratar de minério cujas reservas mundiais são limitadas em quantidade e em fornecedores.

Situação da siderurgia mundial e da siderurgia brasileira

O expansionismo siderúrgico é preocupação primordial dos povos cultos.

Em 1959, pela primeira vez, a produção de aço ultrapassou o nível de 300 milhões de toneladas anuais e se prevê que entre 1972 e 1975 essas produções dobrará, atingindo talvez a 630 milhões.

Os maiores produtores de aço são exatamente as atuais grandes potências: E. U., Rússia, Alemanha Oc., França e Japão. Na América do Sul, excluído o Brasil, o país que apresenta maiores possibilidades no setor siderúrgico é o Chile, porque possui grandes reservas de excelente minério de ferro.

Em todo o mundo, é o Brasil o país de maior futuro siderúrgico, conforme asseveram geólogos e economistas. Já somos o primeiro país de toda América Latina e estamos em franca e promissora evolução. Entretanto, comparando o desenvolvimento de nossa siderurgia com o da China e da Índia nos sentiremos verdadeiramente humilhados.

Muito mais o Brasil poderia e deveria ter avançado nesse setor, se almeja um lugar condigno entre as grandes potências.

Os cinco grandes da siderurgia nacional são:

- Siderurgia Nacional, em Volta Redonda, fundada em 1941;
- Belgo-Mineira, em Monlevade, fundada em 1921;
- Mineração Geral do Brasil, em Mogi das Cruzes, fundada em 1938;
- Acesita, em Acesita, fundada em 1944;
- e a Mannesmann, em Belo Horizonte, fundada em 1953.

Alem de outras usinas menores, em franca produção, acham-se em montagem ou em estudos as seguintes grandes usinas:

- Usiminas, companhia mista, associada a capitais e técnicos nipônicos;
- Cosipa, usina eletro-metalúrgica, em Piaçaquera, no litoral paulista, próximo de Santos;
- duas usinas no Rio Grande do Sul, em Bagé e S. Jerônimo;
- em Angra dos Reis, que pretende utilizar refugos de Volta Redonda;
- em Laguna, Sta. Catarina, ao lado do carvão;
- na Guanabara, no Curato de Sta. Cruz, já tendo sido realizados entendimentos do Sr. Governador com capitalistas interessados.

CONCLUSÕES FINAIS

1. O Brasil já possui uma ponderável indústria siderúrgica com grande influência na economia do país;

2. Essa indústria siderúrgica se acha em franco desenvolvimento, mas precisa ser acelerada sua expansão;

3. Para que tal indústria básica se firme e tenha uma projeção condizente com nossas futuras necessidades e atuais reservas de minerais, deverá ser estabelecida uma *Política Siderúrgica* em que particularmente se obedeam às seguintes considerações:

a) Criação de um Fundo Nacional de Pesquisas, para avaliação cuidadosa de nossas possibilidades e deficiências minerais;

b) Planejamento da expansão do aproveitamento das reservas minerais;

c) Estudo da localização de novas usinas e da expansão das atuais;

d) Preferência de pequeno número de usinas de grande capacidade a grande número de usinas de pequena capacidade (Custo da produção da tonelada de aço e capacidade da usina variam em sentido inverso);

e) Promoção do abastecimento de energia, transportes ferroviários, rodoviários e marítimos; e facilidades portuárias para alimentação das usinas;

f) Preparo e aperfeiçoamento técnico do elemento humano:

- reaparelhamento das escolas de minas, de metalurgia, e de eletricidade;

- treinamento de bolsistas;

- estágio de engenheiros, contramestres e operários em grandes centros siderúrgicos;

- contrato de técnicos estrangeiros;

- intercâmbio cultural com grandes centros siderúrgicos (Roy Nasli: Uma civilização industrial não pode ser construída por um proletariado analfabeto);

g) Exportação com prudência do minério de ferro, dentro de uma relação direta entre aço produzido e minério exportado;

h) Importação de carvão estrangeiro para satisfação das necessidades das usinas e para estocagem;

- Aquisição do carvão, de preferência, por troca com minério de ferro;

- Utilização, sempre que possível, de unidades marítimas nacionais nos transportes;

i) Proibição terminante de exportação de minério de manganês do Estado de Minas;

- Instalação da indústria de ferro-manganês, tendo em vista a exportação de industrializados;

j) Revisão de leis trabalhistas;

- Simplificação de formalidades;

- Garantias recíprocas de empregado e empregador;

- Estímulo ao operário mais evoluído ou mais rigoroso no cumprimento de seus deveres;

k) Ligação íntima com o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em vista da elevada significação da indústria em aprêço para os três ramos das Forças Armadas: Exército, Aeronáutica e Marinha;

l) Previsão e estudos para o estabelecimento e desenvolvimento da eletro-siderurgia, particularmente em Minas, Mato Grosso, São Paulo e Paraná. (Foram levados em consideração: A abundância de eletricidade nestes Estados com as usinas elétricas de Furnas, Três Marias, Urubupungá e aproveitamento futuro das grandes quedas do Paraná;

- Os altos fornos elétricos que já vêm sendo usados pelas indústrias siderúrgicas da Suécia, Suíça, Itália e Noruega;

- Aproveitamento da experiência alheia).

Diz o Gen Macedo Soares: "Creio firmemente na industrialização do nosso País, porque ela corresponde a uma realidade e a uma necessidade."

Creio eu ainda na vontade coletiva do País a favor de nossa completa emancipação econômica.

Contribuirá grandemente para isto a decisão de perdermos o mau vêzo de só ver as coisas claras em tempo escuro.

OPERAÇÕES NA SELVA

NO TEATRO DE OPERAÇÕES AMAZÔNICO

Major GUSTAVO MORAES RÊGO REIS,
Oficial de Estado-Maior

I — INTRODUÇÃO

Em artigo publicado no número de maio-junho de 1962 desta Revista procuramos delinear as características gerais das Operações Fluviais na Amazônia. Naquele trabalho, analisando os aspectos particulares que as citadas operações, poderiam apresentar, admissíveis no Teatro Amazônico, de acôrdo com certas peculiaridades geográficas das faixas mais permeáveis em que se desenvolveriam, indicamos, com ênfase, as ações realizadas nas largas faixas alagadas — a várzea — marginais aos grandes rios, cortadas de "igarapés" extensos, mais ou menos estreitos, e de línguas de "terra firme", a maneira de divisores, sem relevo notável, tudo coberto de floresta bastante espessa. Dissemos ainda: Serão operações com tropas terrestres, desenvolvidas porém, a cavaleiro daqueles típicos cursos d'água, impondo, em consequência, aptidão operacional "aquática" — reconhecimentos, pequenos deslocamentos e mesmo ações em fôrça — a par de conduta terrestre, geralmente na selva.

Realmente, nos parece que a denominada "Guerra na Selva", pelo menos no Teatro de Operações Amazônico, não poderá furtar-se à feição eminentemente "aquática". As características geográficas, já exaustivamente assinaladas, suas constantes panorâmicas — os rios e a selva — e suas relações de dependência e, afinal, o próprio quadro operacional em que estas ações terão lugar no problema geral do Teatro, tudo isso, leva-nos a admitir como atividades muito íntimas, aquelas de feição "aquática" e as desenvolvidas na Selva, que agora pretendemos esboçar.

Se existe algum tipo de guerra em que o brasileiro — o Brasil — tinha obrigação de antecipar-se em termos de sistematização e de doutrina, era o de Guerra na Selva.

Dispondo em seu território da maior área florestal do mundo, onde confinam cerca de dois terços de suas fronteiras terrestres; tendo largo período de sua História marcado pelo desbravamento, pela conquista, pela ocupação e pela defesa desta área; implantando, afinal, nessa latitude uma civilização singular e única — o Brasil — teria de adiantar-se, por tudo isso, na adequação oportuna dos aspectos militares de conduta identificados à condição geográfica da Amazônia e sedimentados por amplas e fecundas experiências históricas pioneiras.

Tal não acontece porém.

Um nosso ex-instrutor, quando freqüentava a Escola Superior de Guerra da França, por ocasião da Guerra da Indo-China, era comumente consultado, e com muito acatamento, a respeito das soluções brasileiras no tocante às nossas tropas de fronteira na Amazônia. Supunham os franceses que a instrução, o equipamento, fardamento, legislação e tudo o mais, obedecessem a padrões peculiares, condizentes à região. Evidentemente não poderiam eles imaginar que os Elementos de Fronteira sediados no Alto Solimões e no Oiapoque não apresentassem maiores diferenças daquelas outras Unidades das Guarnições do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul.

Perdoem-me o exagêro. Mas cada um de nós quando chega à Amazônia, na medida em que vai dominando os aspectos regionais da atraente área e, particularmente, vislumbrando o equacionamento de seus problemas fundamentais, ao mesmo tempo que se dispõe com energia e ânimo a enfrentá-los e a reduzi-los, sente uma sensação de que terá de iniciar tudo. Sente, extraordinariamente, a falta de um passado próximo, informativo e documentado. São apenas fatos, histórias, casos, lembranças nada perenes.

Parece fora de dúvida, que todo aquele acervo, acumulado a duras penas, não tem sofrido o indispensável processamento e a massa valiosa de informes não completa o seu ciclo para atingir, afinal, os elementos mais interessados, mais sôfregos, mais dependentes de seus resultados — as Unidades de Combate da Fronteira.

E até mesmo nesse passado mais recente há observações valiosas fartamente documentadas em relatórios e, em particular, na própria experiência, generosamente vivida por nossos dedicados camaradas que serviram e servem naquelas guarnições. Sob êsse aspecto cumpre assinalar, além dos ensinamentos apreendidos por cerca de trinta a quarenta tenentes e capitães que freqüentaram o "Centro de Instrução de Guerra na Selva", em Fort Sherman, no Panamá, dois excelentes exercícios de Progressão na Selva levados a efeito em 1958 e 59 pelo 27º BC na região de MANAUS — MANACAPURU, o exercício conjunto, Mahobra AMAZÔNIA/59, realizado em BREVES no arquipélago de MARAJÓ, e, afinal, as duas operações contra bandoleiros no vale do JAVARÍ em 1959 e 1960.

Tudo isso constitui, realmente, acervo de excepcional valia, já que procura traduzir, sistematizar e tanto quanto possível, fixar, experiências em situações efetivamente vividas, caracterizando ensinamentos, práticas, perícias, procedimentos e condutas, as mais diversas, capazes de levar o indivíduo a superar as injunções e os percalços para sua sobrevivência na selva e, o grupo de homens a manter-se, deslocar-se e mesmo assumir alguma atitude tática. Falta porém — e nisso os relatórios das Operações contra bandoleiros oferecem argumentos inelutáveis — falta a formalização daquelas experiências, sua tradução em padrões normativos, a ampliação do campo de difusão dos ensinamentos e a adoção generalizada da sistemática de procedimentos e condutas consagradas pela prática.

Na verdade, não podemos considerar ultrapassada a fase inicial de busca de elementos informativos pertinentes à conduta individual e de pequenos grupos na selva, mas acredito que já iniciaremos tarde o trabalho inadiável de ordenação, sistematização e divulgação, em termos doutrinários, dos nossos manuais de Sobrevivência e de Emprego das frações elementares autenticamente adequados à Guerra na Selva na Amazônia.

II — CONCEITUAÇÃO

A título de referência, já indicamos na Introdução um conceito de Guerra na Selva na Amazônia, no quadro geral das Operações Fluviais.

Do ponto de vista tático, a Selva pode ser considerada sob dois aspectos.

Primeiro, como regiões passivas, fortemente obstaculizadas, estabelecendo soluções de continuidade entre possíveis frentes de atuação. Verdadeiras barreiras naturais.

Segundo, do ponto de vista operacional, ainda decorrente do primeiro, a Selva é uma contingência. É fácil compreender que não seria razoável pretender-se ocupar e manter regiões de selva, senão transpô-la no mais curto prazo, utilizando as vias de acesso em seu interior, para atingir-se outras regiões mais favoráveis dos pontos de vista tático e logístico.

Evidentemente, os princípios básicos do combate são aplicáveis às ações desenvolvidas na Selva, porém a natureza muito particular do terreno, as ocorrências climáticas e meteorológicas, a natureza, volume e condições outras dos meios a empregar nesses tipos de operações, impõem circunstâncias essenciais, modificando a técnica, os processos de combate e a própria utilização do equipamento.

III — ALGUMAS CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS

Quando tratamos das Operações Fluviais procuramos ressaltar as dificuldades para o planejamento dada à carência de informações cartográficas de razoável precisão. Na verdade são cartas em escalas muito pequenas — 1:250.000 e 1:500.000 ou menores — absolutamente impróprias para o planejamento de emprego de frações elementares. Ainda mais, há necessidade daquele "sentimento do terreno" do qual também falamos, sensação pessoal, para um justo dimensionamento regional dos conceitos da geografia corrente.

Muito sugestiva foi a experiência vivida por ocasião da segunda atuação contra bandoleiros no rio JAVARÍ. A duração das diversas missões impostas a cinco destacamentos que operaram em uma área de selva aproximadamente igual a todo o Estado do RIO DE JANEIRO, representada cartograficamente apenas por quatro ou cinco grandes rios, fixou-se tão-somente na capacidade de suprimento que cada destacamento poderia conduzir nas costas de seus componentes.

A absoluta ausência de recursos cartográficos e de informes mais ou menos concretos sobre o inimigo indicavam a descentralização das ações e, ao mesmo tempo, tornavam inviável a manutenção do apoio pela im-

possibilidade de se plotar cada um dos destacamentos no curso da ação. Assim as missões muito gerais no espaço, foram fixadas no tempo, tendo em vista a auto-suficiência das respectivas frações e, principalmente, a iniciativa, a energia e o bom senso de seus jovens comandantes, tenentes dos diversos Elementos de Fronteira.

O Terreno e seu conhecimento — Vejamos sob a forma muito geral, quase esquemática, um Estudo do Terreno, observando, em particular, seus fatores militares. Assim:

a. Observação e Campos de Tiro:

O problema da visibilidade no que tange à observação e a campos de tiro fica condicionado a três tipos de terreno:

- as florestas;
- os rios e igarapés;
- as manchas de campos e clareiras (além do caso particular das localidades).

Na floresta, tanto a observação como os campos de tiro reduzem-se a distâncias muito pequenas, não ultrapassando a 20 metros ou pouco mais.

A limpeza dos campos de tiro deve ser evitada para não denunciar armas e atiradores. Os alvos serão, em consequência, inopinados e surgirão a curtas distâncias. Já a observação pelo som pode ser realizada desde muito distante, principalmente, para os ruídos surdos. No interior da selva, homens treinados (mateiros) identificam com certa facilidade ruídos de machado abatendo árvores, remos batendo n'água, latidos, ruídos de galhos quebrados indicando deslocamento de grupo de homens, etc.

A ligação pela vista, embora fundamental, seja para a progressão, seja para o próprio exercício do comando de pequenos elementos, sofre as limitações de alcance já apontadas.

Nos rios e igarapés a observação e os campos de tiro ficam na dependência da maior ou menor largura dos mesmos e da extensão de seus "estirões". O observador ou atirador disposto em embarcação, ou na margem em ponto favorável, terá domínio de vistas e de fogos sobre a superfície líquida, sendo porém, sempre muito difícil penetrar além da barreira de vegetação marginal. Quase sempre nos igarapés mais estreitos, grande quantidade de plantas aquáticas (Mururés), constituindo verdadeiras barreiras flutuantes, dificultam sobremaneira a observação e o tiro sobre a corrente de água e, em certos trechos, chegam mesmo a impedir o deslocamento. Essas barreiras vegetais, em geral, sobem e descem ao sabor das marés que exercem sensível influência no curso de água.

Partida das margens a observação e o tiro serão proporcionados pelos "firmes", quase sempre dominando os maiores "estirões" e não raro

ocupados por um casebre. O tiro então não encontrará impedimento para bater as extensões favoráveis dos cursos de água.

Nos pequenos espaços livres de campos e clareiras a observação e o tiro são francos, limitados tão-somente pela orla da vegetação de porte que guarnece o descampado.

b. Obstáculos:

Do ponto de vista operacional, como estamos analisando, as características gerais da selva, ela mesma por si um obstáculo, retiram um pouco a feição particular no estudo e apreciação desse fator. Assim, ficará mais oportuno destacá-lo quando forem consideradas as vias de acesso e suas respectivas peculiaridades.

c. Cobertas e abrigos:

A cobertura vegetal oferece, em evidência, as condições necessárias para proteger das vistas e, até mesmo dos tiros, os deslocamentos e as posições, haja vista as considerações já apresentadas quanto à observação e campos de tiro.

Também como foi ressaltado, mesmo nos igarapés, graças à vegetação aquática flutuante (Mururés), é muito viável a aproximação de embarcações cobertas das vistas pela massa flutuante de vegetação.

Nas línguas de "terra firme" o relevo do terreno, embora pouco expressivo, permite sempre abrigos naturais para pequenos efetivos e a natureza geralmente arenosa do solo facilita a construção de organizações de terreno com alguma facilidade.

d. Vias de Acesso:

Aqui cabe salientar que as Operações na Selva, admitidas as considerações já apresentadas, proporcionam duas ordens de vias de acesso: as fluviais e as terrestres. Além disso, teremos quase sempre os acessos mistos, isto é, parte fluviais e parte terrestres.

Quando cuidamos das Operações Fluviais, fizemos um relato das características dessas vias de acesso fluvial — os igarapés — no quadro operacional das forças terrestres. Naquela ocasião ressaltamos os problemas de marés, obstáculos submersos, natureza das margens e seus locais de acesso e as condições de navegação a motor e a remo. Não repetiremos.

Vejamos agora as vias de acesso terrestres.

Vamos tentar estabelecer uma série de padrões que, na medida do possível, procuram reproduzir os tipos mais comuns de vias de acesso encontradas na selva. Serão descrições muito esquemáticas visando, principalmente, ressaltar os aspectos militares. Assim:

(1) Pista de retirada de madeira — Tipo de vereda de três a quatro metros de largura, desenvolvendo-se entre árvores de porte segundo uma orientação mais ou menos regular. Piso firme e semi-arenoso.

Grande quantidade de troncos abatidos sobre a trilha. Progressão franca em coluna por dois ou por três, admitindo uma velocidade estimada de 80 metros por minuto (4 km/hora).

(2) Trilha facilmente identificável — Percurso relativamente sinuoso, desbordando as partes baixas e com largura não superior a dois metros. Vegetação marginal arbustiva e de porte. Piso firme, não raro arenoso, porém coberto de certa quantidade de folhas. Ambiente úmido e relativamente sombrio. Dificuldade em observar o sol para orientação. Sobre a trilha a observação para ligação talvez alcance trinta metros, porém a facilidade na identificação da trilha permite o aumento dos intervalos entre os homens sem o risco de perder-se. Progressão fácil em coluna por um, admitindo uma velocidade estimada de 50 metros por minuto (2,5 km/hora).

(3) Pique de caçador — Percurso identificável normalmente com alguma dificuldade, muito sinuoso, procurando, em geral, as partes baixas e as cabeceiras dos igarapés. Predominância de vegetação de porte e após. Trilha não identificável em certos lugares. Ambiente muito sombrio e úmido. Piso embora firme, completamente coberto por espesso tapete de folhas que o tornam macio e fôfo. A busca das partes baixas obriga normalmente a cruzar igarapés e igapós de fundo lamacento, profundidade reduzida, não ultrapassando um metro, geralmente, onde a vegetação é mais rarefeita e com a predominância de palmeiras, destacando-se o açaiseiro. É também normal o encontro de grandes troncos abatidos. Progressão cuidadosa e reduzida, seja pelos obstáculos que se apresentam, seja pelas restrições quanto à visibilidade para orientação, ligação e observação. A ultrapassagem dos obstáculos exige iniciativa, presença de espírito e cooperação mútua visando sempre a vencê-los mais rapidamente. Velocidade estimada em cerca de 30 metros por minuto (1,5 km/hora) orientado por guia conhecedor da região. Observação visual não superior a 20 metros. As “estradas” dos seringais constituem acessos intermediários entre os dois já citados. São estes os caminhos de circulação na faina penosa dos seringueiros. Ora em forma retilínea, ora circular, partindo e chegando à margem do rio ou igarapé, essas “estradas” serpenteiam na floresta buscando da ordem de 100 a 200 “madeiras” em condições de produção, que pelos sinais de “sangria” podem proporcionar alguma indicação quanto à orientação a seguir. Quando circulares podem favorecer pequenas manobras de desbordamento do curso d’água em questão, sendo seus acessos denunciados, geralmente, pelo “tapiri” (abrigo de palha, muito rústico).

(4) Mata cerrada com predominância de palmeiras — Trilha de identificação muito difícil sem auxílio de guias e, não raro, até mesmo sem o conhecimento prático destes. A vegetação de porte relativamente reduzido apresentando folhagem cortante e grande quantidade de espinhos impõem cuidados, retardando a progressão obrigando a contínua limpeza do facão de mato. Ambiente mais claro e mais quente. Solo firme. Velocidade estimada em 20 metros por minuto (1 km/hora).

(5) Mata intrincada — Vegetação arbustiva e de porte sem vestígios de trilha. Piso firme, porém coberto por espesso tapete de folhas secas e galhos quebrados. Grande quantidade de cipós e trepadeiras, havendo necessidade da utilização permanente do facão de mato. Ambiente sombrio e úmido. Observação visual não superior a 5 metros. Velocidade de progressão estimada em 15 metros por minuto (750 m/hora).

(6) Igapó — Floresta alagada com predominância de vegetação de porte (mangues) e palmeiras (açaiseiro). Profundidade variável, em geral não ultrapassando 1,5 metros. Fundo lamacento e de aspecto desagradável. Ambiente sombrio e extremamente úmido. Piso irregular e progressão penosa, mesmo quando realizada utilizando os pequenos "tesos" sustentados pelo emaranhado das grandes raízes dos mangues. A expectativa de evitar cruzar pela água abatendo palmeiras a maneira de "pinguelas" para ligar um "têso" a outro reduz ainda mais a velocidade de progressão, que de qualquer maneira, não ultrapassará 10 metros por minuto (500. m/hora). Observação visual da ordem de 10 metros.

Não se pretende com essas descrições sumárias e muito esquematizadas estabelecer padrões rígidos em termos de terreno. Ao contrário, elas procuram mostrar a diversidade de aspectos que a nossa reduzidíssima experiência de selva permitiu levantar, procurando apreender, em particular, seus reflexos militares.

Cumpra ainda acrescentar que a movimentação do terreno, apresentando em certas faixas ondulações fortes, barrancos, cortes, ravinas, além de número variável de igarapés, que devem ser cruzados, tudo isso imprevisível face às deficiências já apontadas de informação cartográfica e de observação aérea ampliam as dificuldades de progressão e reduzem a velocidade média de deslocamento.

e. Acidentes Capitais:

Já foi dito, e é fácil compreender que, operacionalmente, a selva é uma contingência. Assim os acidentes capitais em seu interior e em suas orlas serão indicados por:

— pontos de bloqueio de entrada e saídas, geralmente à margem de cursos d'água e não raro ocupados por habitações;

— cruzamentos e bifurcações de trilhas ou caminhos como os descritos e que conduzam a pontos favoráveis;

— locais favoráveis a cavaleiro das trilhas ou fora destas, como clareiras, alturas dominantes, obstáculos de maior vulto e que se prestam a reuniões, estacionamentos, vantagens quanto à observação e ao tiro e às ações inopinadas de emboscadas e contra-emboscadas.

IV — a. ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES

Admitindo que o escalão Companhia constitui o elemento mais importante das nossas formações de fronteiras façamos algumas considerações em torno da organização dessa fração.

As ações na selva são montadas e desenvolvidas à base de atividades de Patrulhas, de valor variável, podendo mesmo a própria Companhia constituir uma Patrulha. A descentralização e certa autonomia operacional dos Pelotões, podendo atuar quer isolados quer enquadrados, pressupõe um mínimo de auto-suficiência logística, além da capacidade de sobrevivência, fruto de adestramento individual. Então, parece que o Pelotão deve dispor de meios em homens e material que proporcione aquela faculdade. Essa indicação é resultante de conclusões chegadas no decorrer do Exercício de Progressão realizado pelo 27º BC.

As observações quanto ao equipamento, armamento, fardamento, alimentação e transporte, todas elas com implicações sobre a organização das diferentes frações — observações dispersas, como já frisamos — exigiriam trabalho de maior fôlego, além do que nos propusemos.

b. Processos de Combate:

No quadro em que foram colocadas as Operações na Selva como ações complementares às de características fluvial, parece que seria agora mais oportuno enfrentarmos os processos de combate que lhe são peculiares, ao invés de cuidarmos da descrição mais ou menos formal da natureza dessas operações.

Podemos destacar três processos distintos de combate na selva: A Patrulha de Reconhecimento, a Patrulha de Combate e a Emboscada e sua variante, a Contra-Emboscada.

A Patrulha de Reconhecimento — É o órgão, por excelência de busca de informes sobre o inimigo e terreno. As deficiências da observação aérea e quanto a elementos cartográficos fazem com que as Unidades de Selva tenham como escopo de sua instrução o exercício desse processo de combate. Desde o desenvolvimento das aptidões individuais de iniciativa, argúcia, coragem e imaginação até o conhecimento profundo das técnicas de orientação (diurna e noturna), emprêgo das armas, condições de sobrevivência, a par de singular vigor físico, tudo isso é exigido dos elementos de uma Patrulha de Reconhecimento.

A Patrulha de Combate — É um elemento organizado e equipado para cumprir determinada missão. Em consequência, seu efetivo pode variar desde uns poucos homens até uma Companhia ou mais. Geralmente, as Patrulhas de grandes efetivos são organizadas para constituírem bases de patrulhas menores. O Grupo de Combate e o Pelotão são as frações ideais para essas missões. Seu combate, em princípio curto mas violento, exige grande energia e determinação do comandante. Como ficou dito, seu equipamento variará com a missão que normalmente recai em uma ação sobre acidentes capitais, como já os definimos, quando em mãos do inimigo. Cumprirá então conquistá-lo ou destruir suas instalações, quando existentes.

As características principais e essenciais de uma Patrulha de Combate são:

Sigilo no deslocamento, pronta ação pelo fogo e a manobra, tudo conduzido por um alto espírito de iniciativa de seu chefe.

Emboscadas — A emboscada é a ação do fraco contra o forte. É a realização ampla da surpresa. Meio eficiente de conduzir o combate ofensivo na selva, a emboscada constitui a essência da instrução individual e coletiva do combate realizado em um meio — a selva — extraordinariamente favorável à dissociação, impermeável à observação distante, condicionante de direções e velocidades de progressão, em suma, convidativo à surpresa.

A escolha do lugar, paradoxalmente, o não aparentemente indicado para uma emboscada, os cuidados com o disfarce individual, a imobilidade nas posições ocupadas, a surpresa no desencadeamento dos fogos e a energia na ação constituem os aspectos mais importantes e mais delicados no planejamento dessas ações. As formações adotadas variam com as características do terreno sendo de assinalar o risco sempre presente de baixas provocadas pelo próprio fogo amigo.

c. Sobrevivência:

Cumpre destacar, afinal, um item especial sob este título pela importância que se representa com uma das alternativas constantes em toda a sistemática das operações militares na Amazônia.

Acreditamos que tenha ficado suficientemente explícita a contingência criada pelos rios e pela selva em todas as condutas operacionais e logísticas levadas a efeito em áreas significativamente vastas com efeitos bastante limitados.

Daí o relêvo da sobrevivência como um conjunto de conhecimentos, técnicas e perícias capazes de, eventualmente, assegurar a vida e, tanto quanto possível, facilitar a permanência do homem no meio adverso. Trata-se pois, e principalmente, de proporcionar e desenvolver uma capacidade de adaptação ao meio físico, buscando tirar partido de recursos normalmente encontrados e explorar as facilidades que estes possam proporcionar, desde que adequadamente utilizados.

Em primeiro lugar, é preciso então, um levantamento, uma espécie de inventário regional e seletivo daqueles recursos aproveitáveis na emergência, em tal ou qual situação. Depois, as informações práticas para a identificação dos mesmos; as técnicas para seu uso, inspiradas, quase sempre no tradicional procedimento dos habitantes locais; recursos expeditos para a caça e a pesca e a improvisação de aparelhagem adequada; confecção de abrigos, armas, embarcações, etc. E mais ainda, toda sorte de regras práticas de primeiros socorros, orientação, e conduta individual e coletiva levando em conta os fatores negativos atuantes nessas situações como o pânico, o abatimento, as inibições, etc.

Como exemplo, quando preparávamos em 1960, em Belém, um grupo de oficiais que se destinava ao "Centro de Instrução na Selva", no Panamá, sugerimos uma versão adaptada para o processo nemônico pre-

conizado pelo manual americano FM-21-76 SURVIVAL utilizando a própria palavra SOBREVIVÊNCIA, para sintetizar as regras práticas. Assim:

Sondar a situação ;

Orientar-se ;

Balancear os meios disponíveis ;

Recordar sua localização ;

Escolher uma direção de deslocamento ;

Vencer o medo e o pânico ;

Improvisar ;

Valorizar sua vida dosando o esforço e o repouso ;

Estabelecer um sistema regular para as refeições ;

Não esquecer a atuação do inimigo ;

Conduzir-se como os habitantes locais ;

Identificar plantas e animais da região ;

Aplicar os conhecimentos básicos de sobrevivência.

Procuramos desta forma, utilizando o vocábulo perfeitamente identificado à situação em aprêço, incorporar aos princípios indicados pelo manual americano outros tantos que a pesquisa dos relatórios e alguma experiência vivida nos levaram a considerar.

É apenas um despretenso exemplo do muito que se pode e se deve empreender de realmente autêntico e original e adequado nesse terreno.

V — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não poderíamos ter a pretensão de abordar todos os aspectos que dizem respeito às Operações na Selva, em particular no Teatro de Operações Amazônico. Por isso mesmo, desejamos insistir como trabalho oportuno, principalmente, pelas ponderáveis e incisivas observações recolhidas em Relatórios elaborados por diferentes Chefes na vivência efetiva dos problemas militares da Grande Área.

O processamento das informações disponíveis e sua sistematização, a adequação desses elementos em documentação condizente aos quadros operacionais de nossas Unidades de Fronteira e sua difusão pelas citadas Organizações constitui tarefa urgente, missão inadiável. Ainda mais agora, quando se procura empreender uma verdadeira "tomada de consciência" visando a Reorganização do nosso Exército.

É preciso que as nossas Unidades de Fronteira não sejam emboscadas antes de penetrarem na selva pela deficiência de instrução, pelo despreparo profissional, pela omissão.

"Há sempre alguma coisa a tentar no sentido da ação."

CASOS HISTÓRICOS DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

Ten-Cel FERDINANDO DE CARVALHO
Oficial de EM

1. INTRODUÇÃO

O Livro dos Juizes, no Velho Testamento, nos conta a insurreição de Gaal contra o tirânico rei de Israel, chamado Abimelech, que assassinara 68 de seus sessenta e nove irmãos e, com o apoio dos cidadãos de Sichem, usurpara o trono do sucessor de Gedeão, seu pai. Gaal reuniu vários bandos de israelitas, naturais de Sichem e organizou um sistema de guerrilhas que emboscavam e assaltavam, refugiando-se nas colinas próximas da cidade. Quando se julgou suficientemente forte, Gaal com seus guerrilheiros decidiu desafiar e bater em luta aberta os exércitos regulares do rei opressor. Mas Abimelech derrotou Gaal, às portas de Sichem, sitiou a cidade, mandou matar a todos os seus habitantes e, finalmente, incendiou a torre-fortaleza onde se haviam refugiado cerca de mil pessoas. Abimelech morreu na luta contra uma outra cidade insurreta. Uma heroína israelita quebrou-lhe o crânio com uma pedrada. Abimelech, sentindo-se perdido, rogou ao soldado que lhe carregava as armas trespassar-lhe a espada para que não dissessem dele ter sido morto por uma mulher.

Esta é a história de uma insurreição dos tempos bíblicos, onde se vê, pela primeira vez, a organização de um sistema de guerrilhas que, à semelhança da rebelião grega de época recente, não logrou êxito ao defrontar-se com forças regulares.

Embora tão antiga como a própria humanidade, a guerra insurrecional sempre ofereceu aos pesquisadores militares uma grande dificuldade: a completa variedade de suas formas e características. Não é evidentemente possível estabelecer qualquer doutrina, através do simples exame de casos isolados. Pode-se dizer, pela comparação de numerosos exemplos históricos que, de acordo com o local e a época em que se desenvolve, cada revolução adquire aspectos inteiramente peculiares.

Sendo um tipo de conflito essencialmente ligado a condições políticas, sociais e econômicas ambientes, reflete o interesse de uma adaptação estreita às particularidades das situações. Aristóteles referia-se a dois tipos gerais de revoluções: a violenta, caracterizada pela luta armada, e a branca, baseada na fraude, no ardis e no golpe. Machiavel preconizava todavia que o processo do ardis deveria ter atrás de si a possibilidade de ação violenta, uma vez que só a violência é decisiva.

Assistimos, nos tempos atuais, à aplicação desses princípios há tanto enunciados: As insurreições armadas e a insidiosa penetração das ações disfarçadas.

A ação anti-insurrecional tem que enfrentar ora forças potentes e organizadas, ora elementos fugidios e indefinidos, cuja presença só se denuncia pelos resultados inesperados de sua atuação. Em certas oca-

siões, o panorama clássico das operações, ofensivas e defensivas, evidencia o emprêgo de unidades convencionais. Em outras, predominam ações subterrâneas, que abrangem a desobediência civil, a sabotagem, a guerrilha e o terrorismo seletivo ou indiscriminado.

Não é a luta armada que caracteriza a guerra insurrecional ou revolucionária. Esta se desenvolve multiforme e descontínua, no espaço e no tempo. É, muitas vezes, apenas um estado de espírito latente no seio do povo ou da própria força militar. O Exército Francês a define, em seu aspecto atual, como uma doutrina de guerra, elaborada por teóricos marxistas-leninistas e explorada por movimentos revolucionários diversos, para a conquista do poder, assegurando progressivamente o controle físico e psicológico das populações.

Marx, em seu manifesto, declarou: "Os objetivos comunistas só podem ser atingidos pela queda forçada das condições sociais vigentes. Que as classes dominantes tremam diante da revolução comunista. Os proletários nada têm a temer senão as suas cadeias. Eles têm diante de si o mundo inteiro a conquistar."

As manifestações revolucionárias de base comunista caracterizam-se quase obrigatoriamente pela ação de campos indutivos de interesses internacionais. O auxílio material do exterior não é constante. O normal são as manifestações de apoio moral e de incentivo. Mas, como veremos, as fases decisivas das insurreições importantes sempre contaram com a poderosa intervenção de recursos alienígenas.

O objetivo final é sempre a conquista do poder, destruindo, seja por uma lenta, paciente e determinada corrosão, seja pela derrubada violenta, a autoridade legal e seus instrumentos, entre os quais o mais importante é o Exército profissional. Alterações sociais profundas acompanham esse processo.

Procuram os estudiosos discernir os princípios comuns desse complexo fenômeno para firmar uma técnica repressiva indispensável à preservação da ordem social vigorante, tanto quanto o possível dentro das bases em que essa mesma ordem se assenta.

Uma das condições de sucesso da guerra insurrecional é a surpresa. E esta impõe a originalidade na ação. Uma insurreição montada em padrões conhecidos estará fadada ao fracasso. É esta uma das razões que dificultam a análise dos casos e a extrapolação de conceitos doutrinários. A revolução é, pois, a novidade mais velha do mundo.

Estudando as principais insurreições do século atual, verifica-se que o número de sucessos dos rebelados é aproximadamente igual ao de seus fracassos.

Quais as razões desse equilíbrio de resultados? Quais os fatores predominantes da oscilação da vitória entre o poder constituído e os elementos rebelados. Será possível determinar as constantes básicas desse processo?

A guerra revolucionária da atualidade tem seus fundamentos numa luta político-ideológica entre doutrinas sociais que não encaram a guer-

ra senão como um meio dentre um variegado repertório de recursos técnicos para a implantação ou a manutenção dos sistemas políticos. Suas manifestações abrangem conspirações subterrâneas, infiltração doutrinária lentamente instilada por uma propaganda hábil, ações ostensivas de terrorismo criminoso, atividades inopinadas de guerrilhas audaciosas e operações militares de envergadura com a participação de forças convencionais.

A luta de guerrilhas, cujos modernos artífices foram Lawrence e Mao-TseTung, vem sendo largamente estudada. Existem vários manuais que condensam uma abundante experiência no assunto, focalizando eficientes medidas para seu combate. Não há propriamente segredos técnicos e táticos em sua atuação.

As formas de penetração ideológica, os seus disfarces e subterfúgios são constantemente desmascarados.

As fases do processo revolucionário acham-se perfeitamente definidas.

Os franceses, ingleses, chineses, russos, cubanos e muitos outros povos têm dedicado vasta literatura à guerra insurrecional ou revolucionária.

E, todavia, como peça em permanente cartaz, a guerra aí está, vívida e atuante, preocupando o raciocínio e a imaginação de todos os que dispõem de uma parcela de responsável autoridade.

Não basta, pois, conhecer apenas a teoria da guerra subversiva. É preciso alguma coisa mais. É preciso disposição para enfrentá-la, ânimo para combatê-la, vontade para derrotá-la.

Nós, do Exército profissional, que somos no dizer de Guevara os "instrumentos da opressão", temos nossa sobrevivência condicionada à preservação da ordem legal que nos cumpre defender. Temos que ser essencialmente objetivos e não podemos negociar com o inimigo implacável. Sem nos impressionar com o mistério e a ameaça, temos que assentar nas lições dos casos históricos a base firme de nossa conduta contensiva.

Com esse espírito, vamos rememorar dois exemplos concretos: as revoluções da Grécia e da Indo-China. Em ambas, a flama inspiradora da guerra foi a implantação de uma ordem comunista. Derrotada uma, vitoriosa outra, tiveram ambas grande influência nos destinos do mundo.

É preciso que a técnica anti-revolucionária não seja apenas um registro teórico, encontrado em manuais, livros e artigos. Se a insurreição é um estado de espírito constante, a ação anti-insurrecional terá de ser uma atitude permanente.

2. A GUERRA REVOLUCIONÁRIA NA GRÉCIA

Na Grécia, entre 1946 e 1949, desenvolveu-se uma insurreição, de inspiração vermelha, cujos objetivos políticos eram o de assegurar uma importante cabeça-de-ponte comunista sobre o Mediterrâneo, consolidando e dando continuidade à influência comunista nos Bálcãs. Essa conqui-

ta teria, evidentemente, decisiva repercussão na conjuntura mundial, pois representaria o domínio comunista do Mediterrâneo oriental, e o isolamento da Turquia e do Oriente Médio. Pretendia o Kominform constituir a Confederação Balcânica, sob a tutela de Moscou, integrada pela Iugoslávia, Bulgária, Albânia e Grécia, esta despojada da Macedônia e Trácia, que seriam repartidas por aqueles países.

Na época em que se desencadeou a rebelião as condições favoreciam a ação dos comunistas.

É quase incompreensível como essa subversão redundou num completo fracasso, tais os interesses que animavam os rebelados e tais as vantagens de que dispunham.

Entre os grandes ensinamentos dessa guerra se alinha a constatação de que as táticas comunistas podem ser derrotadas, se enfrentadas com firmeza e decisão.

O TEATRO DE OPERAÇÕES

A moderna Grécia constituiu-se por desmembramento da Turquia, através de um movimento armado de independência no início do século XIX.

Com uma população escassa de sete milhões de habitantes, a Grécia é um país de aspecto geofísico movimentado e rústico, compreendendo uma extensa península que, por sua vez, se prolonga em outra península, a de Peloponeso, através do istmo de Corinto, e se irradia em um sem número de ilhas, entre as quais se destaca a de Creta, por sua área e posição estratégica.

O terreno é, em seu conjunto, constituído de montanhas calcárias e pedregosas, na maioria das vezes erodidas e desnudas, nas quais rareiam as estradas carroçáveis.

Algumas planícies férteis, como na Macedônia e Tessália, quebram essa monotonia agressiva e contundente. Apenas um quinto do território grego é cultivável.

O país tem uma economia predominantemente agrícola.

A indústria é precária, por escassez de fontes e de capitais.

A Grécia, berço da civilização ocidental, manancial de cultura humana, é um país pobre, onde se observa um grande esforço humano para progredir e vencer os empecilhos de condições geográficas pouco favoráveis.

A REVOLUÇÃO GREGA

Durante a 2ª Guerra Mundial, a Grécia foi invadida pelas tropas de Mussolini, que esperava obter uma fácil e rápida vitória. Mas os gregos, reagindo valentemente, empreenderam uma ação retardadora, altamente custosa para seus inimigos. Em seguida, não apenas os expulsaram do país, como penetraram profundamente na Albânia, ameaçando o prestígio do Eixo nos Bálcãs.

Hitler não teve outra alternativa: lançou então poderosas forças, que dominaram a Grécia peninsular, em abril de 1941, e a ilha de Creta, em maio do mesmo ano.

Durante a ocupação germânica, os gregos estabeleceram um sistema de guerrilhas, através de uma organização denominada EAM, cujos participantes eram conhecidos por ELAS, iniciais da expressão grega que significa, Exército Helênico Popular de Libertação, controlada pelo Partido Comunista Grego.

Os guerrilheiros gregos receberam poderoso e decisivo auxílio militar, coordenado pelo QG aliado do Oriente Próximo. Durante esse período o objetivo do Partido Comunista Grego não era propriamente o de combater os alemães, mas o de constituir uma forte e bem armada organização, capaz de submeter a Grécia imediatamente após a guerra. Procurou assim economizar forças. Suas atividades durante a ocupação foram muito restritas.

Em setembro de 1944, as tropas britânicas desembarcaram no país e, com auxílio de guerrilheiros, expulsaram os alemães numa campanha de 40 dias. Terminada a guerra, o Partido Comunista Grego tentou apoderar-se do poder, sem resultado.

O Chefe do Governo, General Papandreou, ordenou a dissolução do exército de guerrilheiros ELAS, mas vários de seus líderes, pretextando o preparo de um golpe de Estado, recusaram-se a cumprir essa decisão.

A presença das tropas britânicas, defendida por Winston Churchill e criticada violentamente por Andrei Vishinsky, permitiu a pacificação do país. Cerca de cinco mil guerrilheiros comunistas ELAS retiraram-se para os países fronteiriços, onde se organizaram sob a direção de seu chefe MARKOS, com o auxílio e assistência técnica de soviéticos.

No ano de 1946, quando se desencadeou a revolução grega, numerosos fatores proporcionaram aos comunistas ambiente favorável ao sucesso para uma tentativa de conquista do poder.

Os países que fazem fronteira com a Grécia ao norte: Albânia, Iugoslávia e Bulgária, estavam, na época, sob o estreito controle soviético. Havia, dessa maneira, grande facilidade para a penetração política e a obtenção de recursos materiais de proveniência russa. Essa vizinhança assegurava também refúgio cômodo nos casos de retirada.

O terreno montanhoso e difícil, precariamente dotado de vias de transporte, cheio de desfiladeiros, precipícios e passagens obrigatórias, é altamente favorável às ações inopinadas de pequenas guerrilhas rápidas e audaciosas. Propicia a montagem de emboscadas e ações de sabotagem.

Os guerrilheiros ELAS, nativos da região, aí haviam combatido, com sucesso, as forças de Mussolini e conheciam profundamente esse terreno, que se constituía, por isso, em um dos seus mais importantes aliados.

No país, empobrecido e marcado pelos terríveis sofrimentos da guerra, havia um panorama sombrio e tenso, para o qual ainda concorria a presença pouco desejada de algumas tropas britânicas de ocupação.

O Exército grego estava desorganizado e fraco. A polícia era deficiente. A situação econômica estava bastante crítica.

A população, impressionada com os atos de terrorismo, violentos e implacáveis, vacilava em auxiliar as forças legais e fornecia aos insurretos uma base para a obtenção de meios, esconderijos e informações.

As forças de guerrilheiros comunistas aumentavam dia a dia.

Havia, dessa maneira, condições morais e materiais para uma guerra revolucionária, que dificilmente o governo legal poderia conter.

A rebelião eclodiu de modo violento, marcada por um grande número de assassinatos de autoridades e políticos. Atos de terrorismo ensanguentaram todo o país. Pessoas que forneciam informações à Polícia eram constantemente executadas.

Os comunistas assumiram o controle de numerosas bases.

O governo ficou em uma situação altamente embaraçosa. Prenunciava-se um desastre, de graves consequências para todo o mundo.

As operações dos guerrilheiros compreendiam:

- incursões contra aldeias e cidades, visando à execução de assassinatos, saques e incêndios;
- ataques de surpresa contra forças militares;
- emboscadas contra comboios e tropas em deslocamento;
- atos de sabotagem em vias de transporte e pontos críticos.

O Exército, mal instruído e desaparelhado, revelava-se incapaz para derrotar os revoltosos, que dominavam completamente a situação.

As forças legais, dispersas e enfraquecidas pela sabotagem e falta de disciplina, perderam o controle do território, assumindo uma atitude defensiva. Limitavam-se a defender as localidades importantes.

As organizações de guerrilheiros podiam reunir informações pormenorizadas sobre as forças regulares, o que lhes permitia um eficiente planejamento. Todas as suas ações se caracterizavam pela surpresa e precisão, utilizando, principalmente, os movimentos noturnos. Em geral, pequenos elementos infiltravam-se no dispositivo defensivo legalista, criando a confusão, facilitavam o lançamento do esforço atacante, através das brechas conseguidas.

Em várias ocasiões, operações desse tipo puderam aniquilar inteiramente as forças regulares defensoras, com graves repercussões no moral da população.

A organização das guerrilhas, sentindo-se dominadora e potente, julgava chegado o momento de adotar uma estrutura militar mais aperfeiçoada e completa.

Os bandos de guerrilheiros foram rearticulados em Unidades de infantaria, reunidas em brigadas e divisões ligeiras, o que lhes permitiu um melhor controle, com algum prejuízo para a mobilidade.

Foi nessas circunstâncias que o governo grego resolveu adotar uma nova política militar em suas ações contra a subversão. Criou o Corpo de Defesa Nacional, constituído por civis armados, cuja finalidade era

liberar o Exército da missão de defesa das localidades e pontos sensíveis e reorganizou-o constituindo 100 batalhões de infantaria ligeira, altamente móveis, com efetivo de 500 homens.

Os americanos e britânicos intensificaram a sua ajuda, fornecendo materiais, suprimentos, recursos econômicos e assessores militares.

Em 1947, foi iniciada a operação de pacificação da Cadeia de Pindo, sendo mal sucedida, pois os insurretos se retiraram para outras regiões, em virtude da falta de mobilidade e de energia do Exército legalista.

Em junho de 1948, foi lançada uma ofensiva sobre a região do Monte Grammos, também pouco frutífera, porquanto os revolucionários, após imobilizarem uma tropa governista superior em número, durante muito tempo, retiraram-se para a Albânia, donde passaram para a Iugoslávia e penetraram novamente na Grécia.

Essas ações bem sucedidas dos guerrilheiros incentivaram o terrorismo em todo o país. A propaganda comunista explorou intensamente tais sucessos.

73.000 guerrilheiros comunistas em um país de 7 milhões de habitantes era uma cifra considerável. Conseguiram desorganizar a vida nacional, obrigando 700.000 pessoas a abandonar seus lares. Devastaram consideráveis áreas e arruinaram a economia do país. Destruíram colheitas, expulsaram os habitantes das cidades, aldeias e plantações. Tomavam reféns. Recrutavam pessoal compulsoriamente. Executaram sangrentas represálias. Saqueavam e incendiavam. Desacreditavam as autoridades e as forças legais.

Nesta situação, o comando do Exército foi entregue ao General Papagos que, inteligente e ativamente, procurou dar ao Exército uma organização e um espírito adequado ao sucesso que se buscava.

Aligeirou as Unidades, criou corpos de militares selecionados, eliminou os elementos "politiqueiros", intensificou a instrução, proporcionou um equipamento adequado ao terreno e à missão das Unidades, desenvolveu o espírito de luta e o entusiasmo profissional.

Simultaneamente, o governo empreendia um esforço sério para debelar a crise econômica. A polícia, agindo com energia, prendeu numerosos comunistas e simpatizantes, que forneciam informações aos guerrilheiros.

A partir desse momento, como por milagre, a vitória começou a sorrir às forças legais. No Peloponeso, os "partisans" foram destruídos. O centro do país foi pacificado a seguir. Em agosto de 1949 foi vasculhada a região dos Montes Vitsi, que abrigava sete mil guerrilheiros comunistas, os quais foram aniquilados ou aprisionados em sua maioria. Ainda nesse mês, caiu o reduto do Monte Grammos com a derrota de 5.000 guerrilheiros comunistas ali refugiados.

CONCLUSÕES

Após uma campanha é sempre mais fácil mostrar os erros dos derrotados e os acertos do vencedor. Mas a história da insurreição grega

de 1946-1949 ainda está para ser adequadamente pesquisada, porque tão perto da vitória estiveram os perdedores e tão perto da derrota os vencedores, que não devemos arriscar conclusões precipitadas.

Vários articulistas têm emitido suas opiniões e entre elas se destacam as seguintes:

1º. Os revolucionários não dispunham de uma infra-estrutura solidamente assentada no prestígio popular.

2º. Os revolucionários procuraram prematuramente adotar uma organização militar convencional, o que lhes prejudicou a mobilidade.

Esses conceitos não podem ser aceitos sem alguma reserva. Devemos reconhecer que havia na Grécia, à época da rebelião, um clima revolucionário, estando a opinião pública desesperadamente predisposta à aceitação de uma ordem social que pudesse proporcionar à Grécia perspectivas de melhores condições econômicas. A ocupação britânica, explorada pela propaganda comunista, era um fator que intensificava o sentimento de insatisfação.

Por outro lado, se os revolucionários julgaram oportuna a adoção de uma organização mais maciça e potente foi porque o grau de controle territorial de que dispunham, nessa ocasião, isso lhes ditava como uma necessidade primordial para a consolidação do domínio militar que haviam obtido.

Se tivessem alcançado a vitória, essa decisão teria sido relatada como um fator de sucesso.

Uma terceira conclusão ainda a ser analisada, em seus devidos termos, é a que se refere ao aligeiramento da tropa legal, que pôde, assim, atuar com mais flexibilidade, nas ações contra as guerrilhas. É preciso considerar que tal solução, altamente lógica, no caso, se adaptou a condições de terreno bastante peculiares. A região montanhosa e inacessível, onde se desenvolveram as operações, impunha tais medidas. Entretanto, não se pode estabelecer como regra geral, adaptável a qualquer terreno ou situação, o princípio de que a tropa anti-revolucionária deva ser extremamente leve. É possível que, em determinados casos, os elementos blindados, a artilharia e a aeronáutica tenham de ser utilizados em larga escala.

Entretanto, aceitando, com as devidas restrições, conceitos largamente difundidos sobre as razões do fracasso comunista na rebelião grega, quais os fatores a que devemos atribuir mais decisiva influência?

Em primeiro lugar, desejamos destacar a ação do General Papagos que, como comandante-em-chefe das forças legais, soube exercer, com extraordinária eficiência, sua liderança, elevando principalmente o moral de um Exército profundamente abalado pelo descrédito, pela ineficiência e pela falta de combatividade.

Esse comandante deu ao exército grego uma organização adaptada à situação, prestigiou-o perante a opinião pública, restaurando a confiança desta no instrumento do poder legal. E, nessa tarefa, foi apoiado pelo

governo que, no campo político e administrativo, de sua competência, desempenhou-se com adequada firmeza.

Por outro lado, o auxílio estrangeiro que proporcionou à Grécia numerosos recursos, sem qualquer intervenção de forças militares alienígenas, foi outro fator decisivo. Sem essa ajuda, possivelmente, apesar de todos os esforços, a história teria hoje nos Bálcãs um rumo totalmente diverso.

Anotemos, pois, êsses dois pontos sobre os quais devemos focalizar a atenção:

- a presença decisiva do líder ativo e capaz;
- a importância do apoio externo.

Quanto ao auxílio exterior é preciso considerar que, em todos os casos modernos de guerra revolucionária, tem-se verificado sua influência. Isto se fundamenta no fato de que as lutas subversivas, que se observam em diferentes recantos do globo atual, são manifestações de uma disputa ideológica do interesse internacional.

Podemos mesmo chegar ao ponto de colocar os dois fatores apontados em relevo de importância sobre a necessidade do apoio popular sempre flutuante face as circunstâncias políticas, militares e econômicas da situação.

Sabemos que o moral popular é o campo que fertiliza e alimenta a ação revolucionária.

Não desejamos menosprezar o valor da opinião pública. Queremos apenas observar que esta é inconstante e movediça, tende para os vencedores e poderosos, para os audaciosos e enérgicos.

3. A GUERRA NA INDOCHINA

As nações indochinesas situam-se entre as mais velhas civilizações do globo.

O país foi ocupado pelos chineses durante vários séculos, desde o ano 213 AC. Os anamitas conseguiram porém sua independência e fundaram um poderosa império que perdurou até o século XVIII. As guerras civis e os ataques provenientes da expansão européia minaram a integridade nacional.

A influência francesa na Indochina data de 1787 quando o missionário Pigneau de Behaine, bispo de Adram assinou um tratado com o rei da Cochinchina, Nauyen Anh, em nome de Luiz XVI. Os franceses, posteriormente, auxiliaram o príncipe a reconquistar o trono, do qual fôra apeado por uma rebelião.

Os sucessores desse imperador repeliram a influência francesa e perseguiram os missionários e nativos cristãos. Durante 40 anos, desde 1833, 15 missionários e oito bispos foram executados, 20 outros, encarcerados e torturados, e muitos outros morreram nas montanhas, onde se haviam refugiado. Dos 60.000 anamitas, que adotaram a religião cristã, milhares foram mortos.

O governo francês, auxiliado pelos espanhóis, interveio em 1858, capturando Tourane. A campanha real começou entretanto em 1861, sob o comando do almirante Rigault de Genonilly. Saigon foi tomada e pelo tratado de 5 de junho de 1862, as três províncias ocidentais de Cochinchina foram cedidos à França. Iniciou-se, então, a administração francesa, sempre pontilhada de revoltas e desentendimentos entre os próprios colonizadores.

Essas dificuldades foram acrescidas dos ataques chineses na fronteira. Em 1930, uma violenta revolta nacional comunista eclodiu no Yen Boy e, apesar de rapidamente sufocada, influenciou profundamente o sentimento nacionalista dos povos anamitas.

Após o colapso da França, na 2ª Guerra Mundial, o governo de Vichy, pressionado pela Alemanha, concordou com a entrada de um número limitado de tropas japonesas nas seis bases de Tonking e com a utilização de pôrto Hai-Fong. Posteriormente, o Japão assumiu o controle econômico da região, com o monopólio da produção de arroz e de borracha, além de outras concessões administrativas.

A guerra na fronteira acarretou simultaneamente a cessão de várias províncias do Laos e da Cambódia para a Tailândia. O Japão, em julho de 1941, ocupou o sul da Indochina, de onde desancadeou seu ataque contra a Tailândia e a Malásia.

Ao terminar a guerra, os aliados dividiram a Indochina, numa zona setentrional, mantida pelos chineses, e outra meridional, mantida pelos ingleses. Após grandes agitações, provocadas pelos nacional-comunistas, os franceses assinaram em 1948 um documento onde defendiam o Vietnã como estado associado da União Francesa. Em 1949 a Assembléia da França, incorporou a Cochinchina ao Vietnã e organizou o governo vietnamita, sob a chefia de Bao Dai. Contra isto rebelou-se Ho-Chi-Minh, o chefe comunista indochinês, que avançou sobre o Laos.

SÍNTESE GEO-HUMANA

A Indochina Francesa compreendia os protetorados do Vietnã (antigo Anam e Tonking), Tonking e Cambódia, a colônia da Cochinchina e a terra de Laos. Abrangia uma área superior à da França Metropolitana. A população total em 1936 era de 21.000.000 de habitantes, com predominância de anamitas. Os franceses, incluindo suas forças armadas, numeravam 10.500 pessoas.

O relevo do território é, em conjunto, constituído por cadeias paralelas à costa. Imensas planícies deltaicas formaram-se nas embocaduras dos grandes rios (Mekong, Vermelho e outros). Esses cursos de água, distribuídos em leque, são normalmente acidentados, dificultando a ligação entre as várias regiões.

O clima é tropical. Densas florestas cobrem as montanhas. Nas planícies, predominam as culturas.

As regiões mais populosas são os deltas, onde se localizam as grandes cidades, como Saigon ao sul e Hanoi ao norte.

O país é de economia basicamente agrícola.

A administração francesa construiu uma rede ferroviária de 2.400 km, uma rede rodoviária de 18.000 km e uma rede telegráfica de 18.000 km.

A produção principal abrange o arroz, o milho, o algodão, a cana de açúcar e a seringueira. O café e o chá são também cultivados.

As riquezas minerais são a hulha e o zinco de Tonking, e o estanho no Tonking e no Laos.

Após o pacto de Genebra, firmado em 1954, para finalizar a guerra da Indochina o Vietnã foi dividida em duas partes limitadas pela linha do rio Ban Hai. O Vietnã do norte, tendo por capital Hanoi ficou sob o controle de Viet-Minh comunista e o Vietnã do sul, com Saigon como capital, tornou-se independente, tendo adotado, pela Constituição de 1956, o padrão republicano, com um presidente eleito por 6 anos. O atual é Ngo Dinh Diem.

AS BASES DE AÇÃO DO VIET-MINH

A guerra do Viet-Minh fundamentou-se no sentimento nacionalista de uma população sacrificada pelo domínio estrangeiro e por uma economia incipiente e precária.

Esse sentimento foi explorado dentro de uma técnica comunista, habilmente desenvolvida, cujo objetivo não era apenas a expulsão do colono indesejável, mas a conquista e o estabelecimento de um controle da população tão cerrado e completo que se tornasse impossível de desfazer.

Essa técnica, orientada por uma organização objetiva e determinada, cria um sistema de laços interligados e submete os indivíduos a uma vigilância tão estreita que o regime, após certo tempo, se torna auto-preservativo e irreversível.

A delação, incentivada por meios brandos ou violentos, e a auto-crítica, obrigatória e freqüente, forneceram aos dirigentes uma terrível arma de controle.

No Indochina, das pequenas aldeias às grandes, os elementos do Viet-Minh infiltrados em todas as partes, conseguiram estabelecer esse intrincado organismo, denominado das hierarquias paralelas, que consiste em situar todos os indivíduos dentro de uma determinada posição hierárquica em diversos grupos distintos, de modo que a multiplicação dos órgãos de controle não permita que ninguém escape à rede de vigilância.

Com tal sistema, pôde o Viet-Minh realizar a conquista ideológica das populações e sujeitá-las inapelavelmente.

De início os comunistas infiltrados nas aldeias e propagandistas vindos da Cochinchina procuravam despertar o sentimento de xenofobia da população, desenvolvendo ressentimentos geralmente razoáveis contra os estrangeiros e contra as autoridades legais. Essa doutrinação encontrava um campo fértil e propagava-se com rapidez.

Já em 1949, o Viet-Minh pôde empreender, com sucesso, o recrutamento militar.

Os jovens agricultores desertavam das plantações, agrupavam-se nas florestas onde se preparavam febrilmente para as ações futuras.

Alheios a essa situação decidida, as forças legais limitavam-se a uma vigilância limitada, permaneciam tranquilamente nos quartéis, dando à população a impressão de sua real ineficiência.

O Viet-Minh iniciou então uma campanha terrorista para submeter os neutros e hesitantes. Realizaram-se julgamentos espalhafatosos e a execução de supostos traidores. Embora se saiba que essas acusações foram injustas, serviram entretanto para impressionar a massa e criar o fundo psicológico necessário.

O processo revolucionário na Indo-China segue exatamente o modelo conhecido de fases sucessivas.

Quando as operações militares de vulto foram desencadeadas contra os franceses já o Viet-Minh dominava toda a população.

Ouçamos o que consigna o trabalho recentemente publicado por um grupo de oficiais franceses, sobre o que passou nessas circunstâncias:

"É nessa oportunidade que as tropas populares, organizadas e instruídas, entram em ação, partindo de seus acampamentos situados em plena floresta e protegidas pelo silêncio geral. Os ataques e emboscadas se sucedem; o comando revolta-se. Nossas tropas, que operam na região, exasperadas pela cumplicidade geral e pelos pífios resultados conseguidos com suas incursões, cometem erros psicológicos e, às vezes, injuriam os camponeses. O Viet-Minh explora a fundo esses erros e aproveita-se para controlar mais cerradamente ainda a população, para fazê-la evacuar as aldeias e para obrigá-las a refugiar-se nas florestas. A partir desse momento, nossos destacamentos não encontram mais ninguém; a floresta parece vazia, as pistas conhecidas estão bloqueadas por abatizes e armadilhas e, em pouco tempo, desaparecem cobertas pelo mato; os guias que se trazem do exterior tornam-se sem valor; a região muda de aspecto; nossas tropas não podem mais realizar operações de surpresa.

O Viet-Minh é o senhor absoluto e goza de inteira liberdade de ação. Seriam necessários dois anos e a montagem e desenvolvimento de um novo método para voltar a dominar, parcialmente, a situação."

A guerra revolucionária é quase sempre ganha ou perdida antes de que se desencadeiem as operações ostensivas.

PERSONALIDADE DE HO-CHI-MINH

O chefe da revolução indochinesa e da organização comunista denominada Viet-Minh foi um dos fundadores do partido comunista francês. Na qualidade de súdito francês esteve em 1923 em Moscou, realizando estudos. Em 1925 surgiu em várias ocasiões, participando de movimentos revolucionários asiáticos, em Cantão, Hong-Kong e outros locais.

Após a derrota da rebelião de Yen Bay, reuniu um grupo de revoltosos remanescentes e fundou o PCI (Partido Comunista da Indo-China) que passaria a controlar todas as atividades comunistas no sudeste asiático.

Através de uma incansável atividade, Ho-Chi-Minh mantinha constantemente acesa a ação comunista, instigando a revolta e o terrorismo, orientando, mesmo à distância, a penetração ideológica vermelha em toda a região.

É um revolucionário profissional, arguto, trabalhador, enérgico. Procura rodear-se de eficientes líderes, jovens ou velhos.

A insurreição encontrou neste homem, uma direção firme, continuada e eficaz. Cabe-lhe hoje a Presidência do Presidium.

PENETRAÇÃO IDEOLÓGICA. CONTRÔLE DA POPULAÇÃO

A penetração ideológica é básica para a ação revolucionária.

Na Indochina essa ação visou a massa dos vietnameses, procurando focalizar e incentivar as contradições internas, sob égide do nacionalismo e anti-colonialismo, sentimento tradicionalmente desenvolvido no Vietnã cujo território fôra sempre alvo de ocupação estrangeira: chinesa, japonesa, francesa. Os sofrimentos desse povo oprimido originou uma xenofobia secular, latente, capaz de se incendiar, com toda a facilidade, mediante uma doutrinação inteligente e sistemática.

O nacionalismo foi estandarte da penetração comunista. Sob essa cobertura, a ação do Viet-Minh chegou a captar a simpatia estrangeira. A própria esquerda francesa emprestou-lhe todo o apoio.

A organização do controle populacional tem sua base na aldeia que constitui a célula da sociedade vietnãesa. Em cada aldeia, o Viet-Minh estabeleceu um Comitê Popular Político-militar que exerce as funções legislativa, executivas e judiciárias. Esse comitê é constituído de vários membros, cada um responsável por um setor: polícia, propaganda, pessoal, economia, defesa, e etc.

Acima da aldeia, coloca-se o grupo de aldeias (Lien-Xa). Em seguida vem Hyen (espécie de município), o Tinh (províncias) e o Hien Chu (Grupo de províncias). Em todos esses escalões existe o Comitê Executivo de Resistência, com organização análoga à do Comitê da aldeia.

O governo supremo tem organização semelhante à do Estado Soviético.

Essa organização, altamente eficiente, permite um controle de população ao seu grau mais íntimo.

A doutrinação é constante. A propaganda é altamente desenvolvida. O princípio de delação e a prática de auto-crítica completam o sistema.

A técnica de infiltração ideológica comunista assenta-se na conquista e no controle físico e moral de todo o indivíduo que passa assim a viver dentro de um mundo fechado, onde em todos os lados existem olhos que o observam, em todos os cantos existem espiões capazes de o levar pela denúncia à execração e à morte. O homem se transforma em outro ser, escravo de cadeias invisíveis, que não podem ser cortadas porque são impalpáveis. O castigo físico e a opressão psicológica são os instrumentos que aos poucos vão modelando uma geração assustada.

ORGANIZAÇÃO DAS FÔRÇAS

As fôrças que o Viet-Minh utilizou na insurreição, tiveram caráter geral. Abrangeram, por assim dizer, tôda a nação. Compunham-se essencialmente de três tipos gerais:

- os grupos de guerrilheiros;
- as fôrças regionais e
- o exército regular.

Os grupos de guerrilheiros tinham sua base na aldeia. Suas ações eram controladas pelo comando geral, mas agiam largamente descentralizadas.

Algumas vêzes, se reúnem para a execução de uma operação de vulto com ataque a um pôsto, ou uma emboscada importante.

Sua tática é a das ações inopinadas, rápidas e fugazes e a da infiltração por surpresa.

As fôrças regionais eram formações leves, com um efetivo do valor de companhia, atuando em suas províncias natais. Realizava operações de maior importância, economizando o emprêgo do exército regular. Seus efetivos, altamente instruídos, eram recrutados nas aldeias e entre os guerrilheiros.

As fôrças regulares se organizavam como um exército tradicional. Desfrutavam do melhor armamento. Mais instruídas e disciplinadas, eram empregadas em ações ofensivas de grande vulto e tinham prioridade sobre as demais fôrças.

A organização militar do Viet-Minh colocava em relêvo os tipos tradicionais de unidade, onde serviam quadros altamente selecionados e eficientes, muitas vêzes treinados em outras fôrças comunistas. As fôrças regulares eram adestradas intensivamente em todos os tipos de operações. Cooperavam também na instrução das fôrças regionais e dos guerrilheiros.

A disciplina era estrita. Qualquer ordem jamais seria motivo de hesitações.

O material, principalmente o armamento era considerado como sagrado. Nenhuma arma poderia ser perdida ou danificada, por negligência.

Nas ações em fôrça os vietnameses empregaram contra franceses, o equipamento mais modernos: carros de combate, aviões e artilharia.

A CENTRALIZAÇÃO E A INFORMAÇÃO

A centralização em todos os setores foi uma das características da insurreição na Indochina.

A unidade de comando político-militar foi considerada primordial. Para isto o Partido Comunista da Indochina procurou eliminar tôdas as demais organizações. Os que não aceitaram a submissão foram destruídos ou tiveram que se bandear para o lado francês.

Em 1949 o Viet-Minh já detinha o contrôle político de todo o Vietnam. Essa unidade propiciou a completa eficiência na conduta de tôdas as ações.

A busca de informação pôde estender-se a todos os setores políticos, econômicos e militares.

Todo o indivíduo era praticamente um agente de informação. Nenhuma ação de Viet-Minh foi preparada sem base em informações seguras e completas.

O Trinh Sat, comparável ao Serviço de Informações Militares, dispunha de representantes, altamente especializados, em todas as organizações militares, desde a companhia até o mais alto escalão em informações.

A informação era para o Viet-Minh objeto de verdadeiro culto. A seu eficaz aproveitamento devia a maior parte de seus sucessos.

As tropas francesas eram espionadas por todos os meios. Essa observação sempre objetiva, era meticulosa, esquadrinhante e incansável.

A unidade em todos os setores foi talvez o principal fator de sucesso do Viet-Minh. Diz o artigo citado anteriormente:

"A experiência de oito anos de guerra e dois de reflexão, após o armistício de Genebra, levam a pensar hoje que a verdadeira força do Viet-Minh reside em sua unidade, granjeando-lhe inúmeras vantagens tais como: unidade de comando político-militar estabelecida e servida por uma organização totalitária sem falhas, preocupação com o apoio das massas e, finalmente, técnicas perfeitamente adaptadas à conquista e ao controle dessas massas e apoiadas em uma ideologia dinâmica.

Essa unidade sem falhas, no domínio do pensamento e da ação política e psicológica, traduziu-se, na guerra propriamente dita, em uma temível eficiência, tanto na organização da busca de informes como na concepção e, também, na mobilização e emprêgo do Exército Popular.

Unidade em todos os escalões, na concepção como na execução, em todos os campos: político, psicológico, econômico e militar; vontade obstinada de aperfeiçoamento, disciplina implacável e unidade devida a uma rigorosa aplicação do jogo comunista, eis os segredos dos sucessos de Viet-Minh."

AS OPERAÇÕES

As operações na Indochina se resumem a um progressivo avanço das forças comunistas, enquanto as forças européias perdiam paulatinamente o controle territorial.

O movimento revolucionário desde 1949, quando irrompeu, foi acendendo-se paulatinamente e as ações esparsas das guerrilhas foram transformando-se em operações convencionais.

Em 1950 os franceses abandonaram, em deploráveis circunstâncias, a linha defensiva de 320 km entre Moncay e Bao bag, junto à fronteira chinesa. Dos 4.800 soldados e civis que defendiam seus postos, 2.000 foram perdidos nas mãos do inimigo. A competência do Gen Marcel Carpentier, comandante-chefe, foi posta em dúvida e o moral das tropas, seriamente afetado. Após as inspeções do Gen Juin e o Gen Letourneau, o comando foi entregue ao Gen Lattre de Tassigny em dezembro. Apesar das disposições ofensivas desse chefe, Hanoi e Saigon, transformaram-se

em frágeis cabeças de ponte, onde os franceses procuravam firmar-se no sudeste asiático.

Em 1951, as forças combatentes foram ampliadas. Os franceses dispunham de 51.000 homens em seu Exército.

Os comunistas desencadearam várias ofensivas ao sul, a oeste e a sudeste de Hanoi.

Os franceses, retomaram Hoa-Binh a sudeste de Hanoi, enquanto nas montanhas prosseguia a campanha de guerrilhas e nas cidades, o terrorismo fazia numerosas vítimas.

Em 1952 e 1953, os comunistas conquistaram toda a região do Vietnã do norte. Ho-Chi-Minh entrou triunfalmente em Hanoi e invadiu o Laos.

Em maio de 1954, caiu o baluarte francês de Dien-Bien-Phu, onde a heróica resistência do Gen De Castries constituiu um motivo de orgulho para a história militar da França.

Em julho de 1954, celebrou-se o armistício de Genebra com a participação do Vietnã.

COMENTÁRIOS

Os vários anos de guerra entre franceses e vietnameses na Indochina foram a luta de um povo sacrificado e sequioso de emancipação, habilmente explorado por uma eficiente organização comunista que o libertou do jugo colonial, mas o colocou submisso dentro das malhas de uma organização política centralista e ferrenha, sob a tutela, de Moscou.

Convém focalizar que nessa guerra, os insurretos utilizavam todos os recursos táticos, desde a utilização das guerrilhas até o emprego de tropas regulares, de características tradicionais.

O auxílio estrangeiro que proporcionou aos comunistas de Viet-Minh, além de instrução militar, principalmente dos quadros, armas e munições para alimentar essa demorada campanha, foi um dos fatores mais importantes de seu sucesso.

A ação do líder, a personalidade inteligente e voluntariosa de Ho-Chi-Minh, foi também decisiva.

A França enfrentou uma luta árdua e desvantajosa. Sem o apoio da população nativa, espionadas continuamente, sujeitas às ações de um inimigo agressivo e determinado, tropas de elite européias foram vencidas por um exército nativo.

A guerra na Indochina é uma grande fonte de ensinamentos, principalmente no que respeita às características da tática comunista unificada e global.

Nela vemos integralmente aplicado o conceito de que a maior eficiência da ação revolucionária é obtida pelo emprego coordenado de guerrilheiros e do exército regular.

Esse princípio aplicar-se-á evidentemente à ação anti-revolucionária.

As operações clássicas procuram a concentração de esforços, as ações das guerrilhas baseiam-se, pelo contrário, na dispersão. As forças legais devem compreender elementos capazes de atender a essas formas de luta, de preferência especializadas em cada uma.

A dispersão exagerada de um exército regular pode redundar no seu enfraquecimento.

A concentração de uma força de guerrilhas pode reduzir sua mobilidade e levá-la ao insucesso.

A força legal deve pois ter elementos dos dois tipos, em condições de agir de modo coordenado e eficiente.

Foi assim que as tropas do Viet-Minh derrotaram um poderoso exército francês, numa luta sangrenta e custosa.

É preciso, focalizar, como no caso grego, a existência de dois fatores decisivos, que, na Indochina, trabalharam pela vitória do partido revolucionário:

- a presença polarizadora do líder nacional;
- o auxílio moral, financeiro e material do exterior.

No Vietnam a Rússia e a China sustentaram as forças do Viet-Minh.

Os Estados Unidos ficaram expectantes fiéis a sua política anti-colonial, enquanto a França, com seus numerosos problemas, não pôde dar a seus combatentes um apoio completo.

4. CONCLUSÕES

O fenômeno da guerra revolucionária é, nos tempos correntes, tão presente e atuante que certas características e indícios de seu processo se associam aos fatos normais da evolução social, política e econômica que se torna difícil evidenciá-los ou diferenciá-los.

Um dos aspectos desse processo é a corrosão moral das forças armadas e a sua impopularização. O rebaixamento dos padrões morais dos organismos militares é obtido não apenas por uma infiltração doutrinária e pela criação de divergência, rivalidades e outros motivos divisionistas, como também impedindo o aperfeiçoamento técnico e material das forças militares, com os mais diversos pretextos inclusive o nacionalismo isolacionista.

A medida que se consuma a desagregação e a destruição do Exército legalista, as forças insurretas vão, por sua vez, se transformando em outro Exército regular, sujeito à nova ordem legal.

Mao-Tse-Tung assim, doutrina: "Enquanto a guerra se vai tornando prolongada e cruel, torna-se possível às unidades de guerrilhas desenvolverem um processo de enrijamento, transformando-se gradualmente em exércitos regulares; conseqüentemente, à medida que a forma de atuação das guerrilhas se vai assemelhando à dos exércitos regulares, a guerra de guerrilhas evolui para a guerra móvel."

Guevara diz: "O triunfo será sempre uma obra do exército regular, ainda que este tenha suas origens em uma força de guerrilhas."

Na Grécia, a luta armada desenrolou-se em terreno extremamente peculiar, impróprio a operações vultosas. A guerrilha não era ali exatamente a luta do fraco contra o forte, mas antes uma tática ditada pela aspereza da região.

Já no Vietnam, a guerrilha foi um simples complemento das forças regulares. O choque dos exércitos convencionais ditou o destino da guer-

ra. As operações se caracterizaram pela grande mobilidade e por uma variação na intensidade da luta, motivada principalmente pelas dificuldades do apoio logístico com que se deparavam ambos os adversários, particularmente os europeus.

Assim é preciso, desde logo, excluir a idéia de que guerra insurrecional ou revolucionária e guerrilha são sinônimos. Seria uma loucura transformar em guerrilhas um exército regular para torná-lo apto a combater um sistema de guerrilhas.

A guerra revolucionária como qualquer outro tipo de guerra, deverá ser decidida por exércitos regulares, a não ser em regiões muito especiais como florestas, desertos, montanhas e estepes, onde a guerrilha pode ser empregada com extraordinária eficiência.

A guerrilha é sempre uma fase inicial e improvisada da luta, ou um excelente e, muitas vezes, indispensável suplemento da força regular.

E da simbiose da guerrilha com a força regular, cada uma delas dentro das missões compatíveis com sua organização, instrução e armamento, quase poderá alcançar os melhores resultados.

Guevara escreve que a guerra de guerrilhas não pode ser mantida em terreno desfavorável à aplicação de seus processos táticos.

Por outro lado, é geralmente desaconselhável o emprêgo de organizações convencionais em regiões propícias ao êxito dos guerrilheiros, sujeitando-as ao aniquilamento por emboscadas e ações de surpresa. A Grécia demonstrou como o exército regular se adaptou às características especiais dessa luta.

A guerrilha é possivelmente a melhor força para a ação anti-guerrilheira.

Todos os mestres da guerra revolucionária emprestam excepcional relevo ao apoio da população. Qual o principal motivo desse realce, no que respeita as operações? Será pela influência moral que esse apoio empresta ao espírito de luta dos insurretos. Possivelmente não, porque as forças legais, defensoras da ordem constituída, deverão forçosamente ter superioridade nesse aspecto. Será pelo apoio logístico que a população assegura aos rebeldes? Possivelmente não, porque a população é geralmente a mais sacrificada e necessitada. Será pela possibilidade de asilo que a população permite em caso de insucesso? Possivelmente não, porque o asilo é posterior à ação e ocorre justamente em caso de fracasso.

A mais forte razão da importância do apoio popular às operações reside, a nosso ver, na capacidade de fornecimento de informações por parte de uma população conivente, permitindo que a força revolucionária possa planejar e executar seus golpes com precisão, certeza, segurança e eficiência.

A guerra revolucionária é sobretudo a guerra da propaganda e da informação. Os princípios que regem a segurança das informações e a contra-informação deverão ser observados com o máximo rigor na ação anti-revolucionária. A busca de informações deve ser desenvolvida ao

máximo. É preciso considerar que uma simples informação pode economizar milhares de vidas.

Guevara escreve: "Não há melhor auxiliar para uma força combatente do que uma boa informação". Na Grécia e na Indochina, as forças revolucionárias desenvolveram poderoso mecanismo de informações, montado principalmente à base das populações locais.

Atualmente, o conceito de guerra revolucionária prende-se à propagação do comunismo internacional pela conquista do poder em várias nações, e à instauração de uma ordem socialista extremada.

A guerra revolucionária é assim um instrumento de penetração política. Está sujeita a uma série de fatores condicionantes. Poderá sobrevir, acobertada por manifestações de sadio patriotismo, como o nacionalismo indochinês. Mas não pode deixar de se apoiar em certos elementos fundamentais, como verificamos no estudo dos casos históricos precedentemente focalizado. Esses elementos são os seguintes:

1º — Existência de um ambiente psicológico favorável, com bases sociais, políticas e econômicas. É a atmosfera que envolve e alimenta a ação revolucionária. Encontramo-la nos países subdesenvolvidos, nos oprimidos pelo domínio estrangeiro, nos sacrificados por governos despóticos, nos explorados por organizações econômicas poderosas e prepotentes.

2º — Apoio moral e material de proveniência externa.

3º — Ação de líderes dominantes e capazes.

Sem esses três fatores, a revolução perde consistência e seus sucessos são geralmente efêmeros.

O apoio externo é assegurado normalmente por grandes potências, interessadas na preservação ou na instauração da ordem social que defendem.

A eficiência dos meios de comunicações e de transporte modernos obvia as dificuldades, acarretadas pelas distâncias. A assistência passa a depender principalmente da importância que as nações emprestam à situação.

A ajuda pode, ser ostensiva ou coberta. Comporta normalmente o fornecimento de material e suprimentos militares e civis, assessoramento técnico e adestramento especializado de pessoal.

O auxílio externo nem sempre exprime as reais intenções da potência estrangeira. Esta, visa, em algumas ocasiões, criar dificuldades para a nação supostamente auxiliada.

De qualquer sorte é básico para a ação anti-insurrecional, o isolamento das áreas contaminadas. Isto é, muitas vezes, impossível, dependendo da natureza da região e das circunstâncias de momento.

As características da guerra revolucionária prescrevem geralmente o apoio externo sob a forma de forças militares. Temos entretanto, vários exemplos em que a presença de forças de diversas nacionalidades evidenciaram o aspecto internacionalista de uma revolução de cunho nacionalista. É o caso da revolução da Espanha.

A presença de líderes nacionais, capazes de polarizar a adesão, ou, pelo menos, o respeito da opinião pública e das forças que chefiar, é uma indeclinável necessidade. Não há uma revolução anônima.

A unidade de comando é básica, tanto para a ação revolucionária, como para a anti-revolucionária.

É o líder que dá à ação o caráter nacional que o interesse e o apoio exterior podem desfigurar ou revelar.

O líder nacional e dinâmico penetra a sua influência e o seu prestígio na profundidade psicológica dos grupos ou da massa. Sua presença é catalítica. Mas, inúmeras vezes, exerce mesmo à distância, a sua influência decisiva.

É preciso atentar conscientemente sobre esses dois aspectos:

— O líder nacional;

— O apoio exterior.

Tais fatores são poderosos nesse tipo de guerra onde se concentra atualmente o interesse mundial porque é o mais provável e seguro aspecto de que se pode revestir a luta ideológica, face às terríveis e desencorajadoras perspectivas de uma guerra nuclear generalizada.

A guerra revolucionária moderna é um processo global, efervescente e aceso em todo o planeta.

O desaparecimento e a desmoralização do Exército legal é a condição mais encorajadora para a ação subversiva. Todo o planejamento revolucionário há de fazer do despreparo militar, do desprestígio e da desunião das forças armadas, do rebaixamento do nível moral, profissional e disciplinar dos chefes e das tropas, da mobilização das unidades, da insatisfação e da depressão no seio dos comandos e subordinados, do alijamento dos autênticos líderes profissionais e da politização nociva dos falsos líderes, as metas de sua orientação destrutiva.

Não julguemos que nós, do Exército Profissional, esteio da ordem democrática imperante, devamos limitar nossas atividades ao simples preparo para ações futuras e eventuais, nem que devamos subverter as nossas organizações e nossos princípios tradicionais face a uma ameaça mal compreendida. A guerra aí está, evidente, clara, insofismável, desenvolvendo-se sob a proteção dessa mesma liberdade que é a razão vital, da ordem democrática. Vimos como na Indochina a expulsão justificada do colonizador europeu permitiu a instalação de um regime de opressão moral e política.

É preciso meditar sob esta indagação, que poderá servir de base a uma doutrina mais enérgica na ação anti-revolucionária: Não será mais lógico que as forças armadas dos países democráticos, além de preparar-se para combater a guerra revolucionária, atuem principalmente para não precisar combatê-la em seus próprios países? Ou dizendo em outras palavras: A base de nossa doutrina na ação anti-revolucionária não deveria ser:

Vencer a guerra se esta sobrevir, mas antes disso, envidar os mais enérgicos esforços para impedir que ela sobrevenha?

Ou ainda: Agir cedo para não precisar reagir mais tarde.

FORMAÇÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS DO PACÍFICO E DO CARIBE (ATÉ 1808)

Gen R-1 FLAMARION BARRETO

SUMÁRIO

- I — *Influência do meio físico.*
- II — *A conquista e o povoamento.*
- III — *A organização da conquista e a colonização.*
- IV — *A economia.*
- V — *A sociedade colonial.*

1. *Influência do meio físico.*

1.1. *Os Andes.*

Os Andes são uma grande e importante cadeia montanhosa que se estende ao longo do Oceano Pacífico, desde as proximidades da Ilha de Trinidad, no extremo Nordeste do Continente Sul-Americano, até ao Cabo Horn, sua ponta meridional. Seu comprimento é de 7.200 kms, sua largura de 240 kms e suas altitudes médias de 3.500 ms.

A linha geral de seu desenvolvimento é de NE para SO na Colômbia e no Equador. Ao entrar no Peru muda de direção, seguindo rumo SE, dilatando-se pelo Norte da Bolívia. Daí toma o rumo Norte-Sul, desviando-se depois em larga curva para Este, nas proximidades do Estreito de Magalhães. As montanhas do sistema elevam-se abruptamente dos dois lados da cordilheira em toda a sua extensão. Do lado do Pacífico apresenta em toda a parte um muro íngreme. A Este decai, bruscamente, para o Vale do Amazonas, mais ao Sul, na Argentina, desce para a Planície do Prata em cadeias paralelas, que guardam um caráter abrupto, na parte central do maciço montanhoso. Na Bolívia lança um contraforte para Este, que se abaixa, progressivamente, para soldar-se ao Planalto brasileiro, constituindo o divisor entre as Bacias do Prata e do Amazonas. Geologicamente, e de modo geral, o sistema é de origem terciária. Os materiais que o constituem são geralmente granitos, xistos, ardósias e as suas antigas rochas estratificadas.

Na vizinhança dos cimos vulcânicos, numerosos em toda a Cordilheira, há lavas derramadas, cinzas de pedras-pomes, sepultando as lavas metamórficas.

Na Colômbia, os Andes se estruturam em três cadeias distintas que se fundem no Nó de Pasto. A Cordilheira Ocidental começa a leste do Rio Atrato e se dirige para o Sul, paralelamente à costa, atravessando toda a Colômbia. A Cordilheira Central fica entre os Vales do

Cauca e do Madalena e possui alturas consideráveis de mais de cinco mil metros (5.000 ms). A Cordilheira Oriental é formada pela Serra de Mérida que nasce nas proximidades de Caracas e pela Serra de Perija, reunidas nas vizinhanças de Bogotá. Daí por diante forma-se uma cadeia única, que se dirige para Sudoeste, até o Nó de Pasto.

No Equador, os Andes apresentam, apenas, duas cadeias paralelas que se vão reunir no Nó de Loja. A Cadeia Ocidental é continuação da de mesmo nome existente na Colômbia e nela se encontram vulcões de grande altitude. A Cadeia Oriental ou real, corre paralelamente e a Este da principal e nela se encontra o ponto mais alto do sistema com 6.880 ms.

Entre as duas se situa o Planalto de 70 a 100 milhas de largura e altitude de 2.700 metros, cortado por numerosos contrafortes que o dividem em dez bacias ou vales.

No Peru, Bolívia e parte Norte do Chile o sistema montanhoso é largo e complexo. No Peru se podem distinguir três Cadeias: a Marítima ou Negra, a Central e a Oriental. As duas primeiras são paralelas uma à outra, e ambas à Costa, correndo para SE muito próximas. A Cadeia Oriental é cortada por seis afluentes do Amazonas e entre ela e a Central situa-se a "Sierra", larga região elevada, interrompida por vales profundos e planaltos de grande área.

Na Bolívia se pode distinguir duas Cadeias que limitam um planalto com 4.300 metros de altitude e 125 milhas de largura, ao Norte, e trezentas ao Sul.

As cadeias marginais e subsidiárias do vasto e elevado Planalto da Bolívia se reduzem a uma única cadeia aos 32° de latitude Norte, formando os Andes Chilenos. Uma pequena cadeia marginal à costa e de muito menor altura de que os Andes permite a formação de vales, entre ela e a Cordilheira, sendo de notar o fecundo vale central do Chile, cortado por numerosos rios, alguns navegáveis na região Sul.

Encontram-se geleiras em tôdas as montanhas elevadas, mesmo na região equatorial, desde que estejam acima de 4.300 metros.

Nos Andes se encontra também grande número de vulcões em atividade e extintos. Distinguem-se três grupos vulcânicos: um ao Norte, nos Andes da Colômbia e do Equador, outro entre os 18 e 28° de latitude Sul, um terceiro no Chile Central.

1.2. Uma interpretação do fato geográfico.

(1) O estudo do espaço.

O espaço considerado foi definido politicamente antes mesmo de ser descoberto. Abrange uma parte tipicamente montanhosa, os Andes, outra de planície nas Bacias do Amazonas e do Prata e uma faixa costeira.

a) GEOLOGIA.

O sistema andino é de origem recente. Os materiais que o compõem, são, geralmente, granitos, xistos, ardósias e outras rochas meta-

mórficas. Em todos os pontos da cordilheira encontram-se lavas derramadas, escórias e cinzas, provindas de erupções vulcânicas antigas ou recentes.

A planície Amazônica é de origem terciária e quaternária (estuário). É formada principalmente por argilas, areia e calcários. A Platina é de origem quaternária, apresentando terrenos sedimentares com camadas muito espessas.

Concluindo, se poderá dizer que nos Andes as possibilidades minerais eram maiores do que as da produção agrícola, enquanto nas Bacias Amazônica e Platina haviam maiores possibilidades da produção agrícola e pecuária que mineral.

b) CLIMATOLOGIA.

As condições de clima são muito variadas no espaço considerado. Pode-se, entretanto, estabelecer algumas condicionantes gerais de suas variações.

Na zona costeira do Atlântico as temperaturas são elevadas e há umidade constante. Há, porém, a ação moderadora do Oceano e, na Venezuela, a da altitude em alguns trechos da Costa.

No litoral do Pacífico, cumpre distinguir três seções. A primeira vai até o Golfo de Guayaquil com temperatura elevada e umidade constante. A segunda situa-se entre Guayaquil e Valparaíso, com uma temperatura média de 20°.

Nesse trecho, a corrente fria de Humboldt e os ventos frios do sul, compensam a latitude e diminuem a evaporação, provocando a sequeidão do ar e insalubridade. As chuvas são escassas; há vários trechos de feição desértica. De Valparaíso para o Sul a latitude é quem imprime sua feição ao clima, cujas temperaturas vão descendo gradativamente até atingirem a níveis extremos no Sul do Chile.

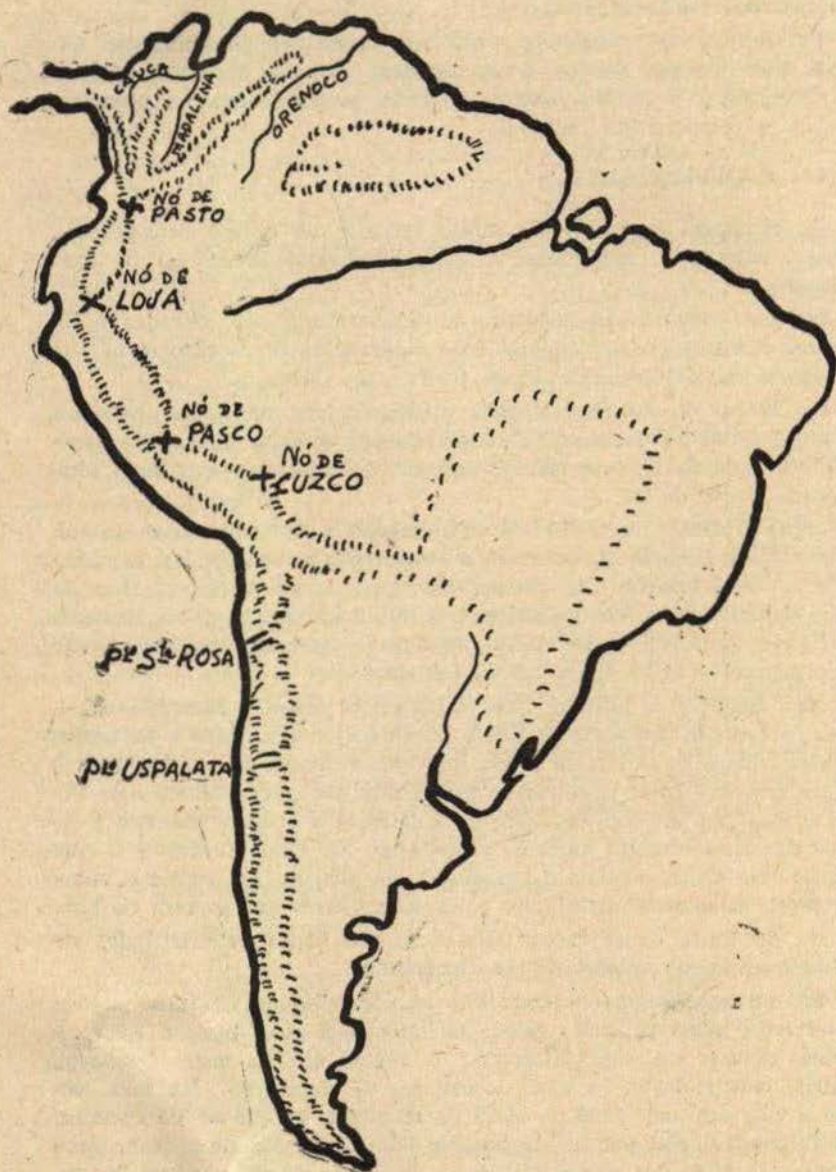
Nos Andes é a altitude que influencia o clima, atenuando os rigores da latitude. Ao norte do Golfo de Guayaquil a altitude e os ventos quentes, vindos do Atlântico criam uma gama climática, que vai do clima tropical das áreas costeiras ao temperado dos altos planaltos de Bogotá e Popayan. Ao Sul do Golfo de Guayaquil a altitude ameniza a latitude das altas mesetas andinas, propiciando um clima favorável à vida humana. No Chile, o clima é agradável. Na planície Amazônica o clima é tropical, amenizado, entretanto, pelos ventos frios que sopram do Sul.

Na do Prata as gradações climáticas são dadas pela latitude, variando o clima do subtropical ao temperado.

Em resumo, se poderá dizer que as condições do clima no espaço considerado, eram de modo geral satisfatórias à vida humana e propiciavam gêneros de vida diferente. A região andina, mais favorável, atrairia, naturalmente, os efetivos maiores de população. Na zona costeira a vida era mais fácil na costa do Atlântico do que na do Pacífico, até Valparaíso. Daí por diante haveria boas condições de vida na área costeira. O nível das neves eternas, se bem que muito variável, se ve-

rifica nas regiões equatoriais na altitude de 5.000 metros, sendo mais elevado a Este do que a Oeste, até 350 metros acima ou abaixo desse limite médio. Mesmo no Chile, onde esse nível é muito mais baixo, não existiam, portanto, grandes áreas anecumênicas.

c) OROGRAFIA. (Fig. 1)



Na Colômbia e Venezuela os Andes se entroncam com a planície continental, formando uma unidade geográfica de tipo misto. Distinguem-se três zonas paralelas a partir do Oeste: a zona costeira do Pacífico, a andina e a planície continental. A zona andina aparece dividida em três cadeias paralelas, orientadas no sentido SW-NE: as cadeias ocidental, a central e a oriental criam verdadeiras células geográficas, ordenadas no sentido dos paralelos. No sentido dos meridianos distinguem-se, ainda, nós orográficos, que compartimentam a cordilheira, o Nó de Pasto, donde partem as três cadeias, e Nó de Bogotá, donde sai uma ramificação da Cordilheira Oriental, a Serra de Perija. Entre esses dois nós localizam-se as células geográficas de Bogotá e Popayan.

No Equador, os Andes apresentam duas cadeias paralelas, tendo entre elas um elevado planalto de 70 a 100 milhas de largura. Essas duas cadeias que se ligam por contrafortes transversais, saem do Nó de Loja e se unem no Nó de Pasto, formando uma célula geográfica fechada. A área de Guayaquil, na costa, constitui outra célula geográfica distinta da primeira, tendo as características da área costeira. A planície oriental tem como limite, a Este, o maciço das Guianas.

No Peru, Bolívia e parte Norte do Chile, o sistema montanhoso é mais largo e muito mais complexo. No Peru distinguem-se três cadeias, que não guardam, entretanto, características de continuidade e simetria. As duas primeiras denominadas Negra e Central são paralelas entre si e a costa, separadas por estreitos vales e quase se reúnem no alto planalto de Puna (4.100 ms). A Cadeia Oriental é cortada 6 vezes por afluentes do Amazonas.

Do lado Oeste do maciço montanhoso situa-se a região costeira, estreita, desértica, pobre de articulação com o mar. A Este formou-se uma zona de transição para o Vale Amazônico, marcada pelos "llanos", as "yungas", a "montaña", oferecendo as mais variadas condições de vida.

Na Bolívia, se encontra um grande planalto de 4.300 metros de altitude e largura média de 250 milhas, prolongamento dos Andes peruanos. Esse complexo montanhoso lança ramificações para o Sul, os quais, aos 32° de latitude, se reúnem para formar uma cadeia única.

Em conclusão, se poderá dizer que, embora os Andes constituam uma unidade geográfica sólidamente articulada no maciço boliviano, suas condições de estrutura são variáveis e sua função, como é próprio dos espaços montanhosos, profundamente desagregadora. Ao norte da Baía de Guayaquil, os Andes se apresentam nitidamente compartimentados, formando células geográficas simetricamente distribuídas. Debruçadas sobre o Atlântico aparecem as dos Vales do Atrato e Magdalena-Cauca e a da região de Maracaibo, colocadas uma ao lado da outra. Mais para o interior surgem as células de Bogotá, Popayan, Pasto e Equador, sucedendo-se no sentido dos meridianos. Nessas células geográficas, particularmente nas do interior, a vida social e política se de-

senholveria marcada pela predominância dos sentimentos regionais sobre os interesses gerais, possibilitando uma intensa vida municipal e um forte sentimento de autonomia e suficiência. No Peru, Bolívia e parte do Norte do Chile a estrutura andina, assimétrica e irregular, se mostra em toda sua força dispersiva. A vida só é possível em vales estreitos, em mesetas de dimensões reduzidas e se processa em isolamento quase absoluto. Há aí plenas condições para o desenvolvimento da vida local, dispersa e fragmentária, condicionada por efetivos humanos reduzidos. Os interesses gerais encontrarão dificuldades para se organizarem nessa área.

No Chile, os Andes propriamente ditos, não oferecem boas condições de vida. Mas no vale central e longitudinal, próximo à costa, havia possibilidades de ordenação social e política de grande efetivo humano.

A região amazônica oferecia gêneros de vida variado desde a criação até as indústrias extrativas. A planície platina propiciava, também, gêneros de vida diversos, particularmente a pecuária.

Na zona costeira do Atlântico, a Serra de Mérida e a cadeia de Caribe amenizavam as condições de temperatura, tornando o clima da área costeira mais brando, melhorando suas condições de habitabilidade. Na costa do Pacífico, do istmo até Valparaíso, não havia boas condições de vida a não ser nas próprias vertentes da cordilheira, nos pequenos vales que o cortam.

d) HIDROGRAFIA.

O litoral do Atlântico é ricamente articulado e as influências marítimas penetram largamente o interior até os vales mais altos da cordilheira. Nêle desaguam rios importantes, como o Atrato, o Magdalena e o Orenoco, depois de longos cursos. Oferecia, portanto, excelentes ancoradouros, como o Golfo de Darien, o de Santa Maria, as bocas do Magdalena, os Golfos de Maracaibo e Pária.

Dos rios, pela direção e comprimento de seus cursos, pelo volume de suas águas, pelo número e importância de seus tributários, merecem atenção o Atrato, o Cauca-Maddalena e o Orenoco.

O Atrato, correndo paralelamente à costa do Pacífico e próximo dela, desemboca no profundo Golfo de Darien. Constituiu uma porta aberta nos Andes e poderia oferecer um caminhamento para se passar do litoral Atlântico para o do Pacífico.

O Magdalena e seu afluente, o Cauca, desenhavam um amplo e longo vale, onde se poderiam fixar consideráveis agrupamentos humanos. Tendo a direção Norte-Sul, eram o caminho de ligação natural entre os planaltos andinos e as profundas articulações da costa.

O Orenoco, com seus afluentes, desenha uma rede hidrográfica em forma de T (tê), abarcando toda a planície venezuelana e lhe impri-

minho uma sólida unidade. A direção geral do rio principal, quase em ângulo reto com a dos rios colombianos, funcionava como elemento desagregador da planície venezuelana e colombiana, tendendo a separá-la da cordilheira. A hidrografia da vertente do Pacífico é pobre, com rios de pequeno curso, que se engrossam, apenas, no período do degelo. Mesmo assim cavaram vales na vertente Ocidental da cordilheira, que, apesar de profundos e estreitos, constituíam caminhos naturais na direção Oeste-Este. Os rios que descem dos Andes na direção do Atlântico Norte, depois de um curso em geral encachoeirado e na direção Sul-Norte, se desviam bruscamente para a direita tomando a direção Oeste-Este. Pelo volume de suas águas, pelo comprimento de seus cursos, atraem as terras que irrigam na direção Oeste-Este, tendendo para separá-las do restante da cordilheira. As cachoeiras e corredeiras do curso superior tornam, entretanto, muito difícil a navegação e atenuam a atração sofrida pela cordilheira na direção Este-Oeste.

Os rios que buscam o Atlântico Sul, correm na direção geral NW-SE ou W-E, já na Patagônia, atraindo a vida que se desenvolve nas vertentes orientais dos Andes e na pré-cordilheira para o Estuário do Prata, ou o Atlântico Sul.

Concluindo se poderá dizer que:

1 — A Costa do Atlântico, melhor articulada do que a do Pacífico, atrairia mais do que esta, as influências marítimas. Esse fato contribuiria, também, para atrair o elemento humano, atenuando a força repulsiva do clima equatorial, particularmente, na Colômbia.

Os vales do Magdalena-Cauca e do Atrato, além de se constituírem em amplos espaços, propiciando gêneros de vida diversos e capazes de suprirem contingentes demográficos importantes, eram, também, caminhos naturais e forçados entre as áreas interioranas e marítimas, permitindo a entrada franca das influências do mar. Possuíam, pois, condições para apoiarem uma vida social intensa e importante, embora confinada e relativamente isolada. O Orenoco, irrigando terras planas, propiciava gêneros de vida diversos. Sua direção geral funcionava como elemento desagregador, arrastando a vida da planície na direção oeste-este.

2 — Na Costa do Pacífico, os rios, apesar da pequena importância, podiam propiciar, nos seus vales estreitos e profundos, a vida de pequenos núcleos sociais. Dado o caráter abrupto da cordilheira, eram os caminhos naturais e forçados para galgá-la, estabelecendo ligação entre os diferentes grupos sociais que nela se formassem. Atrairam populações das regiões costeiras para suas desembocaduras, propiciando a formação de núcleos humanos, apesar das más condições do clima e da sua pequena largura.

A corrente fria de Humboldt propiciou grande riqueza ictiológica às águas costeiras, entre Guaiaquil e Valparaíso, constituindo esse fato, mais um elemento atenuador da inospitalidade da área costeira.

3 — A força atrativa dos rios que correm para o Atlântico seria atenuada pelas dificuldades de navegação nos seus altos cursos, muito encachoeirados. As populações, que se radicassem na vertente oriental da cordilheira teriam dificuldades em descê-lo e os da planície em subi-los. Os rios platinos teriam maior força atrativa, embora com más condições de navegabilidade.

e) CONCLUSÕES GERAIS SOBRE O ESPAÇO

O espaço considerado pode ser dividido em três seções que apresentem alguns aspectos de unidade.

— A primeira delas constitui uma unidade geográfica de tipo misto e se estende do maciço das Guianas ao Nó de Loja, abrangendo os territórios da Venezuela, Colômbia e Planalto do Equador. Neste espaço havia amplas possibilidades de riqueza mineral, terrenos aptos à produção agrícola e à criação, além de florestas opulentas. Propiciava, pois, os mais diversos gêneros de vida, ensejando, em consequência, a formação de grupos sociais de características muito diferenciados. A latitude, influenciada pela altitude e o sistema hidrográfico, propiciava variadas condições de climas que poderiam influir na distribuição da população. Haveria possibilidades de um povoamento mais intenso e rápido da zona costeira na área da Venezuela, uma equilibrada distribuição demográfica na Colômbia e de uma maior concentração dos efetivos humanos nos planaltos equatorianos. Como elementos desagregantes da unidade geográfica podem ser apontados: o Orenoco e a estrutura andina. O primeiro, com a orientação oeste-este do seu curso, tendia para separar a planície colombiana e venezuelana da Cordilheira. Os Andes, compartimentado em amplos vales, só tinham comunicação franca no sentido S-N ou em espaços interiores fechados. Podiam ensejar nêles o aparecimento de importante e intensa vida social, capaz de servir de base à criação de pequenos estados.

— A segunda seção se estende do Nó de Loja até o paralelo de 32° que marca nova mudança de estrutura da cordilheira. Abrange a região de Guayaquil, o Peru e a parte andina da Bolívia. Nesse trecho as possibilidades minerais eram mais amplas do que as de exploração agrícola ou pecuária. Os gêneros de vida não seriam, pois, tão variados, quanto na primeira. A latitude, aliada à altitude, propiciava melhores condições de vida na cordilheira do que na costa, aonde só se poderiam estabelecer núcleos humanos mais ou menos isolados. As necessidades de ligação com o mar, aliadas à piscosidade das águas costeiras, atenuavam a força repulsiva do clima nesta área, favorecendo a fixação de núcleos humanos, particularmente, nos vales de pequenos rios e nas raras articulações da costa. Esta teria o caráter de área de trânsito. A orografia, profundamente dispersiva e desagregadora, tinha como elemento compensador a forma compacta da área e a concavidade da costa, que diminuía as distâncias no sentido dos meridianos, equilibrando-as com as medidas no sentido dos paralelos. Outro elemento desagregante residia na força de atração dos rios amazônicos e platinos. Esta, entretanto, era, em parte, atenuada

pelas corredeiras existentes nos cursos superiores dos rios que dificultavam a descida das populações da Cordilheira para a planície, ou a subida das que habitavam nesta para aquela, marcando uma área de fronteiras.

— A terceira seção, compreende as terras ao sul do paralelo de 32°. Havia aí, ainda, boas condições para produção mineral. As condições para exploração agrícola, dada a maior amplitude dos vales, eram melhores do que na segunda. O clima da costa favorecia a fixação dos grupos humanos. Este fato, aliado à estrutura da cordilheira, que permitiu a formação de um longo e amplo vale com fácil ligação com o litoral, propiciava a formação de importante agrupamento humano com fortes características comuns. Poderia ser o fundamento de um importante estado. Essa seção estaria separada nitidamente das demais por acidentes geográficos importantes, como o Deserto de Atacama e a própria cordilheira, o que agravava seu isolamento natural e lhe dava uma sólida unidade baseada no vale central.

(2) *Estudo da posição.*

a) POSIÇÃO ABSOLUTA.

O espaço considerado está situado entre os 12° de latitude norte e 57° de latitude sul e 50° de longitude oeste e 81° de longitude oeste.

Quase todo o espaço considerado está no hemisfério sul, onde a massa de águas é dominante. Tem costas no Oceano Atlântico e Pacífico.

b) POSIÇÃO RELATIVA

O espaço considerado limitava-se ao norte com o vice-reinado do México, a este com o oceano Atlântico e a América Portuguesa, ao sul com a Antártica e a oeste com o oceano Pacífico. Suas melhores possibilidades de produção se encontravam na cordilheira e na sua maioria mais próximos do Pacífico do que do Atlântico.

Em relação às áreas mais afastadas, encontrava-se mais próximo da Espanha do que da África, Índias e Filipinas.

— A seção norte do espaço tinha costas nos dois oceanos e se ligava pelo istmo do Panamá ao vice-reinado do México. Mais próxima da Espanha do que qualquer outra, e constituindo uma região de trânsito entre a América do Sul e a da Norte, entre a vertente do Pacífico e a do Atlântico, tinha possibilidades de se transformar em porta de entrada da América hispânica e encruzilhada dos caminhos terrestres que ligassem suas diferentes regiões. Próxima, ainda, dos grandes feixes de circulação marítima, que começavam a animar a vida do Atlântico, tinha possibilidades, graças às boas articulações de suas costas nesse Oceano, de atrair o comércio de todas as bandeiras, as incursões de piratas e ataques dos inimigos da Espanha.

A opulenta floresta amazônica e a massa orográfica do maciço das Guaianas isolavam-na da América Portuguesa, acentuando sua dependência da Espanha e diminuindo as possibilidades de choque com os portugueses.

— A seção média do espaço ocupava uma posição central, em relação ao conjunto. O caráter abrupto das duas vertentes da cordilheira e o complexo montanhoso, irregular e assimétrico, roubava, entretanto, grande parte da importância dessa posição privilegiada, pelas dificuldades que importaria às ligações dela com as áreas vizinhas. As condições do espaço estavam, pois, em antagonismo com as possibilidades da posição, isolando de certa forma essa área das demais. Suas ligações com a América portuguesa seriam difíceis na parte nordeste, devido às florestas e dificuldades de navegação nos cursos superiores dos rios, e mais fáceis a este, através dos contrafortes do planalto boliviano. Com a bacia do Prata as ligações ficariam condicionadas pelos caminhamentos nos Andes.

As costas pouco articuladas e insalubres, mas equidistantes do estreito de Magalhães e do istmo do Panamá, tinham possibilidades de servirem, nos pontos mais favorecidos, como pontos de escala e mesmo bases permanentes para os meios de transporte destinados às ligações marítimas, cujo valor cresceria em função das dificuldades encontradas pelos meios de circulação interna.

— A seção sul, ocupando o extremo do continente, limitando-se com as outras pelo Deserto de Atacama, ao norte, e a cordilheira a este, estava fadada ao isolamento. Para este, suas ligações só se poderiam fazer pelos raros passos da Cordilheira e para o norte, através do mar. Esse isolamento agravaria o confinamento de suas populações, propiciado pela montanha, e imprimiria à sua ordenação político-social, um desenvolvimento próprio e pouco influenciado pelas demais áreas consideradas.

c) CONCLUSÕES

A Seção norte do espaço tinha possibilidade de transformar-se em porta de entrada para as outras e, em encruzilhada das rotas marítimas e terrestres que a elas conduzissem. Estava exposta aos ataques dos piratas, dos inimigos da Espanha, e seu desenvolvimento seria fortemente condicionado por fatores externos.

A seção média, apesar de sua posição central, constituía mais um elemento separador, de que aglutinador das duas outras. Somente o aproveitamento das vias marítimas poderia atenuar essa condição. Seu desenvolvimento poderia seguir linhas de relativa autonomia, em relação às demais e a fatores externos. Estava naturalmente resguardada dos perigos de ataques inimigos, desfrutando de relativa segurança.

A seção sul, inteiramente isolada das demais e muito afastada das áreas externas, tinha possibilidades de conduzir um desenvolvimento independente das demais e das áreas exteriores.

(3) *Circulação.*

a) INTERNA.

SEÇÃO NORTE

A circulação terrestre era difícil no sentido dos paralelos e facilitada, na vertente do Atlântico, no sentido dos meridianos. Mais para o interior, do Nó de Pasto para o sul, havia dificuldades de circulação tanto no sen-

tido dos paralelos como no dos meridianos. Esse fato condicionava o desenvolvimento da ordenação social no sentido dos meridianos e o da ordenação política no dos paralelos, na vertente do Atlântico. Mais para o interior a ordenação social e política se faria no sentido dos meridianos. Havia possibilidade de se constituírem na área vários Estados com base territorial assentada nos vales dos grandes rios e nos espaços interiores fechados. A circulação costeira do Atlântico, pondo em contato os diferentes núcleos sociais, formados na direção dos meridianos poderia conduzir a uma aproximação dos seus interesses particulares, tendo em vista fazê-los participar de interesses gerais da área. Conduziria, portanto, a um antagonismo, entre as tendências políticas das populações do interior e as da costa. Estas poderiam ser levadas à idéia de entrosar os interesses particulares daquela com os outros, visando atingir objetivos gerais. Aquelas seriam conduzidas a preservar seus interesses particulares e só consentir na participação deles na consecução de objetivos gerais, com a segurança de que predominassem sobre os dos demais.

SEÇÃO MÉDIA

As dificuldades de circulação eram grandes no sentido dos meridianos e menores no dos paralelos. Esse fato, agravado pela pequena extensão das áreas montanhosas habitáveis e sua distribuição irregular, facilitava a aproximação delas no sentido dos paralelos. No sentido dos meridianos as ligações só se poderiam fazer através do mar, o que dava às áreas costeiras mais aproveitáveis a função das áreas de ligação com populações instáveis e de caráter muito variável. Nessa área a ordenação social das pequenas comunidades formadas e confinadas nas altas mesetas e nos vales e desfiladeiros estreitos, se poderia fazer no sentido dos paralelos mais facilmente do que no dos meridianos. A necessidade de dar bases territoriais mais amplas e efetivo mais numeroso às comunidades naturais, conduziria à utilização dos caminhos do mar. A forma compacta da área e a concavidade da costa, equilibraria as distâncias longitudinais e transversais, possibilitando atenuar as dificuldades de circulação no conjunto e, por meio dela, a força desagregante e dispersiva do espaço. As populações costeiras tenderiam, pois, para fórmulas políticas que permitissem fundir os interesses particulares, gerados pelo isolamento dos núcleos sociais, na consecução de objetivos gerais. As do interior tenderiam a resistir a essa inclinação, preservando seus interesses locais, de modo a que predominassem os de um sobre todos os outros, no caso de serem entrosados em bases humanas e territoriais mais amplas. A ordenação política era favorecida, assim, no sentido dos meridianos e, em termos que permitissem o entrosamento dos interesses particulares, em objetivos gerais, sem perda de suas peculiaridades, ou com a predominância de um ou de alguns sobre os demais.

— A seção sul tinha no vale central boas condições de espaço para suportar efetivo humano importante. A comunidade que aí se formasse, predominaria naturalmente sobre as demais. As facilidades de circulação

no vale central, no sentido dos meridianos, e suas possibilidades de ligação com o mar e outras áreas habitáveis, lhe comunicavam uma grande força de coesão, que a posição isolada fortaleceria. Nessa área havia, pois, possibilidade de ordenação política e social, nucleada pela força aglutinante do vale central.

b) EXTERNA.

SEÇÃO NORTE

Bem próxima dos grandes feixes de circulação marítima que animavam a vida do Atlântico, e mais perto da Metrópole do que qualquer outra das áreas consideradas, o litoral dessa seção seria naturalmente o elo de ligação entre ela e as áreas do noroeste e da Europa. Suas costas adquiririam uma intensa vida marítima, possibilitando o adensamento nelas de núcleos humanos importantes, apesar do rigor do clima quente. Os contatos com outros povos imprimiria a essas populações novos hábitos, costumes e idéias, comunicar-lhes-ia um caráter variável e cosmopolita. Isso diversificaria os núcleos sociais costeiros, em relação aos do interior, sendo de prever choque entre as tendências de um e as dos outros, tanto no plano social como no político. As comunicações com os vizinhos, dadas as dificuldades de ligação terrestres laterais, seriam realizadas, ainda, pelo mar, afirmando e consolidando a dependência das populações do interior, em relação às do litoral, no que tange a ampliação de seus interesses sociais e políticos no sentido transversal.

SEÇÃO MÉDIA

A circulação costeira teria função importante a desempenhar, pondo em comunicação, uns com os outros, os diferentes núcleos humanos constituídos no interior, através de núcleos costeiros. Os núcleos humanos da costa seriam então indispensáveis às comunidades interiores, desde que tendessem para desenvolverem suas bases territoriais e sociais no sentido longitudinal.

A circulação com as áreas metropolitanas se faria, seja pelo istmo do Panamá, seja pelo Estreito de Magalhães. No primeiro caso seria mister dotar a área de meios de transportes marítimos permanentes, e que lhe conferia a função de centro coletor e distribuidor de riquezas importadas ou exportadas pela área.

Na vida pouco intensa que tinha, na época, o Pacífico restringiria os contatos das populações costeiras com outros povos, com reflexos sobre a formação de seus hábitos, costumes e idéias, que seriam pouco diferentes dos do interior. Por outro lado, deixava em relativa segurança as populações costeiras. As dificuldades de ligação com a Metrópole, aliadas à importância econômica do espaço considerado, conduziria aquela a manter, na área, meios militares avultados, visando a preservá-la sob seu domínio.

SEÇÃO SUL

Isolada no extremo sul do continente, dependeria dos transportes de outras áreas para manter suas relações com elas. O isolamento propiciava-lhe, entretanto, a possibilidade de desenvolvimento próprio e, até certo ponto, independente das outras áreas.

c) CONCLUSÃO.

Na seção norte a circulação atrairia para as áreas bem articuladas com o mar efetivos humanos consideráveis, atenuando, quando fôsse o caso, a força repulsiva do clima equatorial. O litoral dessa área, estendido no Atlântico e no Pacífico, seria o elo de ligação entre as influências vindas do além-mar e as populações do interior e entre as destas sobre aquelas, prolongando-as até o Pacífico. Os contatos, entre as populações da costa e as de áreas exteriores, propiciados pela circulação externa, lhe imprimiria novos hábitos, costumes e idéias, diversificando-as em relação às do interior. Poderia, também, conduzir as populações costeiras a sentir os problemas sociais e políticos da área em termos mais amplos do que as do interior, desenvolvendo nelas uma tendência política federalista.

A circulação interna, por sua vez, conduziria a ordenação política no sentido dos paralelos e a social no dos meridianos, acentuando o caráter particularista das comunidades interioranas e, suas tendências para só admitir a vinculação de seus interesses a outros em termos que lhes assegurassem a predominância sobre os demais.

Na seção média a circulação interna condicionava a formação social no sentido dos paralelos. O bom aproveitamento da circulação costeira poderia atenuar as dificuldades da circulação longitudinal interna e permitir o entrosamento dos interesses das comunidades formadas transversalmente, no sentido dos meridianos, ensejando a formação de um grande Estado na região, ou pelo menos, de Estados com bases físicas e sociais importantes, escalonados longitudinalmente.

As condições gerais da circulação sugeriam a organização de meios vultosos de transporte, sediados permanentemente nesta área para atender às comunicações das diferentes comunidades, entre si, e com as existentes em outras regiões.

A seção sul teria agravado seu isolamento pelas condições gerais de circulação externa. Em compensação a circulação interna assegurava a predominância da comunidade formada no vale central sobre as demais, conferindo-lhe o papel de fundamento de um Estado que se formasse na área.

(4) *Implicações gerais do fator geográfico.*

O fator geográfico, visto em termos de espaço, posição e circulação poderia ensejar nesta área:

a) A formação de um grande Estado, tendo como base física os territórios atuais da Venezuela, da Colômbia (inclusive Panamá) e do

planalto de Quito, desde que fossem encontradas fórmulas políticas e sociais que permitissem atenuar as forças desagregantes propiciadas pela geografia e os antagonismos entre os diferentes núcleos sociais.

A formação de vários pequenos Estados com bases físicas assentadas nos diversos compartimentos geográficos aí existentes, desde que os interesses locais primassem sobre os gerais. Neste caso a ordenação política desses Estados se faria no sentido dos paralelos na vertente do Atlântico e no dos meridianos entre o Nó de Bogotá e o de Loja. A área da planície (inclusive os "llanos" colombianos), mais vinculada ao Orenoco do que a cordilheira, teria sua união com a Venezuela mais favorecida.

b) A formação de um grande Estado nos territórios que se estendem, desde o Nó de Loja ao Deserto de Atacama, incluindo a área de Guaiquil e a parte andina da Bolívia, desde que convenientemente aproveitada a força agregadora do mar, como elemento de união e coesão política e social.

A formação de pequenos Estados, escalonados no sentido dos meridianos, se as forças desagregadoras predominassem sobre as de coesão.

c) A formação de um Estado, com base territorial sólidamente assentado no vale central chileno. Aí todos os elementos geográficos contribuiriam para o estabelecimento da base física do Estado e suas implicações econômicas, políticas e sociais reforçavam sua estabilidade, dando-lhe um nítido sentido de coesão.

(5) *Implicações particulares do fator geográfico.*

O fator geográfico contribuiu na formação dos países:

a) VENEZUELA.

Proporcionando-lhe uma base territorial coesa e bem articulada com o mar. Para Oeste devia estender-se até o sopé da cordilheira, englobando os "llanos" colombianos e grande parte das áreas amazônicas hoje pertencentes à Colômbia, o que criou, indiretamente, problemas fronteiriços entre as duas Nações. Para Este, sua fronteira com o Brasil estava naturalmente delimitada pelas Guianas. O solo variado, abrangendo terrenos aptos à criação, à agricultura e mineração lhe proporcionou possibilidades econômicas variadas. O clima muito diferenciado, aliado às condições de posição e circulação, ensejou um maior adensamento da população nas áreas costeiras do que nas do interior.

O gênero de vida das populações do interior, diferente do das costeiras, combinado com as condições de circulação, favoreceu a formação de mentalidades distintas numa e noutra. Enquanto as populações da costa, em contato com outras idéias, hábitos e costumes, desenvolveram uma mentalidade aberta às modificações, as do interior guardaram mais fielmente suas tradições originais. As do interior se tornaram, pois, mais conservadoras e individualistas do que as da costa, tendendo para idéias políticas que pudessem preservar as autonomias locais sem prejuízo dos interesses gerais.

b) COLÔMBIA.

Proporcionando-lhe uma base física altamente fragmentária, bem articulada com o Atlântico e muito pouco com o Pacífico. Os grandes vales, os amplos planaltos, que formam o solo montanhoso da Colômbia, ensejavam a formação de importantes comunidades naturais isoladas uma das outras e trabalhadas por intensa vida local. A posição relativa dessas áreas internas, as facilidades de circulação terrestre no sentido longitudinal, aliadas às que proporcionava o mar, no sentido transversal, funcionou como elemento agregador, atenuando as forças desagregadoras oriundas da estrutura montanhosa. O solo variado proporcionou-lhe grandes possibilidades econômicas na criação, agricultura e mineração, ensejando produção variada e ciclos complementares de trabalho.

A semelhança de sua estrutura territorial com a da região de Quito contribuiu para que exercesse sempre grande influência sobre essa área. No caso da Venezuela, a descontinuidade marcada pela cordilheira ensejou questões de limites, dada a atração que o Orenoco exerce sobre os "llanos" e áreas da região amazônica.

O clima aliado às condições de posição e circulação, contribuiu para distribuição equitativa da população pelas regiões costeiras e as do interior. Nas primeiras, os contatos com outros povos, decorrentes da circulação externa, contribuiu para formação de uma mentalidade cosmopolita e liberal, em franco antagonismo com o caráter conservador e individualista das segundas, isoladas nos vales amplos e altos planaltos da cordilheira. No plano político esse fato se refletiria na predominância dos interesses locais entre as populações do interior e, numa visão mais ampla e mais geral, daquelas radicadas nas áreas costeiras. Estas seriam levadas a busca de fórmulas políticas que permitissem a predominância de interesses gerais, enquanto aquelas lutariam pela preservação de suas autonomias regionais, só abdicando delas em proveito de um grande Estado, em quadros constitucionais que lhes assegurassem supremacia política. Esta foi a contribuição do fator geográfico para formação das correntes federalistas e unitaristas que sempre agitaram a vida política da Colômbia depois da independência.

c) EQUADOR.

Proporcionou-lhe uma base física, apoiada em duas regiões de características distintas e antagônicas: Guayaquil e Quito. A primeira debruçada sobre o Pacífico, como a melhor porta de entrada para a região andina, está mais ligada ao Peru, do que a de Quito. Quito, soldada aos Andes Colombianos pela semelhança da estrutura da cordilheira, sendo atraída pela Colômbia. Disso resulta que o fator geográfico não favoreceu a existência do Equador, como Nação soberana, pois lhe comunica o antagonismo das duas regiões que o constituem e a força desagregante das atrações divergentes, que as solicitam. O clima, as condições de circulação e da posição, contribuíram para uma distribuição equitativa das populações pelas áreas costeiras e montanhosas. A população das primeiras, trabalhada pelos contatos com

outros povos e regiões, adquiriu o caráter cosmopolita dos habitantes da costa, enquanto a da segunda, isolada no alto planalto "quiteño" se manteve fiel a hábitos e costumes tradicionais, cultivando mais os interesses locais do que os gerais. Daí o espírito federalista dos "costeños", em contraposição às idéias unitárias dos "quiteños", reforçando o antagonismo geográfico existente entre as duas áreas rivais e comprometendo a unidade política do Equador e até mesmo sua existência como Estado soberano. A área amazônica por sua vez seria solicitada pela calha do grande rio.

d) PERU.

Proporcionou-lhe uma base física de tipo montanhoso, irregular e complexa, altamente desagregadora. A dispersão das populações em pequenas comunidades, isoladas em espaços estreitos, estimulou a coesão social visando a dar-lhes bases territoriais mais amplas. A maior facilidade de circulação no sentido dos paralelos criou uma linha de menor resistência a essa ação coesiva e os primeiros elementos de predominância do interesse geral sobre o local. A utilização crescente do mar, como caminho natural para as ligações longitudinais, atenuando as distâncias nesse sentido e assemelhando-as no sentido transversal em termos de circulação existentes, deram um caráter compacto à forma da área inicial do Peru, reforçando a força unificadora da meseta boliviana, charneira dos ramos noroeste e sul da cordilheira, que a constituíam. A precária coesão territorial do Peru estava pois ligada à meseta boliviana em sua fase inicial, complementada pela região do Tarapacá. A amputação da área boliviana do Peru restituiu à estrutura andina toda sua força desagregadora. Posteriormente, a perda da região de Tarapacá para o Chile deixou, somente, ao Peru a seção norte da cordilheira de pequena profundidade apoiada no Pacífico, seu mais forte liame, equilibrando novamente as forças de coesão e de desagregação que trabalham seu território.

O clima do Peru contribuiu para um maior adensamento da população nas mesetas andinas e a predominância nos planos social e político de seu caráter conservador, individualista e unitário.

O solo do Peru mais apto à mineração do que à agricultura e pecuária deu ênfase especial à riqueza mineral desse país, transformando-a no elemento básico de sua economia.

e) CHILE.

Proporcionou-lhe grandes áreas anecumênicas, a par de um amplo e fértil vale, onde se desenvolveu sua vida social desde os primeiros dias da colonização.

A posição, aliada às condições de circulação interna e externa, lhe comunicou uma situação de isolamento, quase completo. Esse fato contribuiu para que a formação do povo chileno se realizasse sob formas e condições quase independentes das demais, com características próprias.

As condições do solo do vale central, combinada às possibilidades minerais da cordilheira, proporcionou-lhe possibilidades econômicas variadas.

A grande coesão social das populações do vale central, aliada à predominância de seu efetivo e possibilidades econômicas sobre as demais, contribuiu para que coubesse àquelas a orientação da vida chilena nos planos social e político. O fator geográfico foi fundamental na sua formação histórica, marcando, juntamente com outros não menos importantes, a vida econômica, política e social desse país.

2. A conquista e o povoamento.

No quadro geral do sistema Colonial Espanhol, há a assinalar aqui alguns aspectos particulares.

a) O INDÍGENA.

Nos altos vales da Colômbia, os Chibchas eram hábeis agricultores, tinham forma regular de Governo, Tribunais e Leis de que conservavam a tradição. Mas, a despeito de sua homogeneidade racial e lingüística e até mesmo de certos aspectos sociais semelhantes, não conseguiram reunir-se à base de um único organismo político, como o dos Aztecas e Incas. Sabe-se que, politicamente, existiam na região cinco reinos principais que estavam vinculados pela língua e o culto religioso, mas que eram absolutamente independentes um dos outros. Esse era um precedente pré-colombiano, que poderia influenciar a organização política das populações dessa região e que seria reforçado pelas condições geográficas do tipo misto nela dominante.

Mais ao Sul, se havia formado, em Quito, um poderoso Estado, que foi, no entanto, absorvido politicamente pelos Incas. Mas os conquistou socialmente, pois o Rei dos Incas acabou transferindo para Quito a Capital do Império até então, em Cuzco. Com sua morte o Reino dividiu-se em dois: um com sede em Quito e outro em Cuzco.

Os Incas formaram um poderoso Estado teocrático sobre o qual a classe sacerdotal exerceu influência. Foi sobretudo pela sua organização econômica e social, pelo seu coletivismo agrário do Estado e pela amplidão de suas construções que a civilização incaica espantou o historiador. A terra era dividida em três partes: uma tocava ao Deus Sol, a outra ao Rei e a terceira ao povo, repartida pelas famílias proporcionalmente às suas necessidades. A propriedade individual do solo não existia. E nisso reside a explicação da grandeza do Império e de sua fraqueza militar. Grandeza material, resultante da mão-de-obra coletivizada, que permitiu a construção dos enormes palácios, dos templos, dos aquedutos, do sistema de estradas, das fortalezas, culturas em terraço, etc. Fraqueza militar, resultante de o homem não possuir o sentimento da posse da terra e sim o da obediência ao senhor, fôsse ele inca ou espanhol. Era, entretanto, um povo providente que vivia feliz sem conhecer as agruras da fome e da miséria.

b) O NEGRO.

Na Venezuela e na Colômbia, o negro foi introduzido para substituir o índio nos trabalhos da agricultura e na mineração, em regiões de menor altitude, em número bastante elevado. Misturou-se com a população branca e a índia, tendo saído dessa mestiçagem os mulatos e zambos. Esses negros eram predominantemente Congos e Angolas, vindos das Antilhas.

No Peru foram também introduzidos para os trabalhos de mineração e agricultura. Fixaram-se principalmente na costa, nos engenhos, nos olivais e fazendas de gado, existentes nas quebradas. Sua influência foi notável no litoral e quase nula no altiplano, uma vez que não suportavam as temperaturas e as pressões das grandes altitudes, rendendo pouco e morrendo cedo.

No Chile o único ensaio de colonização negra foi feito nas minas de Copiapó. Mas os negros não resistiram nem ao trabalho nem ao clima e desapareceram totalmente.

c) O ESPANHOL.

O espanhol, descendente de várias etnias, em que sobressaía um fundo africano de constituição árabe-bérbere, chegou à América no início da revolução técnica e ávido de riqueza. Por isso não foi o mais culto, o mais rico e, portanto, o de melhor condição social, o elemento espanhol que inicialmente entrou na América. Foram os mais jovens, os mais vigorosos, os primeiros a desembarcar na nova terra que a intuição de Colombo acabara de descobrir. Vieram em busca de fortuna e de aventura que não encontravam nos estreitos limites pátrios. Não foi o fidalgo, o grão-senhor que veio à América. Foi Pizarro, criador de porcos em Trujillo e filho de uma cortesã. Foi Almagro, um exposto, abandonado no adro da igreja que lhe deu o nome. Foi Bernalcazar, o Moyano, de quem não se sabe o nome com certeza. Foi Vasco Nunes de Balboa, criado do senhor de Murger e viajante clandestino. Vieram, principalmente, da Extremadura e da Andaluzia para fazer a América; construir uma nova vida, ganhar fama e riqueza.

Atraía-os a notícia das riquezas fabulosas e a igualdade de oportunidade. Sabiam que na América encontrariam liberdade, pois distâncias imensas os separariam, então, da justiça de El-Rei; que, o êxito os absolveria de todas as faltas. Esse foi o espanhol que fez a conquista da América. Enriqueceu com o ouro e a prata coletados nos palácios e templos de seus antigos habitantes, ou arrancados das entranhas generosas da terra imensa e ocupou pela bravura, pela traição, pela falta de escrúpulo o cimo da escala social, destruindo uma civilização secular, então, em declínio. Foi este espanhol, cheio de virtudes e carregado de defeitos, que se misturou ao indígena americano para enriquecer e acabou criando uma civilização nova, fecunda e livre.

d) A MESTIÇAGEM.

Para o espanhol a conquista da América era uma tarefa para homens. Resultou disso a falta de mulheres nos primeiros contingentes que chegaram às povoações, fundadas na terra recém-descoberta, permanecendo no entanto a necessidade fisiológica da procriação. Daí a caça à mulher indígena e a conseqüente mestiçagem de brancos e índios. A introdução do negro determinou o aparecimento de outro tipo de mestiço, o *zambo*, resultante do cruzamento do negro com o índio, e o *mulato*, saído da fusão do branco com o negro.

O que predominou, no entanto, na mestiçagem hispano-americana foi o *mestiço* proveniente do cruzamento do índio com o branco, que na Bolívia, no Peru e na Colômbia tem o nome de "cholo" e no Chile de "roto". Esse mestiços, hoje, não se diferenciam dos brancos nem mesmo pela cor.

Foram preservados também importantes contingentes de índios puros, mercê da condição geográfica e econômica, particularmente na Bolívia e no Peru.

e) CRONOLOGIA DA CONQUISTA (Fig. 2, 3 e 4).

1498 — Cristóvão Colombo, na sua terceira viagem, descobriu a ilha de Trindade e Margarita, às bocas do rio Orenoco, reconheceu a costa do golfo de Paria e Cumaná, negociando com os indígenas ouro e finíssimas pérolas.

1499 — Alonso de Ojeda, Juan de la Cosa e Américo Vespúcio descobriram o golfo de Maracaibo, entrando em relação com os indígenas.

1500 — Rodrigo de Batista reconheceu a costa da Colômbia e a foz do rio Magdalena.

1502 — Cristóvão Colombo em sua quarta viagem reconheceu a costa de Honduras até a ponta San Blas. No ano seguinte esteve em Porto Belo e no golfo de Darien, donde regressou a Cuba.

1508 — O Rei concedeu a Alonso de Ojeda e Diego de Nicussa as terras que estivessem, respectivamente, a Este (nova Andaluzia) e ao Noroeste de uma linha que passasse pelo golfo de Dariem. Ojeda recebeu o governo de Coquica Boa.

1509 — Alonso de Ojeda fundou a povoação de San Sebastian no golfo de Darien. A população dessa povoação foi evacuada para Cartagena devido a agressividade do indígena.

1510 — Fundação da Santa Maria La Antigua por Enciso.

1513 — Descoberta do Mar do Sul por Balboa.

1514 — Chegou a Darien, com 22 navios, Pedro Arias de Ávila nomeado Governador da província de Castilla Del Oro, nome dado à região de Darien. Devia punir Balboa, mas à vista de seus êxitos não se atreveu a fazê-lo.

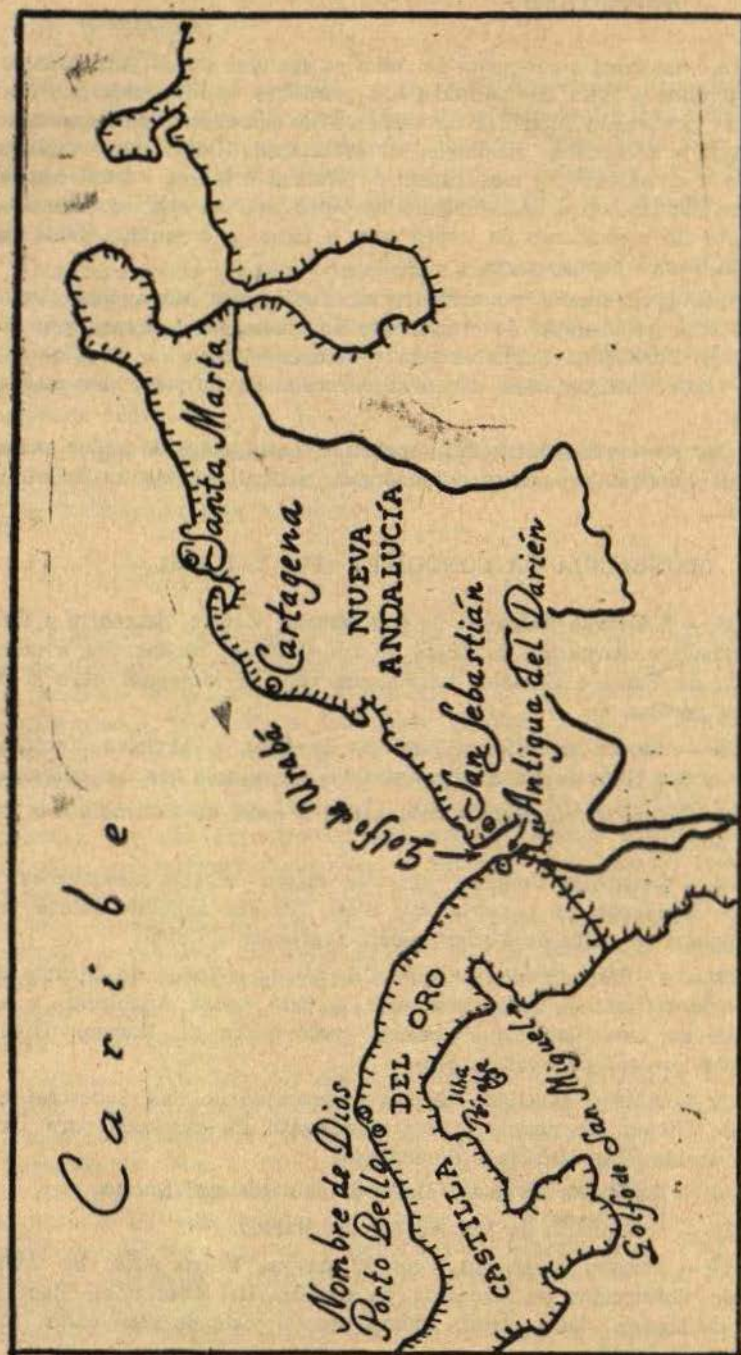


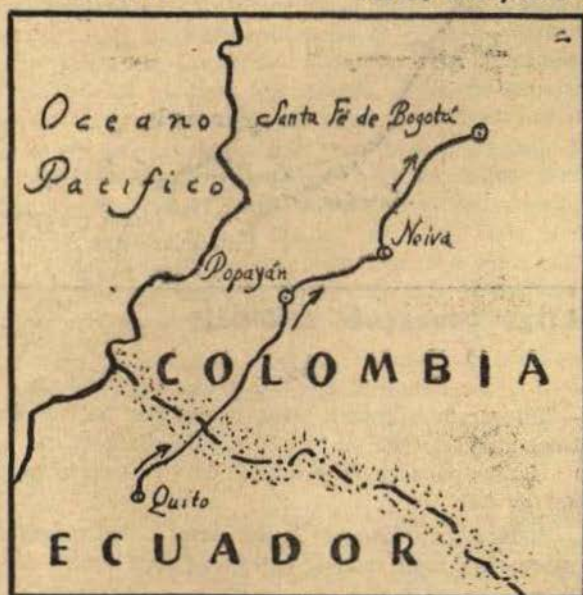
FIG. 2



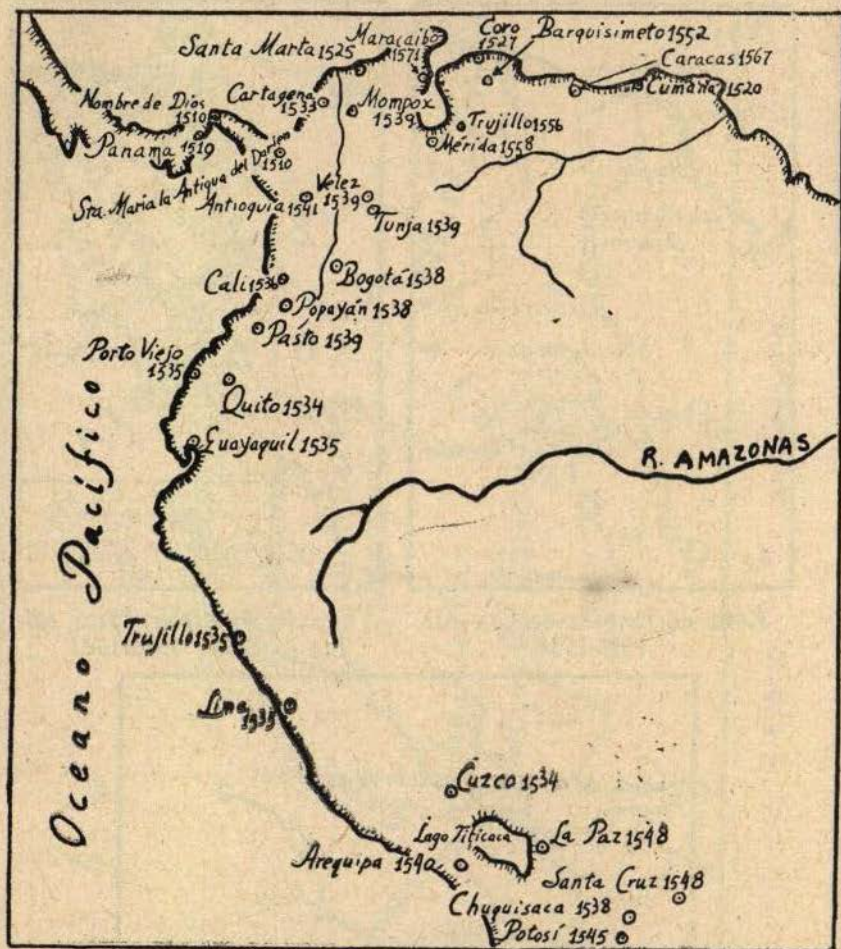
Rota de Jimenez de Quesada
1536-1538



Expedições exploradoras saí-
das de Coro, 1530-1541



Rota de Sebastian de Benalcázar, 1536-1538



Primeiras povoações coloniais

Fig. 4

1515 — Chegaram a Darien notícias de que Balboa fôra nomeado pelo Rei "adelantado do Mar do Sul" e Capitão-General das províncias de suas costas. Balboa começou a preparar uma expedição para explorar a costa do Mar do Sul.

1517 — Balboa foi traído por Pedro Arias e decapitado sob acusação de que se preparava para realizar expedição sem ordem do Governador.

1522 — Pascual Andagoya organizou uma expedição em Panamá e explorou a costa até o rio San Juan recolhendo importantes notícias sobre o império dos incas (reconhecimento — divisa atual da Colômbia e Equador).

1525 — Zarpou do Panamá uma expedição organizada por Francisco Pizarro, Diogo de Almagro e Hernando de Luque para explorar as terras do Sul. Pizarro chegou a Pôrto de Pinas e explorou Pueblo Quemada donde foi expulso por vigoroso ataque dos indígenas. Almagro, que saíra em outra embarcação também esteve em Pueblo Quemado e apesar de atacado pelos índios chegou até San Juan.

Rodrigo de Batista fundou a povoação de Santa Martha na costa da Colômbia. Entrou em relações amistosas com os indígenas logrando reunir grande quantidade de ouro. Foi atacado por seus companheiros chefiados por Juan Villafuerte e ferido. Recolheu-se à ilha de Cuba onde morreu.

1526 — Pizarro, Almagro e Luque firmaram um contrato que visava a conquista do Peru. Os dois primeiros se encarregariam da parte militar e o último do financiamento da expedição. Conseguiram reunir 160 homens e zarparam para o Sul, partindo do Panamá. Pizarro foi inicialmente até o rio San Juan. Aí se lhe juntaram Almagro e o piloto Ruiz. Pizarro continuou o movimento para o Sul e, apesar das tempestades que teve de enfrentar, chegou ao Pôrto de Tacamez na costa de Quito, uma povoação de mais de mil casas. Não dispondo de forças para invadir a região se retirou para ilha do Galo, donde Almagro retornou ao Panamá em busca de reforços. Mas o Governador do Panamá, tendo conhecimento de reclamações de homens que tinham viajado com Pizarro, determinou que alguns navios fôssem à ilha de Galo para reconduzir ao Panamá os expedicionários. Pizarro se negou a obedecer a ordem de Pedro de los Rios, com mais 13 de seus companheiros que decidiram acompanhá-lo. Conseguiu alguns víveres e mandou que Ruiz regressasse ao Panamá na frota de socorro, a fim de engajar novos voluntários. Mais tarde construiu uma balsa e se transportou para ilha de Gorgona, onde permaneceria por sete meses. Passado este tempo, reapareceu Ruiz com um navio e ordens para reconduzir Pizarro e seus companheiros ao Panamá. Pizarro resistiu e o convenceu a ajudá-lo. Retomaram o movimento para o Sul, no navio de Ruiz, e chegaram a Tumbez, uma formosa cidade, onde foram bem recebidos e presenteados pelos indígenas. Pizarro não teve dúvida de que descobriria o rico Império dos Incas e regressou ao Panamá, em fins de 1527.

1527 — Juan de Ampumez fundou o povoado de Coro na costa venezuelana, orientado pela audiência de São Domingos.

1528 — Pedro de los Rios negou-se a ajudar Pizarro e este resolveu ir à Espanha para solicitar diretamente do Rei autorização para realizar a conquista do Peru.

— Carlos V concedeu a conquista da Venezuela à Companhia alemã dos Welsers, com a condição de que devia transportar para a região 350 espanhóis e 50 marinheiros alemães e fundar duas cidades e três fortalezas no prazo de dois anos. Os alemães designaram, como representantes seus a Ambrósio Alfinger e Jorge Soyler, que receberam de Ampumes o Governo de Coro. Essa Companhia, não tendo encontrado

ouro de imediato, começou a escravizar os índios para vendê-los em outras paragens.

— Carlos V nomeou Garcia de Lerma Governador de Santa Martha. O nôvo Governador realizou algumas expedições, mas suas tropas foram repelidas pelos índios.

1529 — Em 29 de junho, se firmou em Madri o contrato que assegurou a conquista do Peru. Pizarro recebeu para si e seus sucessores o título de adelantado, governador e capitão-general dos países que conquistasse no Peru e Nova Castela, com atribuições de fazer justiça sem outra apelação que não fôsse o Conselho das Índias. Hernando de Luque foi nomeado bispo de Tumbez e protetor dos índios do Peru e Diego de Almagro, governador das fortalezas que se construísssem em Tumbez. Pizarro se comprometeu a levantar Corpo de 250 soldados, no prazo de seis meses, recebendo auxílio pecuniário de Cortez. Dirigiu-se, depois, a Trujillo, sua cidade natal, onde se reuniu a seus irmãos Hernando, Gonçalo e Juan Pizarro.

— Alfinger conquista a região costeira da Venezuela até Perija, entre 1530 e 1533.

1530 — Pizarro embarcou de regresso ao Panamá sem ter conseguido reunir os 200 homens. Almagro não ficou satisfeito com o que lhe coube no contrato da conquista e Pizarro aceitou-o como sócio, no título de adelantado, desde que a Côrte aprovasse êsse acôrdo. Foi então renovado pelos três sócios o antigo contrato de 1526.

— Pedro de Acosta se estabeleceu no delta do Orenoco com 300 homens.

1531 — Enquanto Almagro permanecia no Panamá, Pizarro partiu para Tumbez. Foi, entretanto, obrigado a desembarcar no pôrto de São Mateus ao norte do Equador. Continuou por terra a viagem para o Sul. Na província de Coaque tomou uma cidade, quase sem resistência, reunindo grande quantidade de vasos de ouro. Enviou emissários para Nicarágua e Panamá com amostras de ouro para estimular os que quisessem se alistar na expedição. Na margem do rio Guayas encontrou grande resistência. Depois de receber reforços de 130 homens, trazidos por Hernandez de Soto e Sebastian Benalcazar, retomou o movimento para o Sul, entrando em Tumbez, onde demoraria cerca de três meses.

— Em novembro os castelhanos entraram em Cajamarca e mediante um artil aprisionaram o Imperador Inca.

— O Império Inca se achava sob a chefia de Atahualpa, rei de Quito, que acabara de vencer seu irmão Huascar, rei de Cuzco, unificando o Império. Estava em Cajamarca quando soube do aparecimento dos estrangeiros. Não mostrou grande temor. Sabia que eram cerca de 200 homens e seus sacerdotes lhe afiançavam que sucumbiriam. Atahualpa concebeu, então, o projeto de atraí-los para o interior a fim de destruí-los quando lhe parecesse melhor.

— Um português, chamado Jerônimo de Melo, explorou o rio Magdalena, navegando 35 léguas de seu curso. A notícia da descoberta do

Peru atraiu os povoadores de Santa Martha que foi quase abandonada. Garcia de Lerna morreu sem que houvesse assentado definitivamente a dominação espanhola no país.

— Pedro de Herédia obtivera do Rei Carlos V autorização para conquistar a região que se estendia de Santa Martha ao golfo de Darien. Em fins de 1532 saiu de Cádiz rumo à sua concessão.

— Diego de Ordaz entrou pelo Orenoco e foi até sua confluência com o rio Meta.

1533 — Faleceu Hernando de Luque, e Diego de Almagro se reuniu a Pizarro em Cajamarca. Destacamentos haviam visitado Cuzco, Jauja e outras povoações. Atahualpa pagou um resgate equivalente a 1.325.539 pesos-ouro e 51.610 marcos de prata (coletando o ouro dos palácios para pagar o resgate). Depois de pagos o quinto do Rei e outras despesas, cada soldado castelhano recebeu 8.800 pesos-ouro e 362 marcos de prata para cavalaria e a metade desta soma para os de infantaria. Pizarro mandou à Espanha seu irmão Hernando, com o fim de regular a questão existente entre ele e Almagro. Temeroso de que Atahualpa promovesse uma rebelião indígena, Pizarro acusou-o de idolatria, de ter usurpado o trono ao irmão, tentar levantar tropas contra os castelhanos, condenando-o à morte. No dia 29 de agosto foi executado.

— Jorge Spira foi feito, pelos Welsers, Governador da Venezuela.

— Em 21 de janeiro Pedro de Herédia fundou Cartagena.

— Pizarro fez eleger em Quito a Tupac Inca, irmão de Atahualpa, Imperador. Em setembro marchou sobre Cuzco. Durante a marcha foi morto misteriosamente o Inca Tupac. Pizarro declarou, então, que ia a Cuzco para sustentar direitos de Huascar. Em novembro entrou em Cuzco sem encontrar resistência. Fundou um Cabildo e coroou o Imperador Inca Manco, filho de Huascar.

Entrementes Benalcazar, que ficara em São Miguel Piura, iniciou a conquista de Quito. Em dezembro, entrou na cidade que denominou de São Francisco de Quito.

1534 — Pedro de Alvarado, conquistador da Guatemala, com a intenção de participar da conquista do Peru, partiu para Quito com 500 soldados e muitos índios. Desembarcou, mas foi enfrentado pelas tropas de Almagro e Banalcazar com os quais firmou um acôrdo. Recebeu 100.000 pesos-ouro pela esquadra, tropas e munições e abandonou o país. Almagro fundou então a povoação de Trujillo — na costa do Pacífico.

— Spira chegou a Coro e iniciou a exploração do país.

— Fernando de Lugo foi nomeado, por Carlos V, Governador de Santa Martha.

1535 — Pizarro fundou Lima às margens do Rimac, denominando-a Cidade dos "Reyes". Hernando Pizarro regressou de Espanha, trazendo a decisão de Carlos V sobre a administração das terras recém-conquistadas. Pizarro recebeu as terras do Norte com o nome de Nova Castela;

Almagro as do Sul, denominadas Nova Toledo. Almagro, sabendo disso, marchou sobre Cuzco para se fazer nomear Governador da Cidade. A isso se opuseram Juan e Gonçalo Pizarro. Francisco Pizarro dirimiu a contenda, firmando um novo convênio com Almagro em que este se comprometia a partir para o Chile. Em 3 de julho partiu.

— Os índios sublevados sob o comando do Inca Manco atacaram Cuzco defendida por Hernando Pizarro.

— Almagro depois de atravessar os Andes atingiu o Vale Chileno onde encontrou gêneros em abundância. Recebeu, entretanto, informações de que os limites fixados pelo Rei para Nova Toledo englobavam a cidade de Cuzco e decidiu regressar ao Peru.

— Jorge Spira lançou-se para o Sul e atingiu-o rio Apuru ou Apure, em 1540.

1536 — O licenciado Gonzalo Jimenez de Quezada saiu de Santa Martha para reconhecer o Madalena.

1537 — Almagro chegou ao Peru e encontrou uma sublevação geral dos índios. Atacou os indígenas e se apoderou de Cuzco em abril, sendo reconhecido por um Cabildo, como Governador da Cidade. Hernando e Juan Pizarro que lá se encontravam foram feitos prisioneiros. Era o início da guerra civil. Francisco Pizarro mandou contra ele um contingente sob o comando de Alonso de Alvarado, que Almagro derrotou nas margens do rio Abancay. Hernando Pizarro e outros companheiros conseguiram fugir de Cuzco. Por intermédio de Frei Francisco de Bobadilha, Pizarro e Almagro se encontraram em novembro, mas não se reconciliaram.

— Jimenez de Quezada atingiu o planalto de Bogotá, encontrando campos cultivados e se desligou dos compromissos que tinha com o Governador Fernandes de Lugo. Conquistou os povoados indígenas de Muqueta e Tunja e depois marchou sobre Iraca, onde aprisionou o Cacique. Mais tarde atacou Bogotá, tendo o chefe indígena morrido no combate.

— Herédia, acusado pelos colonos, foi julgado pelo Licenciado Juan Badillo, membro da audiência de São Domingos e prêso. Badillo apoderou-se do Governo e começou a negociar com índios, escravizando outros.

1538 — Almagro foi derrotado pelas tropas de Francisco Pizarro na planície de Salinas e feito prisioneiro. Processado, foi julgado, condenado à morte e executado.

Jimenez de Quezada fundou Santa Fé de Bogotá, fazendo-a Capital do Reino de Nova Granada de que se fez governador. Nessa região se encontraram Quezada. Nicolao Federman, vindo da Venezuela e Sebastian de Benalcazar, de Quito.

1539 — Pedro Sancho de Hoz, a quem o Rei dera autorização para descobrir terras ao sul do estreito de Magalhães, e Pedro Valdía, a quem Francisco Pizarro confiara o encargo de conquistar o Chile, celebraram um convênio, comprometendo-se a realizar esta tarefa em conjunto.

1540 — Gonzalo Pizarro organizou uma expedição com 350 espanhóis e 4.000 índios, com o fim de procurar a árvore da canela, produto que os espanhóis ainda não tinham encontrado na América. Chegando ao rio Coca Pizarro mandou construir uma embarcação, na qual embarcou Francisco Orellana, que deveria encontrá-lo no rio Napo. Orellana, entretanto, desceu o rio e chegou à foz do Amazonas, em agosto de 1541.

Hernando Pizarro, que embarcara para a Espanha, em 1539, foi acusado perante o Conselho das Índias por partidários de Almagro e feito prisioneiro, passando cerca de 20 anos num calabouço. Foi libertado por Felipe II, em 1560.

— Quezada decidiu ir à Espanha solicitar do Rei o título de Governador de Nova Granada, uma vez que Fernandes Lugo morrera em 1536.

— Pedro de Hoz reuniu apenas alguns aventureiros, enquanto Valdivia fez empréstimos, engajou soldados, organizando uma tropa de 160 soldados. Combinaram que se encontrariam na entrada do deserto de Atacama e, Valdivia, no princípio de 1540, se pôs em movimento. Pedro de Hoz não quis ceder a Valdivia o comando da expedição e foi preso por este. Desfeito o contrato, Valdivia iniciou então a travessia do deserto.

Nesse mesmo ano fracassara uma expedição ao Chile, organizada por Francisco Camargo, a quem o Rei dera a concessão feita anteriormente a Simon de Alcazaba.

1541 — Em junho de 1541 Francisco Pizarro foi assassinado por Juan de Rada, partidário de Almagro. Diego de Almagro, o moço, filho de Diego de Almagro, foi eleito Governador.

Entretanto Cristobal Vaca de Castro, comissário régio, foi enviado ao Peru com a missão de assumir o governo, caso Pizarro estivesse morto. Naufragou na viagem de Panamá a Lima, na costa de Quito, entrou em contato com Benalcazar por quem soube da morte de Francisco Pizarro.

Carlos V, informado por Bartolomé de las Casas das atrocidades que sofriam os indígenas, decidiu baixar ordenanças regulando o repartimento de terras e dos índios e o trabalho forçado nas minas e na pesca de pérolas.

— Em 12 de fevereiro Valdivia fundou Santiago e deu nome de Nova Extremadura à província que pretendia conquistar. Criou um Cabildo que o elegeu Governador, em junho, falsamente informado por ele da morte de Pizarro. Logo, porém, se viu a braços com conspirações de seus companheiros e ataques dos índios. Valdivia, porém, conseguiu firmar sua autoridade.

1542 — Carlos V decidiu transferir para Guatemala a Audiência de Panamá e fundar uma em Lima, em novembro de 1542. Resolveu também criar o Vice-Reinado do Peru, confiando-o a Blasco Nunez Vela.

Vaca de Castro conseguiu se fazer reconhecido pelos partidários de Francisco Pizarro e marchou para Cuzco. Encontrou as forças dos al-

magaristas na planície de Chupas e as derrotou. Apoderou-se de Cuzco e justicou a Diego de Almagro, o môço, e muitos de seus partidários.

— Afonso Luiz de Lugo foi nomeado Governador de Nova Granada.

— Juan Bohon fundou Serena, no Vale de Coquimbo, e expedições mandadas para o Sul, sob o comando de Francisco de Vilagran e Francisco de Aguirre, levaram a conquista até a outra margem do rio Maule (ao Sul do Chile, paralelo 36°).

1544 — Blasco Nunez de Vela desembarcou em Tumbez, resolvido a dar cumprimento às novas leis, embora estivesse certo do profundo descontentamento dos colonos, que se preparavam para resistir, agrupando-se em torno de Gonzalo Pizarro.

Gonzalo Pizarro foi nomeado pelo povo procurador-geral do Peru e tomou por conta própria o título de Capitão-General. Levantou tropas e marchou sobre Lima, onde Blasco Nunez Vela tinha aprisionado Vaca de Castro sob acusação de ser partidário dos colonos. O Vice-Rei, julgando-se impotente para defender a cidade, decidiu retirar-se para Trujillo, com todos os órgãos do Governo. Os ouvidores da Audiência, porém, se negaram a cumprir essa ordem de prenderem o Vice-Rei, que foi enviado à Espanha. A Audiência quis resistir a Pizarro, mas acabou por proclamá-lo Governador do Peru. Em 23 de outubro assumiu o Governo. Vaca de Castro fugiu para o Panamá. Blasco Nunez de Vela com a conivência do ouvidor Juan Alvarez que o escoltara, conseguiu desembarcar em Tumbez e levantar tropas. No Sul, Diego Centeno também não reconheceu a autoridade de Pizarro. Este ficou entre dois fogos.

— No Chile, foi explorada a costa até os 41° em busca de uma ligação por mar com Espanha, pelo Capitão Genovês Juan Bautista Pastene.

1545 — As forças de Blasco Nunez de Vela e de Gonzalo Pizarro se encontraram na planície de Anaquito. Pizarro, vitorioso, mandou cortar a cabeça do Vice-Rei. A rebelião que chefiava estava vitoriosa no Peru. Apesar de aconselhado por seu lugar-tenente Francisco Carbajal a se fazer Rei e casar-se com uma Princesa Inca, Pizarro não teve coragem de tomar essa atitude extrema. Limitou-se a enviar ao Rei uma informação sobre sua conduta e solicitar-lhe confirmação da autoridade que gozava. Felipe II, que se encontrava na Regência do Trono espanhol, sabendo do que se passava no Peru, decidiu revogar a maior parte das Ordenanças, baixadas por seu pai, e nomear o Padre Pedro de la Gasca, Presidente da Audiência. Confiou-lhe, entretanto, autoridade ilimitada para pacificar o Peru. La Gasca saiu de San Lucas em março e desembarcou em Nombre de Dios, onde estava um contingente de Pizarro. Daí passou ao Panamá, onde se achava Pedro Inojosa, comandante da Esquadra do Governador do Peru. Conseguiu ganhar a confiança deste, que informou Pizarro da chegada do comissário real. Pizarro mandou comprá-lo ou matá-lo. Mas Inojosa resolveu passar-se para o lado de La Gasca, pondo à sua disposição a esquadra que comandava.

— Carlos V resolveu suspender os privilégios concedidos aos Welsers em virtude de não terem fundado ainda nenhuma povoação e estarem

escravizando os indígenas. Nomeou Governador e Capitão-General da Província o licenciado Juan Perez de Tolosa.

1547 — Parte da esquadra de La Gasca percorreu a costa do Peru, transmitindo aos habitantes a notícia da chegada do comissário real. Isso bastou para que se iniciasse violenta reação contra Pizarro, que se mantinha no poder pela violência e o terror. Diego Centeno, que permanecia escondido nas províncias do Sul, atacou Cuzco e se apoderou da cidade. Pizarro mandou contra êle Carbajal, que destroçou suas tropas numa violenta batalha em Huarinas (outubro de 1547). La Gasca desembarcara em Tumbes e avançava para o Sul, recebendo adesões das populações dos povoados que atravessava. Tentou negociar com Pizarro, mas êste, orgulhoso do triunfo obtido em Huarinas, não quis atendê-lo.

— Morreu Perez de Toloza, sendo substituído por Juan de Vellegas.

— Valdivia foi ao Peru em busca de recursos.

1548 — As tropas de La Gasca e Pizarro se encontraram no vale de Xaquixaguana, com a vitória do primeiro. Pizarro, feito prisioneiro, foi decapitado no dia seguinte. Estava pacificado o Peru.

— Valdivia apoiou La Gasca contra Gonzalo Pizarro, lhe prestando excelentes serviços. La Gasca o confirmou como Governador do Chile, apesar de um processo que lhe moveram seus inimigos.

1549 — Valdivia regressou ao Chile e iniciou a conquista da região Sul.

1550 — Fundou Concepcion (atual Penco) na baía de Talcahuano. Depois fundou as povoações de Imperial, Valdivia, Villarica e Angol, bem como diversas fortalezas.

1553 — Os Araucânios sob o comando de Caupolican se sublevaram e atacaram Tucapel. Valdivia saiu-lhes ao encontro, mas foi derrotado e morto, em 1554, pelos indígenas comandados por Lautaro, um chefe índio de 18 anos.

1554 — Assumiu o Governo Francisco Villagran, o terceiro na ordem de sucessão constante do testamento de Valdivia. Houve reclamações de outros pretendentes, como Francisco Aguirre, o segundo colocado.

— A pendência foi submetida à Audiência de Lima. Esta decidiu que os Cabildos administrassem a região, em que tivesse sede, no civil e militar.

1556 — Em face das ameaças dos indígenas chefiados por Lautaro a Audiência designou Francisco Villagran como Corregedor do Chile.

1549-1556 — Na Venezuela foram fundadas: Borburata (1549), Barquisimeto e Nueva Segovia (1552) por Villegas; Valencia del Rei (1555) por Villacinda, Trujillo (1556) por Diego Garcia Paredes.

1557 — O Exército indígena de Lautaro foi destroçado por Villagran. Chegou ao Chile o novo Governador Garcia Hurtado de Mendoza, filho do Vice-Rei do Peru. Reuniu tropas e derrotou um Exército de índios,

comandados pessoalmente por Caupolicán e reconquistou o sul da Província, mandando reedificar Concepción, em janeiro de 1558.

1558 — Caupolicán atacou mais uma vez. Derrotado, foi feito prisioneiro e condenado à morte. Seu suplício foi cruel, pois morreu espetado na ponta de um pau aguçado que atravessou todo o seu corpo no sentido longitudinal. Os índios voltaram entretanto à carga, mas García os atacou nos seus próprios entrincheiramentos, obrigando-os a procurar refúgio na Cordilheira.

1560 — Fundada a povoação de São Francisco por Francisco Fajardo no mesmo local em que Pedro Ponce de León fundaria Santiago Leon de Caracas, erigida mais tarde em Capital da Província até então dependente da Audiência de São Domingos.

1567 — Fundação de Santiago Leon de Caracas.

f) *Síntese.*

Tendo em vista as diferentes fases da conquista, podemos resumi-la assim:

(a) *Reconhecimentos gerais:*

Costas do Atlântico: 1498-1510. Doze anos.

Viagens:

- 1498, Colombo. Base: San Lucas, Direção SE-NW.
- 1499, Ojeda. Base: Santa Martha. Direção SE-NW.
- 1500, Bastidas. Base: Espanha. Direção E-W.
- 1502, Ojeda. Base: Cádiz. Direção SE-NW.
- 1502, Colombo. Base: Cádiz. Direção SE-NW.
- 1508, Ojeda. Base: Cádiz, depois Espaniola. Direção E-W.
- 1508, Nicuesa. Base: Cádiz, depois Espaniola. Direção E-W.
- 1510, Enciso. Base: Espaniola. Direção N-S.

Fundação de Santa Maria la Antigua (início da conquista e da ocupação).

Conclusões:

- As bases principais para os reconhecimentos estavam em Espanha, funcionando depois a ilha de São Domingos, como Base Avançada.
- As expedições foram preparadas em Espanha e todas elas tiveram caráter privado.
- A direção geral dos reconhecimentos foi de Sudeste para Noroeste.
- Duração dos reconhecimentos: doze anos.
- Costas do Pacífico (Peru e Equador). 1513-1530. Dezesete anos.

Viagens:

- 1513, Balboa. Base: Darien. Direção N-S — Mar do Sul.
- 1514, Balboa. Base: Darien. Direção N-S — Rio Atrato.
- 1522, Andagoya. Base: Panamá. Direção N-S.
- 1525, Pizarro. Base: Panamá. Direção N-S.
- 1526, Pizarro. Base: Panamá. Direção N-S.
- 1530, Pizarro. Base: Panamá. Preparação da expedição de conquista.

Conclusões:

- A base principal para o reconhecimento da costa do Pacífico foi Panamá, fundada em 1519.
- As expedições foram organizadas por iniciativa dos colonos, autorizados pelo Governador de Castilla del Oro e tiveram o caráter privado.
- A direção geral dos reconhecimentos foi Norte-Sul.
- Os reconhecimentos duraram dezessete anos e foram retardados por desavenças entre colonos e autoridades da Coroa.

Costas do Chile (1526-1535).

Viagens:

- 1526, Loaysa. Base: La Coruña. Direção NE-SW, depois S-N. O objetivo da viagem era refazer o roteiro de Magalhães.
- 1535, Almagro. Base: Cuzco. Direção N-S. Roteiro terrestre.

Conclusões:

- As costas do Chile foram, inicialmente, reconhecidas do Sul para o Norte por viajantes, que pretendiam chegar às Molucas.
- Partindo de Cuzco, Almagro reconheceu o interior, voltando depois pela costa.
- Reconhecimentos descontínuos e feito o primeiro como resultado de empreendimento oficial, sendo o de Almagro privado.

(b) *Conquista propriamente dita:**Da Colômbia. De 1510 a 1538:*

- 1514. Expedição de Pedro Arias Daviña. Base: Espanha. Caráter: Oficial. Criação da Província de Castilla del Oro. Fundações de Porto Bello e Panamá.
- 1528-1529, Expedição de Rodrigo de Bastidas. Base: Espanha. Caráter: privado. Fundação de Santa Martha.
- 1528-1532. Expedição de García de Lerma. Base: Espanha. Caráter: privado. Repovoamento de Santa Martha.

— 1532-1535. Expedição de Pedro de Herédia. Base: Cadiz. Caráter: privado. Fundação de Cartagena.

— 1535-1542. Pedro Fernando de Lugo. Base: Canárias. Caráter: privado. Partindo de Santa Martha, Jimenez de Quezada sobe o Madalena e funda Bogotá, em 1538.

— 1542. Criação da Capitania de Nova Granada e nomeação de Luiz de Lugo, como Governador.

— 1548. Criação da Audiência em Santa Fé de Bogotá. Subordinação da Capitania ao Vice-Reinado do Peru.

Conclusões:

— A conquista de Nova Granada durou 28 anos e foi realizada por uma corrente colonizadora vinda de Espanha.

— A conquista teve caráter privado de modo geral e foi retardada pelo descobrimento e coleta de ouro no Peru.

Da Venezuela. De 1527 a 1546:

— 1527. Expedição de Juan de Ampumes. Base: Ilha de São Domingos. Caráter: oficial. Fundação de Coro.

— 1528-1546. Governo dos Welsers. Base: Espanha. Caráter: privado (pagamento de dívidas contraídas por Carlos V). Tomam posse de Coro.

Partindo dessa base:

— Ambrósio Alfinger explora a costa norte da Venezuela, entre 1530 e 1532.

— Jorge Spira reconhece o interior, indo até às proximidades de Bogotá, entre 1534-1538.

— Nicolas Federman, trabalhando por conta própria, atinge a região de Bogotá, em 1539.

— 1531. Pedro Acosta se estabeleceu na desembocadura do Orenoco.

— 1531-1532. Diego de Ordaz reconhece o Orenoco até sua confluência com o Meta. Seus trabalhos foram continuados por Jerônimo Hortal, que não conseguiu se firmar no vale do Orenoco.

— 1546. Suspensão do privilégio dos Welsers. Foi nomeado Governador da Província Pedro Perez de Tolosa; ficando subordinado à Audiência de São Domingos.

Conclusões:

— Partindo de São Domingos se fundou a primeira base no litoral, a povoação de Coro, por meio de uma expedição oficial.

— Partindo dessa base se completou o reconhecimento do litoral para Oeste até a Colômbia e, se fizeram profundas penetrações pelo interior, indo encontrar a expedição que subiu o Madalena, partindo de Santa Martha, em Bogotá.

— Partindo do estuário do Orenoco se intentou, sem sucesso, conquistar o seu vale.

— A conquista da Venezuela teve também caráter privado e foi fiscalizada pela Audiência de São Domingos.

Do Equador. De 1533 e 1534:

— 1533. Sebastian Benalcazar, partindo de San Miguel de Piura, conquistou Quito, enfrentando forte resistência dos indígenas sob o comando do general Inca Ruminahui.

— 1534. Derrotou as forças de Pedro de Alvarado, assegurando a conquista para Pizarro.

— 1538. Benalcazar, partindo de Quito na direção Norte, foi encontrar Quezada nas margens do Madalena.

Conclusão:

A conquista do Equador foi complementar a do Peru. Teve também o caráter privado e foi realizada com o apoio da base de San Miguel de Piura, contra forte resistência do indígena.

— Peru. De 1531 a 1535:

— 1531. Expedição de Pizarro. Base: Panamá. Caráter: privado. Fundou San Miguel de Piura, em 1532.

— 1532. Aprisionamento de Atahualpa. Posse de Cajamarca.

— 1533. Conquista de Cuzco.

— 1535. Fundação de Lima. Criação de Nova Castella, sob as ordens de Pizarro e de Nova Toledo, confiada a Almagro.

Conclusão:

— A conquista do Peru teve caráter privado e foi realizada com minguados meios, partindo do Panamá.

— Os índios se deixaram enganar pelos espanhóis e foram facilmente dominados. Resistiram mais tarde.

— A conquista foi altamente rendosa graças aos objetos de ouro e prata que adornavam os palácios e templos dos Incas e, ao resgate pago por Atahualpa.

Período de guerras civis

— 1537-1538. Pizarro e Almagro. Venceu Pizarro em Salinas.

— 1541-1542. Francisco Pizarro foi assassinado por partidários de Almagro chefiados pelo filho deste. Os Almagristas foram derrotados em Chupas pelo comissário régio Vaca de Castro.

— 1542-1548. Sublevação de Gonzalo Pizarro contra novas leis. Derrotou o Vice-Rei Blasco Nunes de Vela em Anaquito (1546). Foi derrotado em Xaquixaguana por Pedro de La Gasca, em 1548 e executado.

— 1548-1550. Pacificação do Peru. Regresso de La Gasca à Espanha. O Governo passou a ser exercido pela Audiência até a chegada do novo Vice-Rei Antonio Mendoza.

Conclusão:

— As guerras civis no Peru foram fruto particularmente das imensas riquezas encontradas, da ambição dos colonizadores e da intervenção real, visando a limitar as concessões outorgadas e frear a violência da conquista.

— Foram violentas mas a autoridade real se firmou solidamente na região, fazendo do Peru o bastião de poder militar da Coroa na América do Sul.

Conquista do Chile. 1539 a 1558:

— 1539. Organização da expedição por Pedro de Valdivia e Pedro Sancho de Hoz. Base em Lima. Caráter: privado.

— 1540. Fracassou a tentativa de Francisco Camargo, partindo de Espanha.

— 1541. Fundação de Santiago. Criação de Nova Extremadura, sendo eleito Valdivia Governador.

— 1549-1553. Luta com os Araucânios. Morte de Valdivia em 1553.

— 1554-1557. Luta com os Araucânios sob a direção de Francisco Villagran.

— 1557-1558. Derrota de Caupolican. Pacificação do Chile.

Conclusão:

— A conquista do Chile foi realizada com base em Lima, tendo já fracassado tentativas partidas de Espanha.

— Teve caráter privado e foi objeto de múltiplas concessões da Coroa.

— A resistência dos indígenas foi violenta.

(c) *Conclusão geral:*

A conquista dos países andinos teve duas fases: a conquista do litoral e a do interior.

Na vertente do Atlântico a conquista do litoral se fez por expedições vindas de Espanha. A do interior de bases plantadas no litoral por expedições que tomaram a direção Norte-Sul ou Sul-Norte, partindo do Equador.

Na vertente do Pacífico a conquista se fez partindo do Panamá e aproveitando povoações indígenas do litoral e logo substituídas por outras fundadas pelos espanhóis. Direção: Norte-Sul.

3. A organização da conquista e a colonização (Fig. 5) :

Em 1542, Carlos V criou o Vice-Reinado do Peru, que abrangia tôdas as terras descobertas na América do Sul, menos a Venezuela, que fazia

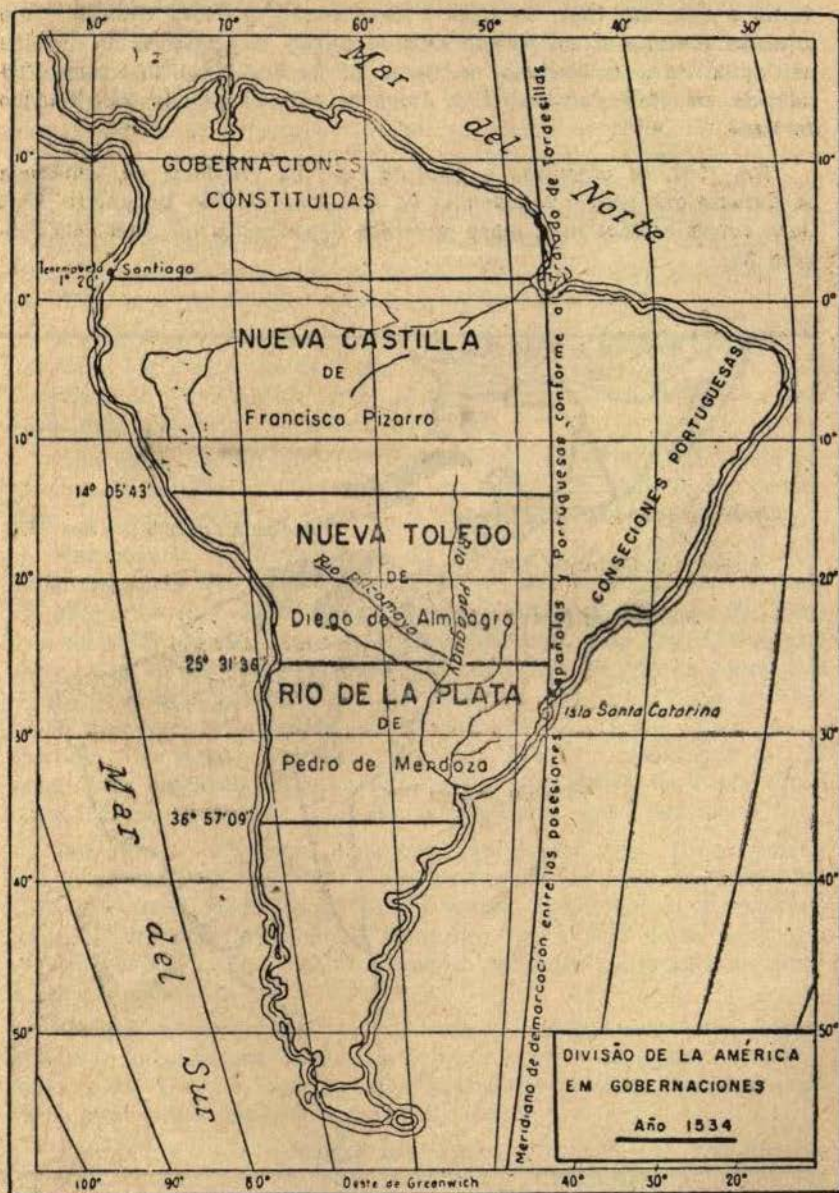
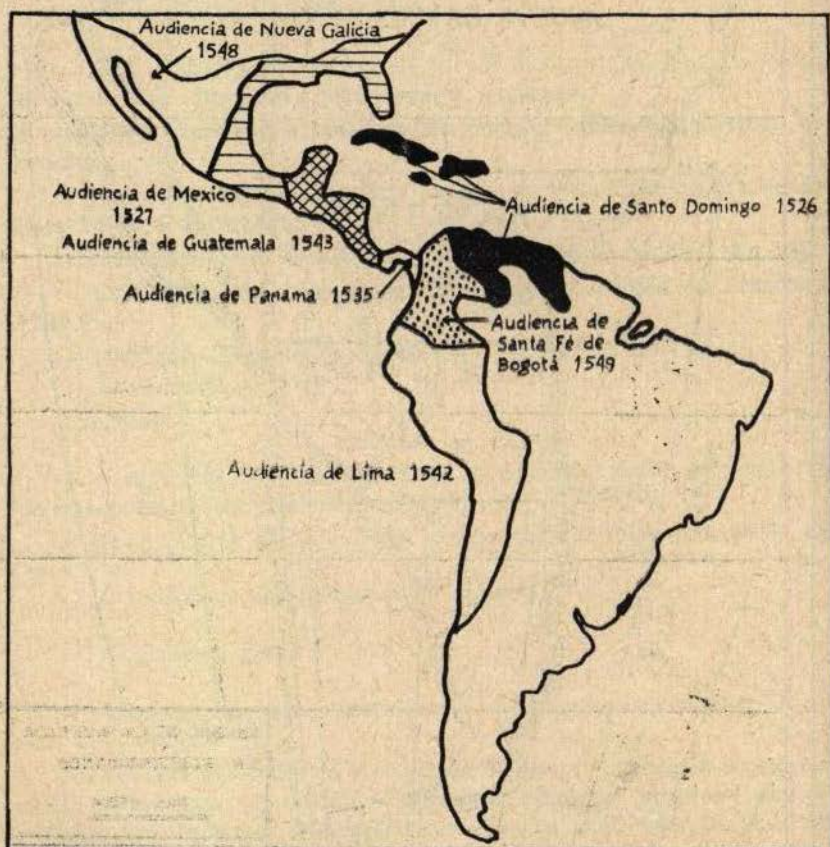


Fig. 5

parte do Vice-Reinado do México. Dada, porém, a impossibilidade de um mesmo funcionário da coroa governar e administrar território tão dilatado, foram nascendo os governos independentes do Vice-Reinado. Assim é que, em 1542, se criou a Governação de Nova Granada, cujo primeiro governador foi Alonso Luiz de Lugo. A Audiência se instalou na Capital do novo Governo, em Santa Fé de Bogotá (1548), como Presidência em 1549, continuando o Governo subordinado ao Vice-Reinado do Peru.

Em 1567, se organizou o governo real, na província da Venezuela ou Caracas que passou a depender da Audiência de São Domingos. Mais tarde foram criados mais cinco governos dependentes da Audiência (Figura 6).



Audiências na America, antes de 1550

Em 11 de junho de 1541, Pedro de Valdivia foi aclamado Governador do Chile pelo Cabildo, que organizou em Santiago, sendo depois reconhecido pelo Vice-Rei do Peru, La Gasca. Em 1609, a Audiência, fundada anteriormente em Concepción se trasladou para Santiago.

Em 1717, a pedido de um visitador, foi criado o Vice-Reinado de Nova Granada, que compreendia, também, a Presidência de Quito, onde vinha funcionando a Audiência desde 1563 e a da Venezuela, incorporando também as Províncias de Cunaná, Margarita, Trinidad, Guayana e Maracaibo. Suprimido em 1723, foi restabelecido definitivamente em 1739. Em 1773, ouvindo as representações do Vice-Rei de Nova Granada, foi criada por Carlos III a Capitania Geral da Venezuela, com as Províncias da Venezuela e os cinco incorporados a Nova Granada, que passou a depender da Audiência de São Domingos, sendo organizado ali, em 1786, uma Audiência tornando-se então autônoma.

Em 1776, foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, agregando os territórios da Audiência de Charcas, criada em 1559, da Província de Tucuman, da Província de Cuyo e os das cidades de Mendoza e San Juan, dependentes da Capitania do Chile.

Esta última foi elevada a Capitania Geral em 1778, e declarada autônoma em relação ao Vice-Reinado do Peru. Em 1783 foram organizadas as Intendências de Santiago e Concepción.

Entrementes, o Vice-Reinado do Peru era devorado pela Guerra Civil, resultante das lutas entre os conquistadores e que só terminou em 1548, com a decapitação de Gonzalo Pizarro. A audiência de Lima data de 1542, e a de Cuzco de 1787, constituindo uma Presidência, que abrangia as terras interiores do Vice-Reinado. O Bispado de Lima data de 1541 e o Arcebispado de 1545. A partir de 1783, o território do Vice-Reinado do Peru foi dividido nas Intendências de: Lima, Cuzco, Huanacavelica, Guamanga, Arequipa, Trujillo, Tarma, Guantayaga, os governos de Guaiquil, Maynas e Quios e Províncias de Pasco Hualanca. Havia, ainda, um Tribunal de Inquisição, em Lima.

Foi dura a luta com o indígena, representado por Tupac Amaru, que se refugiara na Serra da Vilacamba, nas proximidades de Cuzco. Em 1579, o Vice-Rei Francisco de Toledo venceu Tupac Amaru, fazendo enforçar o último pretendente ao trono dos Incas, pelo delito de se ter rebelado contra o Rei. Realizou grandes reformas no tocante a "mita" e "encomienda".

Cumprir observar que, no decorrer de todas essas lutas, logrou manter-se a autoridade do Rei de Espanha, apesar de alguns conquistadores, como Gonzalo Pizarro, terem tentado estabelecer o primeiro governo Americano, independente de Espanha.

Esse fato é um antecedente que explica o legalismo do Vice-Reinado do Peru na luta pela independência, pois a autoridade do Rei de Espanha assentou-se ali ao custo de muito sangue, e se escorou sempre numa força militar numerosa e experimentada na luta contra os rebeldes espanhóis e os índios.

4. A Economia.

Se o móvel da conquista do Vice-Reinado do Peru foi o ouro dos Incas, a exploração, até o esgotamento das riquezas minerais, marcou toda a economia colonial do Peru e da Bolívia.

Esgotados os tesouros que os Incas acumularam, a grande preocupação do colonizador espanhol foi a descoberta de novos veios auríferos. Foi ela que comandou o impulso desbravador, a fixação dos núcleos urbanos e a criação de uma aristocracia mineira, tão poderosa quanto a dos estancieiros e fazendeiros, porém, infinitamente mais rica. A descoberta, em 1545, das minas de Prata de Potosi e a aplicação do processo alemão de sua industrialização, em amálgama com o mercúrio, fez da prata Sul-Americana um negócio prodigioso, que iria permitir à Europa reconstituir seu estoque metálico e salvá-la de uma nova Idade Média. Para se ter uma idéia do que isso representou, basta atentar para a informação de Humboldt, de que a quantidade de prata e de ouro que o novo contingente enviava anualmente à Europa representava mais de 9/10 da produção total das minas de todo o mundo conhecido, ou seja 3 milhões e quinhentos mil pesos. As minas de prata de Novo Mundo até 1803 produziram 4.851 milhões de pesos. Acentuando e prolongando no tempo o caráter destrutivo da intensa exploração mineira, a mina era uma devoradora de índios "mitaios". Pagando o "quinto", o descobridor da mina se transformava em seu proprietário e, por um salário insuficiente, pago sob a forma de gêneros alimentícios, às vezes imprestáveis, tinha assegurada a mão-de-obra para explorá-la. O inca usou a riqueza mineral do seu território para decorar os palácios e templos; o espanhol para revigorar a economia de uma Europa empobrecida, através do imposto que pagava ao Rei e das mercadorias que comprava por preços estorsivos, em aquisições suntuárias que a riqueza fácil inspirava aos proprietários das minas, estancieiros e fazendeiros. E assim se foi a riqueza imediata da terra americana e se comprometeu o seu próprio futuro, com a dizimação em larga escala de seu efetivo humano, sem nenhum proveito para as populações que a habitavam.

Explica-se, desta forma, o atraso agrícola dessa região, visível ainda hoje, no seu panorama econômico. O Inca, com sistema de irrigação que sua organização comunitária lhe permitiu realizar, agricultava uma área na zona costeira e na serrana do Peru, muito maior do que a explorada hoje. Corrigindo a secura e a insalubridade da zona costeira, produziu ali algodão, açúcar e, principalmente, arroz. Na região da "Serra", onde plantou suas maiores e mais antigas cidades, produzia milho e criava animais.

No Chile, a pobreza de metais preciosos possibilitou uma agricultura mais intensiva, pois encontrou também terrenos variados, propícios a todas as culturas. O trigo chileno produzido nos arredores de Concepción chegou a alimentar todas as populações da costa do Pacífico, até a Califórnia. A viticultura foi outra grande atividade agri-

cola e industrial nos arredores de Aconcágua, de Talca e também do Sul. Finalmente, a Araucária do Sul serviu de base a uma indústria madeireira muito próspera.

Na Bolívia, se fazia agricultura em pequena escala na região da Cordilheira, mas os produtos alimentares eram insuficientes para a população; importava-se trigo do Chile e milho e arroz do Peru.

Pode-se concluir que, nessa região, dominada pela exploração da riqueza mineral, feita principalmente em Cuzco e Potosi, havia certa unidade econômica, que lhe dava possibilidade de unidade política.

Com efeito, os mineiros do Peru e da Bolívia constituíam um mercado, de grande poder aquisitivo, para os produtos agrícolas e pecuários vindo do Peru e do Chile. O Chile fornecia ao Peru trigo e cereais e, em menor escala, frutas e vinhos, recebendo milho e açúcar. Ambos forneciam à Bolívia os produtos alimentícios que lhe faltavam, recebendo em troca o ouro e a prata, que ela produzia em abundância.

Na Colômbia, no Equador e na Venezuela ainda foi a exploração mineira que marcou a economia colonial. Apesar dos Chibchas terem praticado uma agricultura desenvolvida, da uberidade dos vales do Magdalena e do Cauca e das extensas e boas pastagens dos "llanos" venezuelanos, a agricultura e a pecuária foram relegadas a um plano secundário pela sede de ouro e prata. E isso explica, também, a predominância política e social da Colômbia, onde, nos territórios de Bogotá e do Vale do Carare, no chamado "rio mineiro", se encontrava ouro em abundância e minas de esmeraldas. A Venezuela produzia tabaco, anil e cacau, mas os espanhóis não souberam aproveitá-los convenientemente.

Conclusão — Verifica-se, assim, que nos países do Pacífico, a exploração mineira predominou sempre sobre a agrícola e a pastoril, influenciando decisivamente a evolução política e social de suas populações. Foi para assegurar a exploração mineira que se tornou obrigatório o trabalho do índio, mediante a "mita".

As leis metropolitanas protegeram o índio, fazendo do "encomiendero" o seu tutor legal, impondo-lhe obrigação de cristianizá-lo, educá-lo e defendê-lo. Mas, que valor poderiam ter essas leis para homens devorados pelo desejo de enriquecimento fácil e rápido, que se encontravam longe da fiscalização das autoridades da Coroa e que podiam facilmente fugir à punição que esta impusesse? O resultado disso é que o índio, fôsse ele "Yanacono" (índio trabalhando na agricultura) ou o "Mitaio" (trabalhando nas minas), era na realidade escravo do senhor, que o submetia aos mais rudes trabalhos e não lhe dava a menor assistência. É bem verdade que os jesuítas não assistiram passivamente aos desmandos dos "encomienderos"; denunciaram-nos muitas vezes às autoridades coloniais. Mas não é menos certo que, praticamente, não conseguiram dar ao indígena uma vida melhor e mais digna. O sistema de "repartimiento", que consistira inicialmente do privilégio

na repartição da terra, ampliou-se no concedido aos governadores dos Distritos (corregedores) para fornecerem aos indígenas os objetos e alimentos de que carecessem. Foi dêsse modo deturpado e agravou a exploração do índio pelo branco, que lhe passou a vender tudo o que não prestava, desde o animal morto aos gêneros deteriorados e objetos de luxo, como navalha, lenços, etc., de que não carecia. Foi também na Venezuela que se inaugurou na América, se bem que temporariamente, a escravidão do índio à maneira do sistema africano. Deve-se tal iniquidade aos Welsers, que se aproveitaram da permissão, dada pelo Rei, para escravizar os índios antropófagos; praticaram, com requintes bárbaros, a escravidão do indígena, em grande escala, fôsse êle, ou não, comedor de carne humana.

Todos êsses maltratos, que partiam tanto do espanhol, como do "criollo", dizimaram a população indígena e fizeram germinar no seio dos que permaneceram vivos, um ódio violento ao branco.

Daria seus frutos nas lutas pela independência, influenciando, pelo receio que inspiraram depois da rebelião de Gabriel Tupac-Amaru e após o aparecimento de Boves, o legalismo dos "criollos" em muitas regiões da Venezuela e do Peru.

5. A sociedade colonial.

Segundo as estimativas de Humboldt, havia, no fim do século XVIII, no Vice-Reinado do Peru, cerca de 2 milhões de almas e, no Vice-Reinado da Nova Granada, aproximadamente 3 milhões.

As rendas do Vice-Reinado de Nova Granada subiam a 3 milhões de pesos, mas não eram suficientes para cobrir as despesas públicas. A instrução pública estava circunscrita a algumas povoações. Santa Fé de Bogotá possuía uma Universidade e imprensa. Quito, a Universidade de São Gregório, fundada em 1586 e a de Santo Thomaz, criada em 1594. Em Bogotá, se editou uma revista, o "Semanário de Nova Granada", que deu grande impulso ao estudo de geografia física e política do Vice-Reinado. Na Venezuela havia a Universidade de Caracas, fundada em 1725, e existiu um jornal já no princípio do século XIX.

O Vice-Reinado do Peru tinha uma renda de cerca de 6 milhões de pesos, suficiente para cobrir déficits das despesas com o Vice-Reinado de Nova Granada e a Capitania do Chile e, enviar anualmente para a Espanha cerca de um milhão de pesos. Lima teve sua Universidade em 1551, e, em Cuzco, foi fundada outra, em 1692. Em Lima havia imprensa desde os fins do século XVI e nela se imprimiam muitos livros, principalmente religiosos. Lá veio à luz o "Mercúrio Peruano", vasta compilação de trabalhos importantes sobre a geografia e a economia do Peru.

A conquista e a colonização dos países do Pacífico definiram nas populações que as habitaram dois tipos humanos bem característicos: *O montanhês e o litorâneo*. Mal definido no Chile, onde a montanha e

o mar quase se confundem numa faixa estreita de terra, ganhavam contórno no Peru, para adquirir, a partir da Baía de Guayaquil, tôdas as suas características.

Geograficamente, o litorâneo se distribuiu pela zona marítima, particularmente nos portos do litoral pacífico e atlântico. O montanhês se instalou nas altas mesetas andinas e vales férteis que cortam a Cordilheira em todos os sentidos. Politicamente, o litorâneo, em contato com tôdas as grandes correntes de idéias que agi^{am} o mundo e chegavam através dos navios que freqüentavam os seus portos, tendia para a revolução e a federação. O montanhês, isolado pelas dificuldades de comunicações, agarrado à propriedade do solo, ou à exploração da riqueza mineral, era conservador, legalista e aristocrata. Militarmente, a costa representava a Linha de invasão, enquanto a Cordilheira constituía a linha de resistência. Foi através do mar e ao longo do litoral, que os conquistadores espanhóis penetraram nessa região. Foi nos altiplanos andinos que os antigos proprietários da terra a defenderam e onde se refugiaram quando vencidos. A história dos povos do Pacífico, do ponto de vista político e militar, girou, portanto, em tôrno dêsses dois tipos humanos e segundo essas duas linhas geográficas. A linha continental — onde se assentaram as grandes aglomerações humanas, se localizaram os centros da administração e do govêrno e se encontravam os elementos naturais de defesa — esta linha seria o baluarte defensivo contra os atacantes, que poderiam ser tanto os soldados espanhóis, como os patriotas da Revolução. A linha marítima — articulada com o mar, principalmente ao norte — seria a via natural de acesso para o ataque e o reforçamento das fôrças metropolitanas em luta contra o indígena, ou contra o hispano-americano que lutava pela independência.

AOS ASSINANTES

Em caso de transferência não deixe de providenciar para que disso tenha a Revista conhecimento.

Se optou pelo pagamento mensal, certifique-se de que o desconto está sendo feito.

TELEVISÃO EDUCATIVA

Anotamos, com satisfação, o início do aproveitamento da televisão como recurso para ensino e educação.

A TV, é reconhecido, oferece imensas possibilidades para o cumprimento dessa tarefa. Para o caso do Brasil, em que temos um atraso cultural a vencer, era realmente lamentável que tal não ocorresse desde há muito tempo.

Agora é de se esperar que as iniciativas privada e oficial se unam, para ampliação da zona de ação dessa obra por todos os títulos digna dos maiores louvores.

Fazendo êste registro, lembramos aos nossos leitores que esta Revista, por diversas vezes, publicou trabalhos sobre a televisão educativa, em magníficas colaborações do Major Taunay Drummond Coelho Reis, indiscutivelmente um pioneiro da idéia no Brasil.

O ATRATIVO INICIAL DO COMUNISMO

Por GEORG STADMÜLLER. Da publicação alemã "Estudo Sobre a União Soviética", do Instituto para o Estudo da URSS.

Traduzido da Revista Ejercito, Espanha, Fev 62, pelo Major RUBENS MARIO JOBIM.

Parece difícil, à primeira vista, encontrar uma explicação para a indiscutível atração emanada das doutrinas e sistemas totalitários. É indispensável, porém, buscar as causas do que, sem dúvida, constitui a enfermidade política de nosso tempo.

Ao analisar este tema, deseja-se comparar os sistemas soviético e nazista. Ainda que não o façamos, temos de admitir que ambos os regimes possuem características psicológicas comuns. Tanto na Alemanha como na União Soviética, uma grande parte da população viu-se arrastada por uma força irresistível para o movimento organizado das massas. Qual é a natureza dessa atração?

O poder de fascinação é um fenômeno bem conhecido dos psicólogos. Seu significado é o da suspensão das faculdades racionais. O forte impacto produzido por um fato exterior imaginário cria na alma do indivíduo uma imagem falsa, que acaba por se converter, por sua intensidade, em uma realidade do mundo exterior.

Em nosso caso, atinge-se a fascinação máxima sobre aqueles indivíduos que, por não possuírem crenças ou opiniões firmes, não estão em condições de oferecer resistência aos símbolos e "slogans" da ideologia totalitária. O vazio espiritual é o fator chave no êxito e expansão de uma ideologia totalitária. Durante o regime nazista, pôs-se em evidência que aqueles que possuíam profundas convicções religiosas constituíram a parte da população relativamente imune à ideologia hitleriana. Em troca, ela atuou vantajosamente sobre aqueles que sentiam a necessidade de ter fé, em algo. Ante essa necessidade não satisfeita por nenhuma forma religiosa ou filosófica, o ser humano se aferra a um substitutivo, à pseudo-fé que tem por base a propaganda e a persuasão das massas. Só assim se consegue entender a atração exercida pelo sistema soviético. O comunismo é, pois, para eles, uma satisfatória resposta à sua inquietude, mais convincente ainda por se apoiar em termos científicos. A ideologia soviética afirma que na grande sucessão de ideologias é a primeira que em si mesma constitui uma ciência, que substituiu os falsos paraísos da utopia socialista de Marx e Engels, por um socialismo científico. Pela primeira vez, aparece uma ideologia que se jacta de autoridade científica.

Outra importante fonte de atração do comunismo é sua natureza monolítica. Uma filosofia que admite discussão, encontra dificuldades para se impor. Mas o comunismo alega possuir respostas irrefutáveis

e definitivas para qualquer questão relacionada com as ciências naturais ou a história da sociedade humana. Estas respostas se assentam sempre em bases materialistas e no postulado de que existe um processo evolutivo governado por leis inflexíveis. Segundo esse ponto de vista, a história está regulada por essas leis, e não só o passado pode ser analisado com a ajuda da dialética, senão que cabe também predizer com precisão a trajetória futura da história. Pela primeira vez, como Marx e Engels vaticinavam, é possível descobrir como os processos históricos se sucedem de um modo lógico, obedientes a leis naturais, até o triunfo total do comunismo universal. Esta pretensão de subjugar a história a formas previstas constitui outro dos atrativos do comunismo, que não perde oportunidade de tornar patente a inevitabilidade de seu triunfo sobre o capitalismo.

Tem-se dito que o comunismo apresenta traços característicos muito semelhantes aos de caráter religioso. E até se tem perguntado se não poderia constituir-se em um substitutivo da religião. A afirmativa não parece demasiado apartada da realidade. O sistema soviético possui suas hierarquias, autoridades doutrinárias, dogmas, conclaves de partido, de organização e funcionários, que lembram os de organizações religiosas. Possui, inclusive, "textos sagrados" para leitura dos "crentes". O partido compendia a essência do sistema soviético e sua doutrina de salvação. Ainda mais, os comunistas fervorosos regozijam-se de sua total entrega ao partido, como demonstram as Memórias de Wolfgang Leonard e, de um modo mais estremeceador ainda, as de Jan Valtin. Nelas falam de seres humanos nos quais a capacidade de pensar e atuar livremente foi atrofiada a tal ponto, que para eles o valor supremo existente é o partido. Em um de seus parágrafos, diz Valtin:

"O partido é o primeiro. Infinitude de seres humanos permanecem enterrados sob este epitáfio. Quem entra no partido se entrega a ele de corpo e alma. Apesar do cinismo que se apossa, cada vez mais, daqueles que dedicaram suas vidas à causa, nós amamos o partido. Sentimo-nos orgulhosos de seu poder e de nossa servidão, porque a ele tudo sacrificamos, juventude, esperança, todo o entusiasmo e livre arbítrio que antes tivemos."

Isto nos dá idéia de um estado mental que representa uma chave para poder entender o comunismo: a ânsia por abraçar uma causa comum, destruindo-se a si próprio a seu serviço. O entregar-se à comunidade, ou, como se diz na União Soviética, à coletividade, parece ser o objetivo da existência individual, que se sente dessa maneira livre da responsabilidade pessoal. O indivíduo é, assim, aliviado da pesada carga que significa o buscar a liberdade à custa de seu próprio esforço, de decidir de acordo com sua consciência, de atuar sob sua responsabilidade. Esta ilusória solução de seus problemas dá-lhe um novo significado à vida e cria um novo conceito de liberdade. Como a história, segundo os comunistas, é um processo predeterminado, ao indivíduo somente lhe toca o deixar-se arrastar pela maré, convertido em uma partícula infinite-

simal na potente corrente da história. Unicamente cabe alcançar um determinado grau de liberdade, compatível com o processo e o determinismo social e econômico, aceitando as coisas de conformidade com as leis eternas da história.

Qual é a força da ideologia soviética ao defrontar-se com outras ideologias? Os escritos de autores ex-comunistas põem em relêvo que o indivíduo que foi formado no materialismo dialético e histórico, que nele passou sua juventude, que por ele tem lutado, é menos provável que perca sua fé por desenganadoras experiências dentro de sua própria sociedade, do que pelo contato com o mundo exterior. Em consequência, nada mais vital para preservar a ideologia soviética, que evitar aos seus fiéis tais contatos. Ainda entre aqueles que abjuraram do comunismo, a fé no destino da União Soviética tarda em desaparecer. Uma revolução raramente devora todos os seus filhos. E por isto torna-se impossível desarraigar por completo as idéias inculcadas por uma ideologia, ainda que esta tenha sido abandonada. A maior parte dos ex-comunistas parecem apresentar a mesma dúvida; tratam de conservar sua fé no marxismo, mas não podem explicar como, se suas premissas são corretas, foi possível o engrandecimento de Stalin. São incapazes de compreender como o comunismo saiu da senda do marxismo-leninismo para cair na degradação staliniana, nem como de premissas corretas puderam extrair-se conclusões tão falsas.

Aqui cabe perguntar até que ponto os que vivem sob o comunismo aprovam o atual sistema, e em que aspectos o fazem. A minoria que se uniu aos bolchevistas nos primeiros anos da revolução, pode ter sido sincera e desinteressada; mas os frutos de seus sacrifícios lhes foram usurpados pela classe burocrática que lhe sucedeu e que se jacta de suas convicções comunistas como um meio de preservar seus privilégios materiais. É difícil admitir que esta "nova classe" acredita verdadeiramente no sistema soviético. Pelo contrário, parece que dentro do bloco soviético tende-se cada vez mais a desfrutar de um sistema de vida em estilo burguês, como recompensa à docilidade em dobrar-se às exigências do partido. Este aspecto passa em muitas ocasiões despercebido para o mundo exterior, que, pelo contrário, se vê afetado pelo impacto que representa a monolítica estrutura do sistema soviético. Entretanto, parece que este impacto é cada vez menos forte dentro do próprio bloco, e que seu efeito e o de sua propaganda é, na presente geração de comunistas, bastante menor que entre os membros dos países não comunistas. Isto nos leva à conclusão de que os esforços para pôr em prática uma idéia sedutora conduziram a uma autoderrota e a uma desilusão, que os fatos tendem a demonstrar. O velho grito de batalha dos marxistas, a capacidade do ser humano para atuar como seu próprio salvador, contribuiu indubitavelmente para o triunfo do bolchevismo. Mas a União Soviética atual perdeu muito de sua novidade revolucionária e carece de força para arrastar a imaginação.

É inquestionável a vantagem que o comunismo sempre tem obtido no campo da propaganda. Mas esta vantagem depende menos da força

política do comunismo que da debilidade política e desunião do resto dos países. A esta falta de unidade política se une a ausência de uma filosofia aceite pela maioria e a uma grande variedade de níveis de vida, o que permite a existência de uma multidão de opiniões distintas e antagonicas. A democracia do Ocidente não está preparada para fazer desaparecer esta pluralística armadura social. Isto traz consigo, pelo menos nas camadas mais baixas, uma desvantagem ideológica com respeito ao comunismo. Entretanto, mediante uma livre e prolongada contrastação entre os conceitos do Este e do Oeste, se demonstraria, sem lugar a dúvida, a vantagem deste último. Contudo, esta superioridade pode unicamente manifestar-se em discussões entre indivíduos privados: de nenhum modo no plano de alta política, que representam as conferências entre governantes comunistas e ocidentais. A ideologia comunista parece mais forte no aspecto psicológico, embora não o seja senão pela simples razão de não admitir a livre discussão. O Kremlin, consciente de sua debilidade, proíbe qualquer intercâmbio de pontos de vista. Unicamente suas delegações, convenientemente industriadas para o caso, ou qualificadíssimos funcionários do partido, podem, por regra geral, estabelecer discussões com os representantes do Ocidente.

Observemos a situação do mundo atual e a da União Soviética e de todo o seu império. Vemos que este poderoso bloco de Estados, que conta com quarenta anos de existência, custou a vida de milhares de indivíduos e arrastou a outros pela fascinação de seu messianismo, para o erro e para a desilusão. Transformou pessoas idealistas em cinicas, fanáticos em incrédulos, lutadores em escravos, assassinos em vítimas, mas conservando em posição de inigualado poder oficial um pequeno grupo de sobreviventes. Este grupo utiliza, para governar, o terror, a propaganda, as promessas de um futuro esplendoroso como cidadãos da poderosa nação que iniciou a conquista do universo com as trajetórias de seus Sputniks. Este bloco de Estados, em que pèse a sua repugnante história, conseguiu, mediante sua potência militar e sua propaganda, manter em suspenso a Europa e a América, e exercer uma notável fascinação, especialmente naqueles países em período de desenvolvimento.

Este é o problema político fundamental de nosso tempo. Os antigos territórios coloniais das grandes potências européias enfrentam graves dificuldades específicas: quando um povo, que permaneceu estático ante o avanço social de nosso tempo, conservando durante séculos suas misérrimas condições de vida, comprova, através de seu contato com as nações industriais do Ocidente, que existe outro tipo de vida, sua impaciência transborda e pretende realizar a revolução em um abrir e fechar de olhos. O acreditar que possa alcançar uma moderna sociedade de tipo industrial sem passar pelos estados intermediários que custaram à Europa Ocidental um par de séculos, é terrivelmente perigoso. Uma súbita transformação da estrutura tradicional dos países subdesenvolvidos, pode produzir estragos em seus conceitos morais e religiosos. O tentar converter em democracias do estilo ocidental a países cuja organização não responde, nem em um mínimo, aos requisitos necessários, conduzirá à

mais tremenda confusão social. O exemplo do que sucedeu aos países do Sudeste da Europa, nos princípios do Século XIX, vai repetir-se de novo nas recém-criadas nações independentes que carecem de uma classe média estável, de um sistema universal de educação e que não contam com a necessária quantidade de pessoal administrativo. Em consequência, os esforços para praticar os métodos democráticos do Ocidente serão, em muitos casos, inúteis, especialmente se certos elementos da classe governante abusam dos procedimentos democráticos. Em tais casos, o caminho mais fácil a seguir é o de substituir os governantes civis por uma junta militar, com o pretexto de restaurar a estabilidade superficial da cena política. Esta "saída de emergência" de caráter autoritário converteu-se na solução tentadora para muitos dos novos Estados independentes.

A pressa pelo progresso técnico apoderou-se dos novos países que têm acesso aos mais modernos centros de saber ocidental. Seus estudantes têm a oportunidade de receber ensinamentos no estrangeiro e, em consequência, a carência de engenheiros, por exemplo, não é grande, pelo menos nos países asiáticos. Não cabe dúvidas de que proporcionar engenheiros à Índia levou sua indústria ao seu estado atual de desenvolvimento. Mas resulta muito mais fácil formar pessoal técnico que organizar o potencial industrial que cubra todos os ramos da produção do país. É esta a situação típica nos países subdesenvolvidos. Eles pretendem alcançar, em um prazo mínimo, o nível técnico e industrial das mais potentes nações, incluindo entre seus modelos a União Soviética. Esta exerce um poderoso atrativo. Eles compreendem que ao chegar ao nível de prosperidade dos Estados Unidos é empresa fora de seu alcance, no momento.

A imagem do poder econômico com que a União Soviética encarregou-se de deslumbrar a esses países, é, por outro lado, totalmente desproporcionado. Em que pese seus grandes progressos, sua produção durante o último decênio não foi mais do que 40% da norte-americana. Se se compara a produção total do bloco comunista com a dos Estados Unidos, Canadá e Europa, a proporção é só de um para três. Embora não existam ainda sinais evidentes da influência econômica ou cultural soviética fora da órbita de seus satélites, parece que cada vez toma mais corpo entre as camadas sociais mais baixas, que a União Soviética é uma terra de poder quase legendário. Existem para isso três razões: A primeira é a falta de crítica e oposição dentro da sociedade comunista. O partido pode seguir sua política sem interferência e com a intensidade que proporciona um único cérebro. Em segundo lugar, o fato de o sistema econômico soviético ser governado pelo controle estatal. No Ocidente, com o mercado livre, a margem comercial e o cálculo ocupam um importante lugar na questão. Isto significa que os dirigentes soviéticos podem, por exemplo, lançar mão de milhares de engenheiros para os pôr a trabalhar quase de imediato em seus projetos de primeira prioridade, sem problemas de mão de obra e sem ter que prestar contas a ninguém.

A terceira causa da desproporcionada reputação da União Soviética entre os países em desenvolvimento, é a sua incessante, intensa e extremamente sutil propaganda. Esta propaganda raras vezes revela sua origem comunista, preferindo ocultar-se sob epítetos tais como "progresso", "pacifismo", "democracia"... Em tôdas as grandes povoações do Sudoeste da Ásia, assim como no Japão, encontra-se constantemente livrarias em que se anunciam livros "progressistas". Estas publicações soviéticas, que se vendem a preços muito baixos, consistem de trabalhos de Marx, Engels e Lenine.

A ignorância da história russa em geral, e das condições econômicas e sociais soviéticas em particular, prepara o terreno para a propaganda vermelha nas áreas subdesenvolvidas. Únicamente no Japão existe mais oportunidade para sérios estudos sobre a Rússia, pois na África e na Índia não existem facilidades para isso. Mas, quando se pensa que até no civilizado Ocidente é muito considerável, em muitos aspectos, a ignorância da história russa, não cabe recriminar a africanos nem a indianos. Talvez a mais importante consequência dessa ignorância seja a propaganda soviética, totalmente falsa, acerca do ritmo de industrialização da URSS. A verdadeira perspectiva não se pode estabelecer, devido ao desconhecimento dos fatores básicos do progresso industrial alcançado pela Rússia czarista. Lenine dedicou sua atenção a tal progresso no trabalho "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", escrito entre 1895 e 1897. De 1890 a 1900 o número de operários empregados na indústria passou de 1,5 a três milhões. E, em 1913, a indústria do aço havia alcançado a uma produção de cinco milhões de toneladas, quantidade que, se bem inferior à da Alemanha e França, superava a do bloco austro-húngaro. Não é accidental que esse livro tenha deixado de ser incluído entre as obras de Lenine dedicada à propaganda no estrangeiro. Demonstrava que antes do advento do comunismo, a industrialização marchava, na Rússia, a grandes passos. Isto refuta a acertiva comunista de que a Rússia não começou a se destacar como nação industrial antes da chegada dos soviéticos, com seus métodos de economia planificada e centralizada.

Parece haver-se esquecido que todo progresso social e político do Ocidente, durante o último meio século, tornou antiquados os ensinamentos de Marx sobre o capitalismo. Ao ater-se estritamente a tais conceitos, obstinando-se em ignorar as modificações operadas, a ideologia soviética manifesta seu alto grau de ossificação.

A falta de familiaridade com as verdades do mundo soviético explica-nos o êxito da propaganda comunista entre os países pouco desenvolvidos e, em particular, entre intelectuais. Estes não passaram pela experiência de muitos admiradores que o Ocidente tem na própria Rússia, que presos primeiramente da fascinação de sua ideologia, sofreram a mais amarga das decepções, ao descobrir a realidade oculta.

Relatório do Conselho de Administração da "Cooperativa Militar Editôra de Cultura Intelectual A Defesa Nacional Ltda." — Ano de 1961

* * *

Dando cumprimento ao art. 28, letra a), do Estatuto, o Conselho de Administração apresenta à Assembléia Geral Ordinária o RELATÓRIO — BALANÇO GERAL e o PARECER DO CONSELHO FISCAL, relativos às atividades do ano de 1961.

Constituindo o aprimoramento da cultura de nossos companheiros a principal finalidade de nossa instituição através da nossa Revista — "A DEFESA NACIONAL" —, procuramos manter o ritmo mensal nas edições. Devemos ressaltar a valiosa colaboração de todos os que nos honraram com seus magníficos trabalhos originais e de tradução.

Com a vigência no início do ano do valor da assinatura de Cr\$ 240,00 (duzentos e quarenta cruzeiros) e as medidas postas em prática relativas a melhorar a arrecadação, temos a satisfação de anunciar que até 31 de dezembro p. passado, foi recolhida a quantia de Cr\$ 409.960,50. O alto custo do papel adquirido na Companhia T. Janer, adicionado a contribuição à Imprensa do Exército para composição e impressão e mais a aquisição do material para a expedição da Revista, importaram na quantia de Cr\$ 447.870,90, evidenciando um "deficit" de Cr\$ 37.910,50.

A corretagem de anúncios e outras publicidades pagas, fator primordial para a manutenção da Revista, não atingiu, neste ano, uma cifra capaz de cobrir as contas deficitárias e ainda proporcionar um retorno aos associados.

A estatística do movimento financeiro revela uma receita total de Cr\$ 970.079,40 (inclusive a valiosa cooperação do Exmo. Sr. Ministro da Guerra no valor de cento e cinquenta mil cruzeiros), para uma despesa realizada de Cr\$ 1.017.157,60.

Pelo demonstrativo da conta de "SOBRAS & PERDAS", os senhores associados ficarão cientes dos lançamentos contábeis, e, embora negativo o resultado do exercício do ano de 1961, foi êle encerrado com equilíbrio.

As mudanças, no decorrer do ano, por motivo de ordem profissional, do Diretor-Secretário, Cel Ayrton Salgueiro de Freitas, substituído interinamente pelo Ten-Cel Flávio Martins Meirelles, e do Exmo. Sr. General João Batista de Matos, influíram, de certo modo, nas atividades administrativas.

Eleitos os associados, Exmo. Sr. General Aurélio Alves de Souza Ferreira para Diretor-Presidente e Major José de Sá Martins, para Diretor-

Secretário, ficou normalizado o setor administrativo com o programa de ação, já em execução, no relativo ao custeio do papel e em estudos uma fórmula para a corretagem de anúncios, além de melhor controle de assinantes visando maior eficiência na arrecadação.

Devemos consignar os nossos melhores agradecimentos à Imprensa do Exército e ao Gabinete Fotocartográfico, pela atenção com que atenderam às nossas solicitações, dando uma demonstração em solucionar os problemas na confecção da Revista.

Pelo exposto, cremos haver mantido o conceito que desfrutamos no seio do nosso Exército (há 48 anos), bem assim entre os componentes das Forças Armadas, jamais esmorecendo em bem servir à "A DEFESA NACIONAL".

Rio de Janeiro, fevereiro de 1962.

GEN AURÉLIO ALVES DE SOUZA FERREIRA,
Diretor-Presidente

MAJ JOSÉ DE SA MARTINS,
Diretor-Secretário

TEN-CEL JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO,
Diretor-Gerente

BALANÇO GERAL — ANO DE 1961

ATIVO IMOBILIZADO

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Obrigações de Guerra	18.887,50		
Móveis & Utensílios	22.455,80	41.343,30	

ATIVO DISPONÍVEL

C a i x a	154.225,20
-----------------	------------

PASSIVO EXIGÍVEL

Associados c/Juros	14.937,55	
Associados c/Retorno	43.672,00	
Capital Integralizado	31.720,00	90.329,55

PASSIVO INEXIGÍVEL

Fundo de Beneficência	9.854,20	
Fundo de Desenv. Social	17.794,00	
Fundo de Reserva	40.891,25	68.539,45

CONTAS DE REGULARIZAÇÃO

Contas a Pagar	36.699,50
----------------------	-----------

T O T A L	195.568,50	195.568,50
-----------------	------------	------------

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1961.

ARNALDO GONÇALVES PIRES,
Contador

SOBRAS & PERDAS

TÍTULOS	DEVE	HAVER
DE — Renda Eventual	Cr\$	Cr\$
saldo desta conta		150.000,00
DE — PUBLICIDADE — Anúncios		
saldo desta conta		239.304,00
A — COLABORADORES		
saldo desta conta	700,00	
A — "A DEFESA NACIONAL, c/custeio		
prejuízo nesta conta	37.075,40	
A — HONORÁRIOS-DIRETORIA		
saldo desta conta	36.000,00	
A — ORDENADOS		
saldo desta conta	166.500,00	
A — DESPESAS GERAIS		
saldo desta conta	139.601,20	
A — MÓVEIS & UTENSÍLIOS		
Depreciação nesta conta	7.524,20	
A — ASSOCIADOS C/JUROS		
Juros s/Capital Integralizado, con-		
forme Estatuto	1.903,20	
T O T A L	389.304,00	389.304,00

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1961.

ARNALDO GONÇALVES PIRES,
ContadorESTATÍSTICA DO MOVIMENTO FINANCEIRO DO ANO
DE 1961

RECEITA

	Cr\$
Revista — Assinaturas	409.960,50
Revista — Venda avulsa	835,00
Publicidade — Anúncios	402.320,00
Cotas-Parte — Associado	1.000,00
Jóia de Admissão	30,00
Juros bancários	5.933,90
Renda Eventual (auxílio MG)	150.000,00
T O T A L	970.079,40

DESPESA

	Cr\$
Revista — Edição na Imprensa do Exército	190.328,80
Revista — Papel adquirido	257.542,10
Publicidade — Comissões agentes	163.016,00
Honorários — Diretoria	36.000,00
Ordenados — Pessoal	166.500,00
Colaboradores	700,00
Despesas Gerais	139.601,20
Associados c/Juros	132,00
Associados c/Retorno	903,00
Contas a Pagar	62.434,50
T O T A L	1.017.157,60

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1961.

ARNALDO GONÇALVES PIRES,
Contador

TEN-CEL JOAO CAPISTRANO M. RIBEIRO,
Diretor-Gerente

PARECER DO "CONSELHO FISCAL"

(Cópia)

PARECER do CONSELHO FISCAL relativo ao exame dos livros contábeis e ao relatório correspondente ao ano financeiro de 1961.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, reunidos os membros do Conselho Fiscal, servindo eu, Major Sady de Almeida Vale, de Secretário, foram examinados os livros de Contabilidade, Balanço Geral, Relatório do Conselho de Administração e achando tudo em perfeita ordem, o Conselho Fiscal é de parecer que sejam aprovados. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja Ata vai assinada pelo Exmo. Sr. General Golbery do Couto e Silva, Major Amerino Raposo Filho e por mim, Secretário.

- a) General **GOLBERY COUTO E SILVA**
- a) Major **AMERINO RAPOSO FILHO**
- a) Major **SADY DE ALMEIDA VALE**

ATA DA ASSEMBLÉIA-GERAL ORDINÁRIA DE 27 DE FEVEREIRO DE 1962

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e dois, às dezesseis horas e trinta minutos, na sede da "CMECI "A DEFESA NACIONAL", no terceiro pavimento da ala da Rua Visconde da Gávea, do Ministério da Guerra, reuniram-se em Assembléia Geral Ordinária os associados a seguir discriminados, em

atenção ao Edital de Convocação datado de 15 de fevereiro de 1962. Associados presentes: Ten-Cel Joaquim Augusto Montenegro, Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro, Major Ivan de Souza Mendes, Maj José Murilo Beurem Ramalho, Maj Sady de Almeida Vale e Maj José de Sá Martins. Assumiu a Presidência o Major José de Sá Martins, Diretor-Secretário, que procedeu a leitura do Edital de convocação do qual constava a Ordem do Dia e que rezava o seguinte: a) Leitura do Relatório, Balanço Geral, Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 1961; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal para o ano de 1962. O Ten-Cel João Capistrano M. Ribeiro, a convite do Presidente, faz a leitura do item a), da Ordem do Dia e, em seguida uma explanação sobre a mesma matéria de modo a deixar os presentes a par de pormenores da situação financeira da Cooperativa. Procedeu-se em seguida as indicações de candidatos ao Conselho Fiscal para 1962. Tendo havido concordância em relação aos nomes apresentados, foram eleitos, por aclamação, os seguintes associados: membros efetivos, Coronel Adailton Sampaio Pirassinunga, Major Ivan de Souza Mendes, Major Luiz de Alencar Araripe. Membros Suplentes: Ten-Cel Danilo Darcy de Sá Cunha Mello, Maj Eduardo Nóbrega e Maj José Murilo Beurem Ramalho. Os eleitos presentes tomaram posse imediata. Os eleitos não-presentes apresentaram compromisso de aceitação através do Ten-Cel João Capistrano M. Ribeiro (caso do Cel Adailton Sampaio Pirassinunga) e do Maj José de Sá Martins (os demais). A seguir o Diretor-Secretário tomou a palavra para uma exposição aos presentes das dificuldades da Revista, focalizando as questões de publicidade, colaboração e elevado custo do material. Discorreu ainda sobre outros problemas como: situação do fichário de assinantes, controle de pagamentos não em dia é falta de cooperação de alguns Representantes nas Organizações Militares. Ainda mais focalizou o Diretor-Secretário a falta de interesse que vem se acentuando por parte de assinantes e, dos Oficiais do Exército em geral, com relação à "A DEFESA NACIONAL". Terminou fazendo um apelo para que os presentes colaborem no sentido de evitar que a Revista tenha que encerrar sua publicação. Os presentes prontificaram-se a cooperar de qualquer forma. Passou o Diretor-Gerente a ressaltar, perante a Assembléia, o trabalho do Major Sady de Almeida Vale em prol da CMECI — e da Revista em particular. O Ten-Cel Joaquim Augusto Montenegro procurou conhecer o valor das gratificações pagas aos membros da Diretoria-Executiva, tendo proposto a elevação da mesma para um mínimo de dez mil cruzeiros. O Diretor-Secretário propôs, então, que o aumento ficasse para ser debatido em outra oportunidade, quando melhoradas as finanças da Cooperativa. Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata que vai assinada por mim, Major José de Sá Martins, Diretor-Secretário e pelo Ten-Cel João Capistrano M. Ribeiro, Diretor-Gerente, membros da Diretoria Executiva presentes à Assembléia.

a) Major JOSÉ DE SÁ MARTINS

a) Tenente-Coronel JOÃO CAPISTRANO MARTINS RIBEIRO

49º Aniversário de A Defesa Nacional

Surgiu o primeiro número desta Revista no dia 10 de outubro de 1913.

A um grupo de idealistas decidido a lutar pelo aperfeiçoamento do nosso Exército deve-se a sua criação.

As gerações se sucederam. A "Defesa Nacional" tem tido épocas de glória e dias de dificuldades.

Mas o que vale nesta oportunidade registrar é que em nenhum instante se afastou ela dos ideais que inspiraram a sua fundação. Em toda a sua existência tem refletido com fidelidade as aspirações, idéias, doutrinas, e a própria evolução do Exército Nacional. Suas páginas vêm acolhendo o pensamento militar contemporâneo, tal como o tem interpretado a intelectualidade de nossa Força Armada. Este o honroso e meritório papel que ela desempenhou no passado. Esta a missão a que se propõe para o futuro.



LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

— **A Cabanagem**

Maj Gustavo Moraes Rêgo Reis

— **A campanha da cordilheira**

Maj Everaldo de Oliveira Reis

— **Penetração soviética na África**

(Condensação de estudos traduzidos pelo
Maj Octávio Aguiar de Medeiros)





Preço do Exemplar

Cr\$ 50,00

SMG
IMPrensa DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1962